

Maurício Henriques Velasco

**UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE SOB O OLHAR DA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO:  
AS VÁRIAS FORMAS DE SEGREGAÇÃO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO - MG**

Belo Horizonte  
2020

Maurício Henriques Velasco

**UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE SOB O OLHAR DA PRODUÇÃO DO  
ESPAÇO URBANO:  
AS VÁRIAS FORMAS DE SEGREGAÇÃO EM SÃO JOÃO NEPOMUCENO - MG**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do Título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Linha de Pesquisa: Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves

Belo Horizonte  
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Um município de pequeno porte sob o olhar da produção do espaço urbano: as várias formas de segregação em São João Nepomuceno/MG

## MAURÍCIO HENRIQUES VELASCO

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de PósGraduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 26 de novembro de 2020, pela Comissão constituída pelos membros:

Profa. Dra. Raquel Garcia Gonçalves - Orientadora  
EA-UFMG

Profa. Dra. Natália Aguiar Mol  
EA-UFMG

Prof. Dr. Marcos Felipe Sudré Saidler  
EA-UFMG

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2020.

## FICHA CATALOGRÁFICA

H519v

Velasco, Maurício Henriques.

Um município de pequeno porte sob o olhar da produção do espaço urbano [manuscrito] : as várias formas de segregação em São João Nepomuceno - MG / Maurício Henriques Velasco. - 2020.

164 f. : il.

Orientadora: Raquel Garcia Gonçalves.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Segregação - Teses. 2. Estado - Teses. 3. Cidades e vilas - Morfologia - Teses. 4. Planejamento urbano - Teses. 5. Território - Teses. I. Gonçalves, Raquel Garcia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 307.76

Ficha catalográfica: Gustavo Las Casas Provetti Gomes CRB-6/3417.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais e meu irmão, pela confiança, companheirismo, suporte material e emocional e, principalmente, paciência ao longo deste caminho.

À minha professora e orientadora Raquel Gonçalves, pela atenção, disponibilidade, pelos ensinamentos e pelos esclarecimentos que muito contribuíram para nortear esta pesquisa.

À Universidade Federal de Juiz de Fora e à Universidade Federal de Minas Gerais, por serem palco acolhedor nos momentos do meu aprendizado e formação.

Aos meus amigos de infância, do Colégio dos Jesuítas, aos colegas do Damásio Educacional de Belo Horizonte e aos companheiros da UFMG, sempre presentes durante este processo, celebrando nos bons momentos e sendo bons conselheiros nos momentos de dificuldade.

Aos são-joanenses de modo geral, sobretudo os colegas Geraldo Mendonça e Eduardo Ayupe, pelo interesse constante na história de nossa terra natal e pela valiosíssima troca de material e ideias que, sem dúvida, foram um grande motor para este trabalho. Aos funcionários da Prefeitura Municipal e do CRAS de São João Nepomuceno, pela disponibilidade ao ajudar com informações que contribuíram para esta pesquisa.

A todos que fizeram parte, direta ou indiretamente, da minha formação até aqui e deram, portanto, a sua contribuição na realização desta dissertação.

*“Quando duas mãos se encontram,  
refletem no chão a sombra de uma  
mesma cor.”*

*Tony Tornado*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal revelar os processos de segregação na cidade de São João Nepomuceno, tendo como base a constituição e as constantes alterações do espaço urbano, relacionando as dinâmicas da estrutura territorial com a dinâmica das estruturas sociais. Esses processos serão estudados a partir da evolução do tecido urbano em questão ao longo do tempo, e do perfil da atuação do Estado em simbiose com os demais atores na construção desse espaço, sobretudo os capitais industriais dos setores têxtil e de vestuário. Uma das grandes contribuições deste esforço constitui na percepção da segregação na formação da estrutura territorial de um organismo urbano de pequeno porte, estabelecendo relações com os fenômenos de segregação já estudados para metrópoles no Brasil.

Palavras-chave: Segregação. Estado. Morfologia urbana. Território. Sociedade.

## **ABSTRACT**

This work has as main purpose to reveal the several process of segregation in the city of São João Nepomuceno, by using as its basis the constitution and the constant changes at the urban space, and by connecting the several dynamics at the territorial structure with those ones of social structure. This process will be studied since the evolution of its urban footprint over time, and also from the profile of state acting in symbiosis with other actors at the development of this space, specially the industrial capitals of textile and clothing production sectors. One of the great contributions in this effort is to perceive the segregation in territorial structure shaping of a small urban organism, by setting several relationships with segregation phenomena already studied for Brazilian cities.

Keywords: Segregation. State. Urban Morphology. Territory. Society.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distritos de São João Nepomuceno.....	16
Figura 2 – O esquema de Kohl.....	20
Figura 3 – Os círculos concêntricos de Burgess.....	22
Figura 4 – As seções de círculo de Hoyt.....	23
Figura 5 – Múltiplos núcleos de Harris & Ullman.....	24
Figura 6 – As áreas sociais de Shevky & Bell.....	25
Figura 7 – Conceituação de segregação para Castells.....	28
Figura 8 – O município e sua posição no Vale do Paraíba.....	42
Figura 9 – A Igreja Matriz no século XIX.....	44
Figura 10 – Estação da Leopoldina em São João.....	44
Figura 11 – A Cia. Fiação e Tecidos Sarmento.....	46
Figura 12 – Casa do Dr. Péricles, década de 1970.....	48
Figura 13 – Sede do Clube Trombeteiros de Momo.....	49
Figura 14 – Sede do Botafogo F.C., década de 1970.....	50
Figura 15 – Sede do Operário F.C., década de 1960.....	51
Figura 16 – O núcleo pioneiro em destaque num mapa de 1927.....	53
Figura 17 – As regiões da Matriz e do Rosário.....	54
Figura 18 – A Matriz, a estação e a fábrica.....	55
Figura 19 – Aplicação de Hoyt para São João.....	56
Figura 20 – Casa com inscrição da CFTS.....	57
Figura 21 – Os três segmentos em 1927.....	58
Figura 22 – Os primeiros bairros.....	59
Figura 23 – O São José, anos 1940.....	63
Figura 24 – Habitações pioneiras no bairro Santa Rita.....	65
Figura 25 – Habitação pioneira de 1955 no bairro São José .....	65
Figura 26 – Residências pioneiras no bairro Popular.....	67
Figura 27 – Área a leste da fábrica.....	68
Figura 28 – Localização da região da Rua da Mina.....	69
Figura 29 – A Rua da Mina no início de sua ocupação.....	70
Figura 30 – Os novos territórios a partir dos anos 1980.....	72
Figura 31 – Residências pioneiras no bairro Centenário.....	73

Figura 32 – Construção de casas populares no bairro Três Marias.....	74
Figura 33 – Implantação do bairro Bela Vista.....	76
Figura 34 – Urbanização do conjunto Bela Vista.....	77
Figura 35 – Anúncio de jornal sobre urbanização do conjunto Bela Vista.....	87
Figura 36 – Loteamentos a partir de 2010.....	92
Figura 37 – Área de expansão urbana em 1981.....	93
Figura 38 – Zoneamento pelo Plano Diretor de 2008.....	95
Figura 39 – Localização das instalações industriais.....	99
Figura 40 – Edifício adaptado para confecção de bairro.....	100
Figura 41 – Os três setores industriais.....	102
Figura 42 – Esquemas de Hoyt (esquerda) e H. & Ullman (direita) para São João....	103
Figura 43 – Verticalização na região central.....	106
Figura 44 – AEIU's em São João.....	107
Figura 45 – Panorama da região central.....	108
Figura 46 – Verticalização e adensamento da região central.....	108
Figura 47 – Implantação do bairro Bosque dos Eucalíptos.....	110
Figura 48 – Expansões a partir de 2000.....	110
Figura 49 – Amostras do valor de IPTU por bairro.....	115
Figura 50 – Número de famílias em vulnerabilidade por bairro.....	117
Figura 51 – Georreferenciamento dos dados raciais do IBGE.....	122
Figura 52 – Aplicação das “áreas sociais” para São João.....	124
Figura 53 – Aplicação das “áreas sociais” para São João.....	125
Figura 54 – As igrejas na região central.....	129
Figura 55 – Distribuição das igrejas católicas e evangélicas.....	130
Figura 56 – Capela do bairro Santa Rita.....	131
Figura 57 – Igreja evangélica em edifício histórico adaptado.....	131
Figura 58 – Comércio na Rua do “Sarmento”, década de 1940.....	134
Figura 59 – O Center Moda, voltado ao vestuário.....	135
Figura 60 – Distribuição da atividade comercial.....	136
Figura 61 – Linhas de ônibus circular urbano.....	139
Figura 62 – Grupo Escolar Cel. José Brás, em meados do século XX.....	142
Figura 63 – Área de recreação da Escola Polivalente, década de 1970.....	143
Figura 64 – Unidade do CAIC/PRONAICA no bairro Três Marias.....	144
Figura 65 – Equipamentos de ensino.....	145

Figura 66 – Hospital São João, década de 1920.....	147
Figura 67 – Equipamentos de saúde.....	148
Figura 68 – Piscina do Mangureira F.C., década de 1970.....	150
Figura 69 – Sede campestre do Clube Trombeteiros.....	151
Figura 70 – Praça de esportes do bairro Santa Rita.....	151
Figura 71 – Círculos de abrangência dos espaços de lazer.....	152

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 SEGREGAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA</b> .....	19
2.1 A segregação: da escola de Chicago à crítica neomarxista .....	19
2.2 Estado: atuação na segregação e relação com os demais atores hegemônicos .....	30
2.3 Contexto social brasileiro: leis, instituições e inserção no sistema mundial .....	35
2.3.1 <i>Lei de Terras e a concentração fundiária</i> .....	36
2.3.2 <i>O fim da escravidão e o trabalho assalariado</i> .....	37
2.3.3 <i>Industrialização e inserção no sistema capitalista</i> .....	38
2.3.4 <i>Década de 80: fim do nacional desenvolvimentismo e globalização</i> ..	40
<b>3 SÃO JOÃO NEPOMUCENO: PERSPECTIVA DIACRÔNICA</b> .....	42
3.1 Histórico econômico do município .....	42
3.2 A vida social são-joanense e suas rivalidades .....	46
3.3 Direções da expansão urbana e acumulação da segregação no tempo ...	50
3.3.1 <i>1815 A 1880: do arraial colonial à cidade moderna</i> .....	51
3.3.2 <i>1880 A 1930: consolidação do núcleo central</i> .....	53
3.3.3 <i>1930 a 1980: expansão pela força de trabalho fabril</i> .....	58
3.3.4 <i>1980 aos dias atuais: confecções e novas periferias</i> .....	68
3.3.5 <i>Aplicação das teorias de segregação ao processo de expansão</i> .....	77
3.3.6 <i>Aplicação das teorias do Estado ao processo de expansão</i> .....	80
<b>4 O ESPAÇO URBANO SÃO-JOANENSE NOS DIAS ATUAIS</b> .....	87
4.1 Atual expansão e regulação do uso da terra .....	89
4.2 Distribuição dos meios de produção .....	95
4.2.1 <i>Indústria de transformação: do têxtil ao vestuário</i> .....	95
4.2.2 <i>Construção civil e mercado imobiliário</i> .....	103
4.3 Distribuição da força de trabalho .....	112
4.3.1 <i>Força de trabalho</i> .....	112
4.3.2 <i>Distribuição racial</i> .....	119
4.3.3 <i>Distribuição segundo a religião</i> .....	126
4.4 Distribuição do comércio, serviços e meios de consumo coletivo .....	132
4.4.1 <i>Distribuição dos bens e serviços: comércio e abastecimento</i> .....	134
4.4.2 <i>Transporte coletivo</i> .....	137
4.4.3 <i>Equipamentos de educação</i> .....	141

<b>4.4.4 Equipamentos coletivos de saúde .....</b>	<b>145</b>
<b>4.4.5 Equipamentos de esporte e lazer .....</b>	<b>149</b>
<b>4.4.6 Consumo coletivo e Estado .....</b>	<b>152</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>156</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>163</b>

## APRESENTAÇÃO

A título de esclarecimento é importante destacar as origens da minha ligação com o objeto a ser estudado e o tema da segregação, bem como chamar a atenção para algumas observações sobre o trabalho. Ao longo do tempo, sempre tive uma grande relação com a cidade de São João Nepomuceno, lugar de origem da minha família. Apesar de eu não ser são-joanense e nem ter sido criado lá, posso dizer que tive sempre uma grande intimidade com sua atmosfera e seu cotidiano, o que foi possível graças às férias e aos fins de semana que vivenciei naquele espaço. A minha curiosidade e o fato de se tratar de uma cidade pequena me despertaram, ao longo da infância, uma vontade incessante de explorá-la, tomar conhecimento de cada rua e cada praça, mas sempre era impedido por meus familiares a adentrar certas partes, sempre com algumas advertências do tipo “acho melhor você não ir lá não, é perigoso”. Como era criança, tinha que obedecer, mas isso sempre me incomodava de alguma forma, apesar de não entender porquê. Meu interesse constante pela geografia, minhas leituras e o ingresso no curso de Arquitetura e Urbanismo na UFJF fizeram com que, um dia, eu pudesse compreender melhor todo esse processo. Outra coisa que me levou, após muito tempo, a resgatar essa inquietude quanto aos “lugares proibidos” em São João foi a experiência que tenho vivido no NPGAU, o acesso que me foi permitido, bem como o interesse cada vez maior nos estudos de segregação urbana. Esse contexto me deu a oportunidade para que eu pudesse transformar a vontade de criança em um estudo sistematizado, com potencial para contribuir em diversos pontos do tema da segregação, sobretudo pelo fato de tratar de um objeto de pequeno porte, com possibilidades de manifestações da segregação tão similares a cidades maiores, como será discutido. Durante os últimos meses, o esforço foi de agrupar o máximo de aporte teórico sobre os principais pontos de interesse, segregação e a participação do Estado no processo. Em relação ao estudo de caso, consultas a pessoas por meio de entrevistas e a comunicação com órgãos públicos do município foram os principais meios que serviram como fonte para informações relevantes, além de fotografias e mapas.

## 1 INTRODUÇÃO

O tema central abordado por esta pesquisa está relacionado às formas de segregação em cidades de pequeno porte no contexto específico da periferia do capitalismo. Esta conjuntura nos coloca a problemática acerca da possibilidade dos organismos urbanos de pequeno porte manifestarem assimetrias na distribuição dos grupos sociais no espaço urbano, bem como dificuldades de acesso por determinados grupos, de forma similar ao que ocorre em metrópoles e grandes cidades.

Diante destas questões, o objetivo principal da pesquisa é analisar e mapear as várias formas de segregação presentes atualmente no distrito-sede de São João Nepomuceno, município da macrorregião da Zona da Mata, no interior de Minas Gerais. Três outros objetivos específicos serão buscados também com este trabalho. O primeiro é evidenciar o papel do Estado na segregação a partir da modelagem do espaço urbano e do ambiente construído e das tomadas de decisão a respeito da localização dos grupos sociais. O segundo é encontrar a relação entre cada atividade econômica proeminente ao longo das décadas e a distribuição dos grupos sociais no território. E o terceiro é revelar a presença dos processos de segregação nos tecidos urbanos de pequeno porte, de modo a complementar, sob o ponto de vista do território, um estudo social e antropológico já existente sobre a cidade de São João Nepomuceno. A partir desse raciocínio, espera-se também confirmar a reprodução, no contexto do município em questão, da lógica social da periferia, marcada por uma tendência à reprodução assimétrica do espaço urbano, respaldada nas decisões do Estado e nos interesses do capital privado.

Pretende-se com esta pesquisa expor a importância da compreensão do fenômeno do conflito e da segregação em diferentes escalas, procurando demonstrar, desta forma, o processo como algo estrutural do sistema capitalista e das relações modernas de trabalho de modo geral, que se manifestam invariavelmente tanto em grandes tecidos urbanos quanto em cidades de pequeno porte.

O método de abordagem a ser utilizado foi o dedutivo, partindo de teorias e referências de estudo já consolidadas para analisar os fenômenos particulares do contexto em questão. Foram empregados, para procedimento, concomitantemente, os métodos: histórico (analisando a evolução do tecido urbano e da distribuição dos grupos sociais ao longo das décadas até o presente), comparativo (entre morfologias

urbanas dos casos já estudados por Flávio Villaça (1998) em relação ao estudo de caso em questão) e de estudo de caso, ao verificar a presença, no município escolhido para a pesquisa, dos fenômenos já comprovados e característicos das cidades da periferia. Em relação às técnicas de pesquisa, foi utilizada a técnica de coleta de dados indireta, pesquisa documental e bibliográfica, e também técnica direta de coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 1995), a partir da observação de fenômenos e do cotidiano urbano em pontos da cidade, bem como a análise de mapas e fotos aéreas, que auxiliam significativamente no entendimento do perfil das dinâmicas urbanas ao longo do tempo (diferenciar a cidade formal e a informal, identificar as direções de crescimento da área urbana, impactos, vetores de expansão, e outros). A coleta de dados pela técnica direta também foi feita pela forma de entrevistas a membros da comunidade são-joanense, que se disponibilizaram para contribuir, a partir da experiência de cada um, com esta pesquisa. Três foram os entrevistados: Luciano Fonseca, 86 anos, empresário da cidade do ramo da indústria e comércio, se estabeleceu em São João ainda nos anos 1950, tendo testemunhado de perto as transformações na cidade ao longo do tempo, bem como participado, por meio do fornecimento de material de construção, de alguns empreendimentos em destaque na pesquisa; Geraldo José Barbosa de Mendonça, 65 anos, engenheiro civil, neto do ex-prefeito José Zeferino Barbosa e pesquisador da história da cidade nas horas vagas, também experienciou de forma íntima o surgimento dos bairros e diversos acontecimentos da cidade em sua época de juventude; Eduardo Ayupe Tamiozo, 56 anos, professor, é conhecido pelo seu destacado interesse na história de São João, mais especificamente a respeito do contexto esportivo e da época de ouro dos clubes de futebol da cidade.

Como já mencionado, o universo de pesquisa está delimitado no tecido urbano do distrito-sede do município de São João Nepomuceno, localizado na Zona da Mata mineira. O município testemunha a ocupação pioneira de seu território, bem como sua primeira emancipação política no início do século XIX, e durante este século sua economia se baseia na produção cafeeira por meio das relações de trabalho entre senhor e escravo. Além do distrito-sede em questão, foco da pesquisa, surgiram na região outros arraiais de menor tamanho, como suportes para outras atividades rurais ligadas não só ao café, mas à produção de alimentos. Essas vilas se tornaram distritos vinculados à órbita política e administrativa do município de São João Nepomuceno.



Figura 1 – Distritos de São João Nepomuceno



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em seguida ao período imperial de base escravocrata e cafeeira, o território são-joanense passa por importantes metamorfoses sociais e econômicas a partir de 1880, com a abertura dos canais de integração desta região com a capital nacional por meio da estrada de ferro, possibilitando o fluxo de novos serviços e imigrantes. Esse panorama possibilita a diversificação de sua economia e composição social, e também a consolidação efetiva das relações modernas de trabalho, entre patrões e empregados assalariados. Esses incrementos são impulsionados, em grande medida, pela instalação da indústria têxtil, com a fundação da Companhia Fiação e Tecelagem Sarmiento (CFTS), também ao final do século XIX, o que molda, de forma permanente, o perfil da cidade durante boa parte do século XX até o declínio das atividades deste ramo, na década de 1980. Este contexto de transição inaugura novas vocações econômicas na cidade, que se consolidam nestas últimas décadas do século. A maioria indiretamente ligada à antiga indústria, como a produção de vestuário, que se faz de forma descentralizada em diferentes empresas, e, posteriormente, também em unidades domésticas de produção, por meio do sistema de facções, e outras como a indústria da construção e o mercado imobiliário, sem vínculo aparente com a tradição industrial têxtil consolidada ao longo do século passado.

Durante sua formação econômica, a cidade sofreu modificações substanciais em seu tecido urbano e, como consequência, alterações na implantação dos grupos

sociais neste espaço. Tais modificações foram certamente a ferramenta de pesquisa mais importante para este trabalho.

Para viabilizar o estudo do objeto em questão, faz-se necessário apresentar uma discussão teórica dos principais conceitos trabalhados, a saber, segregação e atuação do Estado. Deste modo, três elementos se tornam os mais relevantes e, sempre relacionados entre si, estiveram presentes ao longo de toda a pesquisa. O primeiro está associado à noção de segregação para o estudo da distribuição dos grupos sociais no território, sob diferentes pontos de vista. O segundo tem o foco na atuação do Estado na construção do espaço urbano, a partir de duas perspectivas, por um lado indiretamente, por subsídios, legislação ou a convivência com os processos de ocupação irregular, e por outro diretamente, sendo o agente modelador das formas urbanas e dos ambientes construídos, por meio de infraestrutura viária, construção de habitação social, remoções e outros, sempre relacionado às variáveis dos demais atores hegemônicos presentes nesse processo: proprietários de terras, proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários (CORRÊA, 1986). E o terceiro é o entendimento, a partir de referencial teórico, do contexto social e econômico brasileiro numa perspectiva cronológica, que constitui uma espécie de pano de fundo para os dois elementos anteriores.

O trabalho foi estruturado de forma a começar pelo aporte teórico até ser conduzido à apresentação e análise da cidade de São João Nepomuceno. Após a introdução, o capítulo 2 inicia com uma exposição das teorias acerca do conceito de segregação no espaço urbano, desde o século XIX, passando pela proeminência da Escola de Chicago até a crítica a seus paradigmas na metade do século XX. Em seguida é apresentada uma reunião de autores que abordaram a questão do Estado como agente da segregação e da modulação do espaço urbano. Por último, o panorama político, social e econômico brasileiro, que constitui uma ponte entre o aporte teórico e o contexto a ser estudado, tanto numa escala global do mundo periférico quanto na escala do objeto estudado, São João Nepomuceno, um pequeno organismo urbano no sudeste brasileiro.

O capítulo 3 trata especificamente da cidade de São João Nepomuceno, com uma introdução histórica, de seu contexto econômico, político e social, que serviu como pano de fundo para a exposição das diversas formas de segregação acumuladas ao longo do tempo, numa perspectiva diacrônica. Tal exposição possibilitou, no capítulo 4, o estudo da perspectiva sincrônica, por meio da análise do

perfil contemporâneo da segregação e da distribuição dos grupos sociais neste território, bem como a distribuição dos meios de consumo coletivo, da força de trabalho, dos meios de produção. Também são de grande relevância o perfil da centralidade urbana em relação aos bairros, os efeitos sociais da segregação, tal como a violência na “periferia”, e, por fim, as perspectivas atuais da expansão urbana. Após esses capítulos, o trabalho é encerrado com as considerações finais, que fazem uma exposição dos resultados desta pesquisa para as diversas formas desvendadas de segregação urbana e para as formas de atuação do Estado na construção do espaço urbano. Serão expostas também as considerações desta sociedade como um microcosmo do contexto periférico mundial, bem como a contribuição desta pesquisa para complementar o estudo antropológico já realizado e que, assim como este trabalho, tem São João Nepomuceno como estudo de caso.

Este trabalho vale também como material de referência para estudos do gênero e para comparações futuras com cidades de porte similar que demandem um estudo de sua dinâmica espacial. Diante do estudo sobre a importância da participação do poder público na produção do espaço, torna-se de grande relevância esta leitura que permitirá traçar os passos a serem dados pela administração no sentido de qualificar suas ações, uma vez que uma parte destas atividades do Estado foram mapeadas ao longo deste trabalho, desde o passado até sua configuração atual. Tal pesquisa constitui também um material para consulta do poder público municipal no intuito de auxiliar na tomada de decisões, além de estar à disposição da comunidade são-joanense e dos demais agentes ou instituições que possam se interessar pela temática aqui abordada.

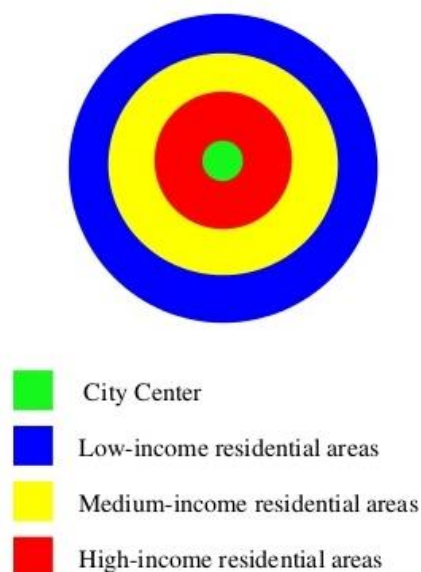
## **2 SEGREGAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE: UMA ABORDAGEM TEÓRICA**

### **2.1 A segregação: da escola de Chicago à crítica neomarxista**

Para iniciar uma reflexão teórica sobre segregação urbana, abordar as contribuições da Escola de Chicago neste campo torna-se tarefa essencial. Trata-se de um conjunto de trabalhos de pesquisa sociológica que tem início na última década do século XIX e experimenta seu auge entre 1915 e 1940, tendo como grande característica a pesquisa empírica, num contexto social que concentrava o foco na assimilação dos imigrantes pela sociedade americana (COULON, 1995). Desde sua primeira geração, a partir de 1890, já ficava consolidado entre seus estudiosos a importância do habitat para as relações sociais. De uma orientação cristã em seu começo, passou a uma maior autonomia, marcada por uma sociologia mais científica após 1900 e a uma proeminência no cenário americano a partir de 1915, com William Thomas, Robert Ezra Park e Ernest Burgess, da segunda geração. Para explicar os padrões espaciais, a Escola de Chicago “se concentrou em fatores behavioristas ou sociobiogênicos” (GOTTDIENER, 1985, p.37), pelo menos até a década de 40.

Apesar dos célebres estudos de Chicago sobre segregação no início do século XX, é possível encontrar autores, talvez estes os verdadeiros pioneiros, que já abordavam o fenômeno no século XIX, em um contexto ainda pré-capitalista ou em que esse modo de produção ainda estava em seus primórdios. Esta disposição da cidade pré-capitalista é caracterizada por um núcleo central que concentra símbolos do poder e o excedente da produção, constituindo um território da elite, enquanto os estratos mais pobres permanecem mais próximos das muralhas ou além destas, nos ambientes rurais, como confirma J.G. Kohl (BERRY, 1973). Engels descreve para a cidade inglesa uma transição, cujo ponto inicial é uma configuração onde os bairros ricos estão em torno do centro tradicional, e, com a expansão das atividades nesta área, a alta renda desloca às áreas periféricas e suas antigas residências se tornam, com o tempo, cortiços destinados à classe trabalhadora (CORRÊA, 1986, p.70).

Figura 2 – O esquema de Kohl



Fonte: MARETTO; ASSIS; GAULAK, 2018.

Já no contexto da Escola de Chicago, Robert Ezra Park, um de seus grandes expoentes, interpretou as áreas de uma comunidade metropolitana como “áreas naturais ou áreas funcionais, por exemplo, o subúrbio, a zona residencial, o centro comercial ou bancário, que devem sua existência diretamente ao fator de dominação” (THEODORSON, 1974, p.49). A dominação opera para estabelecer e manter uma ordem de comunidade. Este fator de dominação tende a determinar a relação entre cada uma das diferentes áreas das cidades e é indiretamente responsável pelo fenômeno de sucessão, que é “a sequência de mudanças pelas quais atravessa uma comunidade no seu ciclo de desenvolvimento, desde um nível primário relativamente instável a um nível relativamente permanente” ou equilibrado (THEODORSON, 1974, p.49). Este processo de estabilização passou a ser visto também no meio social, uma vez que já era testemunhado no meio biológico. Pode-se notar uma perspectiva comportamental, uma vez que “vincula o comportamento humano à competição econômica e a ordem social ao desdobramento espacial da divisão do trabalho” (GOTTDIENER, 1985, p.39).

Em 1926, Roderick McKenzie realizou uma publicação sobre ecologia humana, trazendo uma série de conceitos relacionados à dinâmica social do espaço, que se tornou proeminente com a Escola de Chicago. A ecologia humana seria algo entre a geografia e a economia, que estuda os mesmos problemas de ambas, mas relacionando-os com os processos de distribuição humana (THEODORSON, 1974). McKenzie descreveu uma série de processos ecológicos que se tornaram objetos de

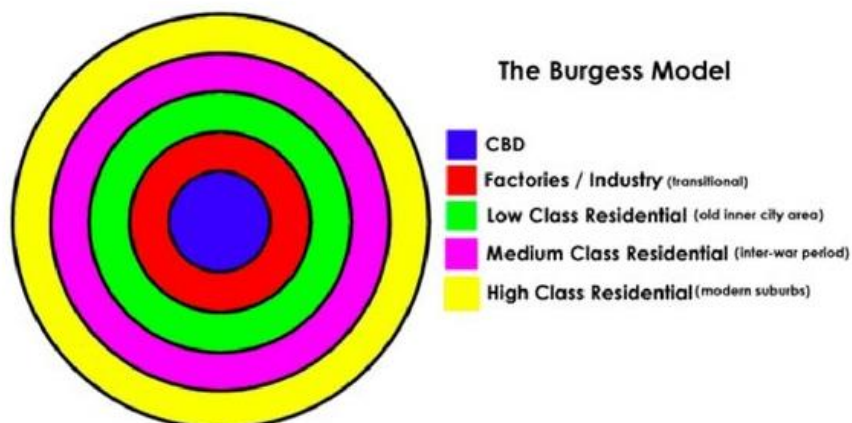
interesse para os estudos espaciais, como concentração, centralização, segregação, invasão e sucessão. Em relação à segregação, McKenzie considera como o resultado da atuação de uma combinação de forças seletivas, cujo atributo econômico é sempre preponderante em relação aos demais, tais como a língua, raça ou cultura (THEODORSON, 1974). Como afirma Gottdiener, McKenzie explicava a distribuição espacial da cidade “convertendo as forças ecológicas numa teoria da localização espacial derivada da competição biogênica pela terra” (GOTTDIENER, 1985, p.40).

Zorbaugh descreve as “áreas naturais”, também vistas no trabalho de Ezra Park, como “áreas geográficas caracterizadas pela individualidade física e pelas características culturais dos indivíduos que nela vivem” ou “unidades na estrutura física das cidades com tipo de individualidade física, atitudes, sentimentos e interesses característicos das pessoas segregadas em seu meio”. (THEODORSON, 1974, p.86-87). Cada área, graças a sua proximidade com determinados tipos de unidade ecológica, vai ter sua individualidade refletida nos preços da terra e da habitação.

O estudo da diferenciação entre regiões de habitação no espaço urbano foi feito por Burgess, em 1925, e confirmado em um estudo sobre criminalidade e delinquência juvenil feito por Shaw e McKay em 1942. A Burgess “ficou a tarefa de pintar o quadro da teoria do espaço defendida pela Escola de Chicago” (GOTTDIENER, 1985, p.40). Os bairros mais próximos dos centros comerciais e industriais concentravam a população de mais baixa renda e tinham as mais altas taxas de criminalidade. Ao contrário, os bairros da periferia da cidade, mais ricos, tinham taxas de delinquência muito baixas (COULON, 1995, p.74). Essa configuração tem base nas grandes cidades americanas, que já passavam, no início do século XX, a uma fase industrial do capitalismo, onde a elite motorizada passava às periferias, em aprazíveis subúrbios (CORRÊA, 1986, p.68). Gottdiener também associa a dinâmica explicada por Burgess à capacidade relativa dos habitantes de suportar os custos de transportes, e também à especulação da terra:

Burgess acreditava que as propriedades pouco desenvolvidas de tais agentes em torno do distrito comercial central, junto com o fato desfavorável de as estruturas residenciais estarem próximas das empresas industriais, criaram um *slum* negligenciado, adjacente ao centro, que ele chamou de zona de transição. Casas em ruínas, divididas em cômodos por proprietários especuladores, à espera de uma reurbanização e posterior expansão do distrito comercial central, atraíram os elementos “mais surrados” da população [...] Isso serviu para induzir ainda mais os elementos prósperos da população a abandonar o distrito comercial central e, no final, deu má fama à cidade (GOTTDIENER, 1985, p.41).

Figura 3 – Os círculos concêntricos de Burgess



Fonte: SUGIARTO, 2016.

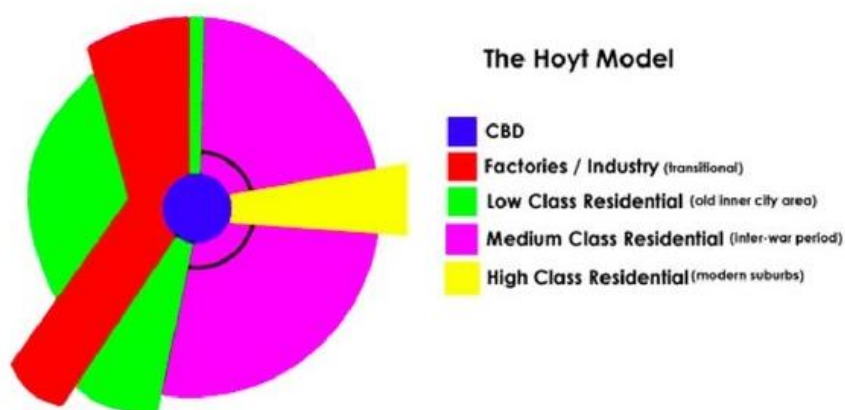
Gottdiener (1985) chama atenção para o fato de que o modelo de Burgess, que consubstanciava espacialmente as ideias da Escola de Chicago, evidenciava a competição entre grupos sociais e forças econômicas, mas a partir deste momento começavam as limitações da ecologia humana. Em primeiro lugar, o modelo de Burgess se aplicava a condições socioeconômicas muito específicas, características das cidades norte-americanas e “quando estas condições mudam qualitativamente, a pretensão de universalidade de seu modelo cai por si só” (CASTELLS, 1983, p.183). Em segundo lugar, apesar de levar em conta a ideia de grupo, presente desde as áreas naturais até as unidades ecológicas, a orientação da Escola de Chicago se guiava pela ideia da adaptação, e não se levava em conta as dinâmicas desses grupos e suas localizações no espaço a partir de classe ou status, como se testemunha nas desigualdades econômicas, nem a questão dos elementos culturais, como o racismo. Há também a falta da questão do Estado e sua intervenção para a correção das assimetrias, o que é fruto, em parte, do determinismo tecnológico dos ecologistas e outros do pensamento “convencional” (GOTTDIENER, 1985). Por convencional entende-se, segundo Gottdiener (1985), todo o pensamento em relação à teoria urbana anterior às críticas marxistas no final da década de 1960.

Homer Hoyt, economista americano, faz, no final da década de 1930, uma revisão do estudo da distribuição das classes no espaço feito até então. Afastou-se da ecologia humana dos intelectuais de Chicago para aplicar à sua análise uma abordagem mais voltada à economia e ao mercado imobiliário. Explicou o movimento

residencial das elites segundo um eixo partindo do centro, o que configurava um círculo esquemático dividido em secções com ângulo no ponto central, caracterizadas pela má distribuição das vias de transporte e a dificuldade das elites em se expandir lateralmente (VILLAÇA, 1998, p.199). Castells descreve o esquema, destacando a tentativa de Hoyt de tornar seu modelo flexível a condições históricas particulares de cada contexto, bem como os limites de seu objetivo de se desvencilhar da ecologia:

Assim, as distinções setoriais propostas por Hoyt tentam adaptar o modelo às situações nas quais encontramos uma rigidez social devida à história particular de zona. Uma ou outra camada, implantada num setor, coloniza o conjunto de um certo raio, de dentro para fora, sem se transformar em bloco numa nova coroa. Mas o movimento ecológico e sua determinação funcional permanecem os mesmos (CASTELLS, 1983, p.184).

Figura 4 – As secções de círculo de Hoyt



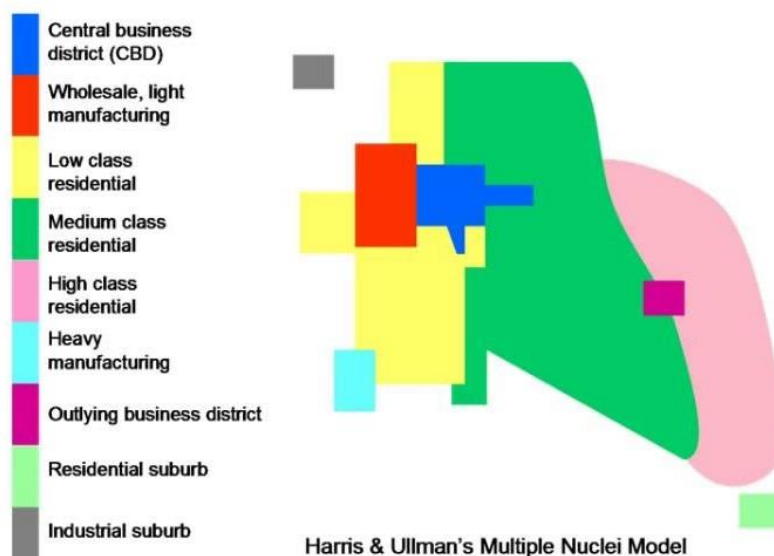
Fonte: SUGIARTO, 2016.

No fim da Segunda Guerra Mundial, Harris e Ullman adicionam, a partir de um novo modelo, um novo fator que ainda não havia sido alterado nos esquemas convencionais: a cidade não crescia somente a partir de um único núcleo urbano. O pós-guerra inaugurava uma nova rodada no capitalismo que descentralizava as funções no espaço, favorecendo uma configuração polinuclear, com novos centros comerciais e de negócios nos arredores dos setores das classes altas e médias. Essa configuração torna-se, de fato, mais adequada à realidade das grandes metrópoles.

[...] a teoria dos núcleos múltiplos, que tenta combinar o desenvolvimento por coroas e divisão funcional da cidade, considerando o desdobramento espacial de cada função como uma série de processos separados, prolonga um pouco as proposições iniciais da Escola de Chicago na análise das novas regiões metropolitanas, cuja complexidade ultrapassa o quadro sumário do modelo de Burgess (CASTELLS, 1983, p.184).



Figura 5 – Múltiplos núcleos de Harris & Ullman

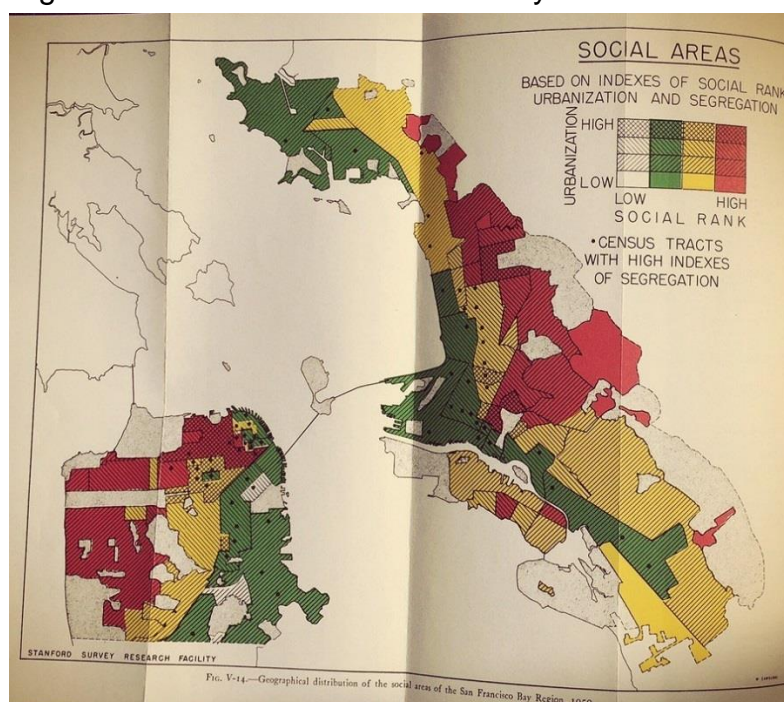


Fonte: APHUG, 2010.

Shevky e Bell conseguiram, na década de 1950, “ultrapassar a oposição ideológica entre a determinação do espaço pela natureza e sua modelagem pela cultura, para unir estes dois termos numa problemática que reconhece a especificidade do social humano” (CASTELLS, 1983, p.189) com a propositura do que foi chamado de “áreas sociais”. A área social é um modo de revelar a segregação no espaço urbano de forma a definir a maior homogeneidade no interior das partes. Essa homogeneidade vai ser encontrada pela união dos dados de três dimensões sociais: a primeira relacionada à profissão, instrução e renda (nível social), a segunda vinculada ao status familiar (urbanização) e uma terceira definida pela etnia (segregação). Cada dimensão é descrita na obra dos autores:

- i – Posição social – A construção deste índice deriva da diferenciação de indivíduos e grupos sociais na sociedade moderna, diferenciação que pode ser descrita pelos indicadores de ocupação, educação e preço da habitação. A ocupação é considerada como o mais importante indicador.
- ii – Urbanização – Este índice deriva da estrutura mutável da atividade produtiva, sendo composto pelos indicadores fecundidade, mulheres ativas e unidades residenciais unifamiliares, que se associam às mudanças do papel da mulher na sociedade moderna.
- iii – Segregação – Este índice refere-se à tendência a concentração espacial de grupos étnicos diferentes, refletindo também o processo de complexificação da sociedade moderna, que inclui a migração. O indicador que descreve este índice é grupos raciais e nacionais (SHEVKY & BELL, 1974, p.380 apud CORRÊA, 2016, p.14).

Figura 6 – As áreas sociais de Shevky &amp; Bell



Fonte: BAUER, 2014.

R. L. Corrêa chama a atenção para o fato de que a segregação é um processo que caracteriza a cidade, e não apenas a cidade capitalista (CORRÊA, 1986, p.61), apesar de que este modo de produção dinamiza a segregação, deslocando as classes no espaço, em contraponto com a estrutura imobilizada da segregação em ambientes urbanos arcaicos (CORRÊA, 1986, p.69).

A ruptura definitiva com o pensamento convencional<sup>1</sup>, que se manteve fiel a alguns pontos da Escola de Chicago, foi possibilitada por uma série de eventos na década de 1960, que atingem os dois principais bastiões do capitalismo central, Estados Unidos e França, o que torna propícia a entrada dos marxistas no debate da análise urbana. Uma série de rebeliões nos guetos americanos, entre elas Watts, em 1967, e as greves francesas em maio de 1968, além de abalar as sólidas estruturas do ciclo virtuoso do capitalismo no pós-guerra, foram a porta de entrada para aquilo que faltava na análise urbana feita pelos convencionais até então: “o papel das frações de classe no espaço, a relação entre desenvolvimento espacial e controle social, o

---

<sup>1</sup> Gottdiener (1985) classifica como convencionais as reflexões acerca da questão urbana realizadas desde a Escola de Chicago, no fim do século XIX e as ideias behavioristas da década de 50. Este grupo de pensadores vistos por este autor como convencionais perdem espaço definitivamente na década de 60 com o advento das contribuições marxistas sobre a questão urbana.

conflito de classes tal como se distribui no espaço e a relação entre o Estado e o espaço” (GOTTDIENER, 1985, p.76).

Uma das críticas marxistas à Escola de Chicago se faz em relação à ênfase dos estudos convencionais somente no plano concreto, às formas espaciais. Para David Harvey, o plano concreto, traduzido nas formas espaciais (HARVEY, 1980) e o plano abstrato, traduzido dos processos sociais, se realimentam, algo que não foi levado em conta nem pelos teóricos da ecologia urbana e convencionais em geral, que enxergavam a dinâmica no espaço, mas tinham dificuldade em considerar os processos sociais, nem pelos economistas, que, ao contrário, nunca viam seus fenômenos abstratos numa perspectiva do mundo concreto. Era necessária a fusão do abstrato com o concreto, dos processos sociais com a forma espacial.

Dentre os marxistas que passaram a levar em conta a questão espacial, sobretudo após 1968, Manuel Castells foi talvez o que mais contribuiu para o desapego definitivo em relação às ideias convencionais. Sua crítica, contida na obra *A Questão Urbana*, tinha como objetivo primordial “ultrapassar a descrição dos mecanismos de interação entre as implantações e as atividades, para descobrir as leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais” (CASTELLS, 1983, p.191), compreendendo o espaço enquanto expressão da estrutura social. A partir desta lógica, o espaço, assim como a estrutura social, é modelado por um conjunto de três elementos: econômico, político e ideológico. A aplicação desta tríade é feita de forma similar à que Althusser propôs para o sistema social como um todo, mas desta vez a um sistema homólogo, aplicado à realidade concreta, o urbano (GOTTDIENER, 1985, p.121).

Para se chegar à abordagem da segregação em Castells, dentre esses três elementos modeladores, é preciso explorar o econômico em especial. O elemento econômico é traduzido pela interação entre força de trabalho, meios de produção e não trabalho, e a expressão espacial desta interação é compreendida a partir de quatro elementos: produção, consumo, troca e gestão. A produção é a expressão espacial dos meios de produção e o consumo, expressão espacial das forças de trabalho, é constituído de seu principal componente, a moradia, e a consequência mais evidente de sua manifestação no espaço é a segregação. Num primeiro momento, Castells fez uma definição puramente espacial do conceito de segregação:

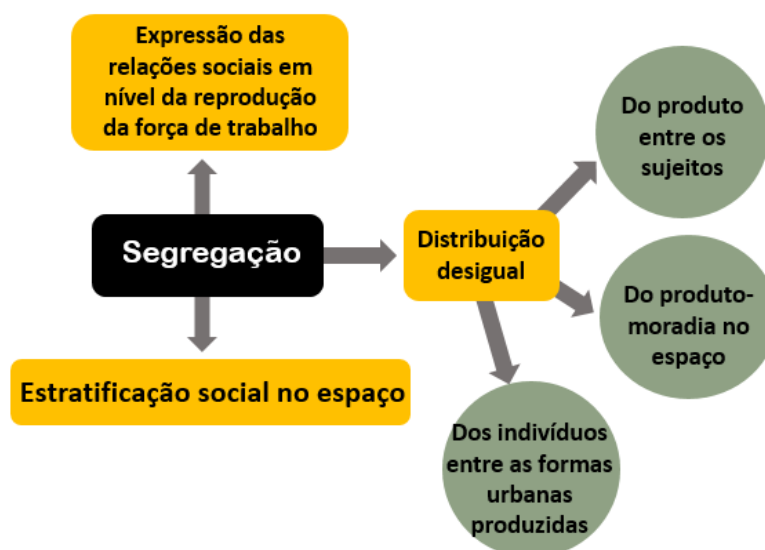
[...]entenderemos por segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia (CASTELLS, 1983, p.250).

O divórcio definitivo com as ideias convencionais se revela quando Castells relaciona a distribuição das moradias no espaço como um reflexo da distribuição dos produtos e da articulação da luta de classes, o que traz ao debate o ingrediente de determinações sociais na modelagem do espaço.

A distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, por conseguinte, opera os reagrupamentos em função da capacidade social dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função de suas rendas, de seus status profissionais, em nível de instrução, de filiação étnica, da fase do ciclo de vida etc. Falaremos, por conseguinte, de uma estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social e, nos casos em que a distância social tem uma expressão espacial forte, de segregação urbana [...] existe um reforço da segregação, um transbordamento de seus limites tendenciais ou modificação dos fatores de ocupação do solo, segundo a articulação da luta de classes no local de residência, por exemplo através da utilização simbólica de uma zona urbana, ou o reforço da comunidade de grupo pelas fronteiras ecológicas (CASTELLS, 1983, p.249-250).

Castells (1983) também amplia a questão da segregação para além da projeção da estratificação social no espaço, e a considera “um efeito da distribuição do produto entre os sujeitos, do produto-moradia no espaço e também da correspondência entre estes dois sistemas de distribuição” (p. 252). Chama a atenção para a “compreensão da composição do espaço por meio de seu processo de produção, a nível das formas urbanas e da distribuição dos indivíduos entre elas” (CASTELLS, 1983, p. 253). Destaca ainda que é, mais que a distribuição das residências e dos grupos sociais no espaço, “a expressão das relações que determinam a segregação e suas modalidades, em nível da reprodução da força de trabalho” (CASTELLS, 1983, p. 262).

Figura 7 – Conceituação de segregação para Castells



Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante expor a análise pelo autor da segregação na interação do elemento consumo, ou reprodução da força de trabalho, com o elemento produção, sendo esta interação a tradução do elemento troca, que está relacionado ao transporte, circulação, fluxo e mobilidade.

Em nível econômico, ela (a estrutura do espaço residencial) obedece à distribuição do produto entre os indivíduos e à distribuição específica deste produto que é a moradia. Este fator está na base do conjunto do processo. Sempre em nível econômico, a implantação dos locais de produção só exerce influência indireta, quer dizer através de situação na rede de transportes. Isto obriga a considerar a segregação de forma bem mais dinâmica, não só simplesmente como uma diferença de locais, mas como uma capacidade de deslocamento e de acesso em relação a pontos estratégicos da rede urbana (CASTELLS, 1983, p. 262).

Outros autores também procuraram explorar as diversas manifestações da segregação no espaço urbano em suas obras, muitas vezes na forma de uma subdivisão didática de tipos específicos, que podem dialogar ou não entre si. Lojkin (1997) expõe três tipos de segregação social e espacial, sobre a qual se baseia o abismo de interesses entre a classe trabalhadora e as camadas médias: um ao nível da habitação, o outro ao nível dos equipamentos coletivos e o terceiro ao nível do deslocamento entre a casa e o trabalho. O autor levanta outra diferença relevante de nomenclatura ao estudar o deslocamento das classes sociais do centro para as periferias de Paris. A hipótese é de que haja uma diferença entre segregação urbana e segregação residencial, sendo a primeira a compartimentação do espaço urbano

em diversas funções específicas (lazer, residência, negócios) e a última como a segregação social efetiva, com a distribuição desigual das camadas sociais no território (LOJKINE, 1997).

Lefebvre (2016) trata a segregação no âmbito de sua crítica à racionalidade e à inteligência analítica do urbanismo, sendo um fator equivalente, no espaço, à especialização e parcelarização do trabalho, ligadas à ideologia e estratégia de classe. A segregação se desenvolve ao longo de três aspectos sucessivos, a começar *espontaneamente* pelas diferenças de renda e ideologia, que *voluntariamente* se estabelecem lugares separados no espaço, e esta separação se dá de forma *programada*, sendo aceita sob o pretexto da planificação. Os bairros residenciais, mesmo não apresentando aparentemente uma separação muito evidente, tendem a ser, de modo geral, como guetos. A segregação pode ser ainda subdividida em diferentes critérios: ecológicos (favelas e cortiços), formais (deterioração dos signos e significações da cidade) e sociológicos (modos de vida, etnias e culturas) (LEFEBVRE, 2016).

Outro ponto importante para a análise da segregação está na diferença da estratificação social, no nível da sociedade e seu grau de incidência do espaço. Há, portanto, um nível de segregação relacional e outro geográfico. O primeiro “implica a ausência de interações entre distintos grupos sociais e o outro alude a uma distribuição desigual e distante dos grupos sociais no espaço físico” (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2001 apud SOLDANO, NOVICK, CRAVINO, BARSKY, 2018, p.22). Uma vez compreendida a ideia da expansão urbana como um processo de fabricação de territórios diferenciados ou arquipélago de modos de vida antitéticos, a segregação também pode se manifestar de forma autoinduzida, que é o caso dos condomínios fechados da alta renda, de forma estrutural, presenciada pelos assentamentos informais da baixa renda (SVAMPA, 2001, MERKLEN, 2005, AUYERO, 2001 apud SOLDANO, NOVICK, CRAVINO, BARSKY, 2018) ou por zonas intermediárias que desestruturam a vida cotidiana da cidade. Soldano (2010) elenca os males efetivos do isolamento e da segregação, dentre eles a naturalização das desigualdades de acesso e a ameaça à coesão social, uma vez que são reduzidos os ambientes de convivência bem como as oportunidades para tratar de forma crítica as desigualdades e os estigmas de diversos grupos sociais.

## 2.2 Estado: atuação na segregação e relação com os demais atores hegemônicos

Antes de iniciar a discussão sobre o papel do Estado na segregação bem como na modelagem do espaço urbano, é necessária uma introdução com o objetivo de expor alguns aspectos a respeito de sua história e de seus conceitos. Apesar de podermos resgatar a história do Estado e da burocracia em seus modelos na antiguidade, como os grandes impérios ou cidades-estado, é mais adequado nos limitar à consolidação do moderno Estado-nação, que acontece definitivamente em meados do século XVII, com a Paz de Westfália<sup>2</sup>, um fato simbólico que marca a legitimidade das soberanias estatais europeias sobre o poder universal da Igreja, que permanecia inquestionável desde o fim do Império Romano.

Essa soberania legítima dos Estados é inaugurada sob o molde de monarquias absolutas, com burocracias eficientes, abrangentes sistemas de coleta de impostos e grande centralização das decisões de governo. É exatamente em meio a este contexto de grande capacidade de organização da sociedade por parte dos Estados que, conseqüentemente, vai ocorrer também sistemática intervenção estatal na construção e regulação dos espaços urbanos, testemunhados nas cidades barrocas dos séculos XVII e XVIII. Essas intervenções, características do período mercantil, passam a ser pouco a pouco questionadas pelas ideias liberais no contexto da revolução industrial, iniciada na Inglaterra a partir de 1750, e o Estado, ao menos em todas as sociedades que começam a experimentar o fenômeno da industrialização neste período, é pressionado politicamente a retirar sua participação do desenho dos espaços urbanos exatamente no momento em que a cidade dilata impressionantemente seus limites ao tornar o lugar da produção e a moradia da massa operária (LEFEBVRE, 1999).

Neste processo, que dura aproximadamente um século, de 1750 a 1850, as classes dominantes, já tradicionalmente consolidadas nas cidades, passam a disputar espaço também com os dominados. A ausência do Estado contribui para crises sistemáticas na moradia, no transporte e no saneamento, até que o risco de colapso e de rebeliões operárias leva as elites a ver com bons olhos a volta das intervenções

---

<sup>2</sup> O Tratado de Westfália, de 1648, é considerado o episódio que encerra o processo iniciado pela Reforma Protestante, iniciada um século antes. O triunfo do poder soberano das nações sobre a Igreja Católica e o Sacro-Império Romano, podem ser vistos também como o marco inicial das relações internacionais modernas.

estatais no desenho e planejamento das cidades (BENEVOLO, 1980). Surge, dessa forma, o urbanismo como ciência, que é inaugurado pelas iniciativas à moda de Haussman e Cerdá, onde o proletariado era jogado para fora dos centros. Após a Comuna de Paris em 1871 e a virada do século, esse urbanismo se vê em meio à discussão sobre o direito à habitação, que se concretiza na ordem disciplinar da cidade moderna, até a crise da metrópole revelada pelas rebeliões de Watts e o contexto de maio de 1968, na França. A figura do Estado neste processo, com seus sucessos e fracassos, se torna um importante objeto de discussão entre diversos teóricos que pensam, de alguma maneira, o espaço e a sociedade. Uma vez que nosso objetivo primordial é mostrar como a atuação do Estado provoca a modelagem desigual dos organismos urbanos, a perspectiva marxista e seu debate com outras fontes será de grande relevância para o entendimento deste processo, por buscar nos fatores econômicos e sociais os motores dessas configurações espaciais.

O primeiro ponto relevante a ser tratado é a relação entre o Estado, o espaço e a economia capitalista. Surge dessa relação o debate a respeito da função do Estado na construção da cidade capitalista. Ele pode ser um instrumento político ou um agente que atua de acordo com seus próprios interesses. Na perspectiva marxista, ele é mais um instrumento político do que um interessado autônomo. Um instrumento que administra e regula o sistema capitalista. Duas funções são primordiais, portanto: acumulação, “administrando o processo de acumulação de capital na forma como é desenvolvido o espaço”, e legitimação, “ação de política pública em atenuar o conflito de classe” (SCOTT, 1980; LOJKINE, 1977a, p.141 apud GOTTDIENER, 1985, p.136).

Essa dinâmica, traduzida para a perspectiva do conflito urbano, constitui no antagonismo entre capital e trabalho, refletindo a primazia das condições econômicas para a compreensão das disputas no espaço urbano. Por outro lado, o conflito pode ser interpretado a partir de desigualdades no provimento de recursos, o que dá maior relevância ao conflito definido por relações sócio-espaciais e à figura do Estado como um modelador direto do espaço, mais do que um instrumento político (GOTTDIENER, 1985).

Uma importante contribuição neste debate a respeito do Estado e sua natureza na dinâmica urbana vem da noção de “consumo coletivo” de Manuel Castells, em sua obra *City, Class and Power*, de 1978, que constitui um meio termo na perspectiva do Estado como modelador e como instrumento das forças econômicas. Gottdiener resume de forma clara o conceito de consumo coletivo como “algo necessário para a



reprodução da força de trabalho e tem de ser suportado pelo orçamento público, pois não existe incentivo para que o capital privado os forneça” (1985, p.139). Lojkin também reforça essa ideia. A cidade capitalista seria a concentração dos meios de reprodução da força de trabalho, dos meios de consumo coletivo e dos meios de reprodução do capital. Os meios de consumo coletivo, escolas, equipamentos culturais, hospitais, ruas e avenidas apresentam lógica oposta às regras gerais de produção capitalista, não acrescentando valor ao processo de produção (LOJKINE, 1997). São classificados como “relegados”, capital totalmente desvalorizado, no caso de equipamentos culturais e de saúde, ou como “necessários” capital de despesa, no caso de escolas e infraestrutura de transporte (LOJKINE, 1997, p.179-183).

Apesar dos esforços da teoria do consumo coletivo de encontrar um ponto de convergência que satisfaça as dúvidas sobre o papel do Estado no espaço urbano, pode-se ainda explorar a dicotomia entre “Estado instrumento”, que age em nome do capital para que este configure o espaço, e “Estado desenhista”, que age diretamente para produzir o espaço. Misztal e Misztal (1984) nos oferece a perspectiva do papel do Estado como agente direto na construção de cidades nos regimes socialistas, indo de encontro à visão marxista clássica do Estado como apenas instrumento dos agentes econômicos dominantes (apud GOTTDIENER, 1985). Dessa forma, podemos levar em conta esse modo de atuação direta do Estado como uma possibilidade a ser considerada também no mundo capitalista, como aponta Gottdiener (1985, p. 136-137).

Essa diferença pode ser encontrada também em Castells, que destaca duas formas distintas, e que cabem aqui, de intervenção do Estado: intervenção da oferta e intervenção na demanda (1983). Essa participação do Estado está inserida no conceito de “reprodução da força de trabalho” ou “consumo” como um dos elementos espaciais do segmento econômico da modelagem do espaço. A intervenção na demanda consiste na “criação de demanda solvável [...] ajudando famílias sem possibilidade de pagar um aluguel muito alto [...] e a concessão de facilidades de crédito para compra de moradias sociais ou empréstimos com juros relativamente baixos”. A intervenção da oferta é a “construção direta das moradias [...] construção pública que oferece ao Estado uma possibilidade de intervenção eficaz na atividade econômica, bem como uma margem de manobra no terreno das “realizações sociais” (CASTELLS, 1983, p. 237-238). A intervenção na oferta, neste caso, seria o

equivalente à concepção do Estado como modulador do espaço, ao molde, para Gottdiener, das potencias socialistas e capitalistas.

Diferentes autores realizaram o esforço de classificar a relação do Estado com o ambiente construído das cidades sob diversas perspectivas, de modo a explorar o grau de incidência da intervenção estatal e suas várias áreas de abrangência. Lojkine (1997) considera que a planificação constitui um dos componentes do que chama de política urbana capitalista, que é o produto de contradições urbanas e forças sociais. Além da dimensão *planificadora*, existe a dimensão *operacional*, “práticas reais pelas quais o Estado central e os aparelhos estatais locais intervêm financeira e juridicamente na organização do espaço urbano”, e a *urbanística*, que “materializa no espaço os efeitos sociais da planificação” (LOJKINE, 1997, p.202). Além das três dimensões apresentadas, o autor classifica também as intervenções estatais em três setores: a localização industrial, a localização dos diferentes tipos de habitação, e a localização dos meios de consumo. Há um quarto setor, o uso do solo, comum aos três anteriores:

O uso do solo em si pode constituir um quarto elemento embora os processos de aquisição e de atribuição do solo pelos aparelhos estatais constituam menos um “setor” das práticas urbanas do que um elemento de práticas jurídico-financeiras comuns aos três setores (LOJKINE, 1997, p.211).

Estes setores constituem a atuação do Estado na reprodução dos meios concentrados pela cidade capitalista, já citados anteriormente: o industrial sendo a reprodução do capital, a habitação sendo a reprodução da força de trabalho, e o consumo sendo os meios de consumo coletivo.

É pertinente extrair da mesma obra de Lojkine o debate sobre a atuação da esfera pública em relação à luta de classes, o que contribui para a elucidação da temática a respeito do Estado contida aqui, sobretudo a dúvida já colocada se ele é, por um lado, uma espécie de comitê eleitoral da classe dominante, como prefere Lojkine, o Estado subordinado ao capital monopolista, ou por outro lado, a condensação de diversas forças de classe de Poulantzas, que realiza concessões a frações de classes não dominantes ou assalariadas. Essas concessões são consubstanciadas espacialmente na forma de quatro elementos da política pública: a política fundiária, a autonomia local, a política de centros comerciais e as renovações urbanas (LOJKINE, 1997). Essas concessões, feitas “sob pressão de movimentos de protesto maciços”, apresentam limites dentro do sistema capitalista, que “não devem ser atribuídos a uma opção urbanística nem a uma forma arquitetural peculiar, mas

sim à segregação da qual são vítimas os trabalhadores com referência às zonas de concentração dos equipamentos coletivos” (LOJKINE, 1997, p.300).

Henri Lefebvre (1970), para esclarecer sua crítica ao urbanismo e ao Estado, subdivide o fenômeno urbano em níveis, tanto diacrônica quanto sincronicamente. A subdivisão diacrônica é o célebre eixo temporal pelo qual passa a cidade, indo do rural, passando pelo industrial até chegar à fase crítica, que terá seu desfecho na sociedade urbana. O sincrônico se refere à uma subdivisão em níveis no espaço atual, do superior ao inferior: o superior global sendo o G, um intermediário M e o privado P. O G é aqui o mais importante a ser visto, uma vez que traduz a crítica lefebvriana do Estado como o executor máximo das estratégias e da lógica da classe dominante, e a versão espacial desta relação é o urbanismo, que reproduz essa lógica em forma de segregação e fragmentação do espaço urbano em funções ou guetos. Sua ação pode variar do *neoliberalismo*, onde o Estado deixa maior raio de ação à empresa privada até o *neodirigismo*, que oferece uma perspectiva mais totalizante de intervenção do poder público (LEFEBVRE, 1999). Há ainda o outro sinônimo do urbanismo e da ação do Estado na chamada *sociedade burocrática do consumo dirigido*, que “organiza o espaço habitado e dirige o consumo do habitat” (LEFEBVRE, 1999, p.147).

Lefebvre chama a atenção para as variações das estratégias a serem usadas pelo Estado, em relação a seu ímpeto de segregar, de acordo com o regime político, evidenciando a diferença, entre sociedades democráticas e totalitárias, nas narrativas e no discurso a ser usado para segregar.

Os poderes públicos, em um país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia. A segregação prevalece mesmo nos setores da vida social que esses setores públicos regem mais ou menos facilmente, mais ou menos profundamente, porém sempre [...] contentemo-nos com indicar que o caráter democrático de um regime é discernido em relação à sua atitude para com a cidade, para com as “liberdades” urbanas, para com a realidade urbana, e, por conseguinte para com a segregação (LEFEBVRE, 2016, p.98-99).

Pode-se ter um panorama do papel chave do Estado na morfologia desigual do espaço da cidade a partir da ideia do Estado como “legitimador de formas determinadas de reprodução diferenciada do espaço urbano, premiando ou não certas qualidades ao espaço, como o acesso ao espaço público” (SOLDANO, NOVICK, CRAVINO, BARSKY, 2018, p.20). Para o debate a respeito do nível de incidência da ação estatal no espaço, é importante destacar que as esferas em que o Estado tem

mais capacidade de atuar de forma direta são na construção de *habitação*, promoção de *equipamentos sociais* ou no planejamento e construção de redes de *infraestrutura*, o que define permanentemente a distribuição das diferentes formas de reprodução social por parte dos diversos grupos envolvidos e confirma o papel do Estado na produção de territórios segregados, por meio da definição do mercado de habitação e trabalho e no abandono de certos grupos sociais (SOLDANO, NOVICK, CRAVINO, BARSKY, 2018).

### **2.3 Contexto social brasileiro: leis, instituições e inserção no sistema mundial**

A sociedade brasileira, desde o período colonial até sua fase moderna, experimentou significativas mudanças em sua estrutura, seja socialmente, politicamente ou economicamente. No entanto, paralelamente a grandes transformações, sempre estivemos diante da persistência de antigas estruturas de poder herdadas do período colonial ou imperial: latifúndio, monocultura de exportação e trabalho escravo, cuja abolição ocorreu somente em 1888. Essas estruturas se mantiveram graças a uma série de mecanismos institucionais e conjunturas econômicas e políticas ao longo do tempo. O regime monárquico dos Bragança assegurava às elites que o sustentavam no poder os altíssimos lucros garantidos pela exportação do café, somado ao baixo investimento em capital variável que era garantido pelo modo de produção escravista (FAUSTO, 2012). A urbanização, um dos reflexos de mudança radical da sociedade brasileira no século XX, pode ter seu caráter compreendido por dois fatores. Primeiramente, pelos já ditos mecanismos legais e estruturas sociais que persistiram em nossa história, entre eles a Lei de Terras, o duradouro sistema escravocrata e a dependência dos lucros do café, que contribuíram para uma industrialização tardia. Em segundo lugar, a inserção da economia no contexto capitalista mundial na década de 1950 contribuiu para um crescimento acelerado das cidades a partir deste momento, devido a um igualmente rápido processo de industrialização e deslocamento populacional para os centros urbanos. Quatro processos são indispensáveis para a compreensão do fenômeno urbano brasileiro: I- a Lei de Terras de 1850; II- o fim da escravidão e consequente entrada no mundo do trabalho assalariado; III- a industrialização nacional e inserção do sistema capitalista; IV- o fim do nacional desenvolvimentismo acompanhado da globalização na década de 1980.

### **2.3.1 Lei de Terras e a concentração fundiária**

O Brasil de 1850 experimentava o início da consolidação do café como principal produto de sua economia agroexportadora, sinônimo de lucro garantido ao país e suas elites escravocratas, após uma lacuna de mais de meio século sem ciclos econômicos importantes<sup>3</sup>. Na política interna, testemunhava-se o início de uma estabilidade nunca antes vista no país como entidade independente, tendo saído inteiro de riscos sucessivos de colapsos na sua unidade nacional no período regencial, que foi marcado pela grande autonomia dos governos provinciais perante o governo central, o que reacendeu adormecidos ímpetos de independência no país, como a Revolução Farroupilha, Cabanagem, Sabinada, etc. (FAUSTO, 2012). Na política externa, começava uma intervenção agressiva do Império Brasileiro na região do Prata, tendo como meta neutralizar as ambições do caudilho argentino Juan Manuel de Rosas para a região, além de exercer influência no Uruguai e também conquistar a hegemonia regional como um todo.

Mas do outro lado do Atlântico a Inglaterra pressionava pelo fim das relações escravas de trabalho, visando mercado consumidor aos seus produtos e colocando em xeque o modo de produção das elites brasileiras. Diante das ameaças inglesas e do risco iminente de rebeliões escravas, como houve no Haiti<sup>4</sup>, o Brasil decide interromper o tráfico negreiro com a lei Euzébio de Queiroz em 1850, mesmo ano da Lei de Terras, permitindo assim compensar o fim da escravidão, agora tido como uma certeza, e acabando com as possibilidades de aquisição de terras ao velho modo colonial. Era permitido, daquele momento em diante, a aquisição de terras somente a partir das relações de compra e venda (MARICATO, 1996). As aquisições por meio de sesmarias estavam abolidas, as terras ainda não ocupadas passavam ao status de propriedade do Estado a só poderiam ser adquiridas mediante leilões e pagamento à vista, não mais a partir da colonização espontânea ou posse. As terras já ocupadas eram regularizadas como propriedade privada e, dessa forma, a configuração

---

<sup>3</sup> Com o final do chamado ciclo do ouro no final do século XVIII, a economia brasileira passa por um momento caracterizado pela ausência de um produto específico para sustentar sua economia, motivo pelo qual o sistema colonial entra em crise no início do século XIX. Esse panorama permanece até o início do chamado ciclo do café, a partir de 1850.

<sup>4</sup> A Revolução Haitiana começa em 1791 com a abolição da escravidão nessa colônia francesa pelo governo revolucionário e a consequente rebelião dos escravos contra os senhores, marcando um período de confrontos que culmina com a independência do país em 1804.

fundiária de grandes porções de terra concentradas nas mãos das elites estaria assim conservada. Trata-se, portanto da versão brasileira do processo de mercantilização da terra de que fala Polanyi, processo no qual “a natureza seria reduzida a seus elementos mínimos [...] a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias primas” (POLANYI, 2000, p.95).

### **2.3.2 O fim da escravidão e o trabalho assalariado**

O fim da escravidão no Brasil pode ser percebido mais como um processo do que como uma data, sendo marcado por uma série de leis destinadas à população negra entre 1850 a 1888. Isso significou quase uma transferência compulsória de parte do contingente da força de trabalho escrava do campo para as cidades, caracterizadas já pelas relações de trabalho assalariado. Esse processo, ao longo da segunda metade do século XIX, pode ser tratado como a mercantilização do trabalho, no sentido de ser uma mudança estrutural de relações de trabalho na sociedade brasileira, onde o antigo escravo passa a vender sua força de trabalho, sendo “despojado da cobertura protetora das instituições culturais e sucumbindo aos efeitos do abandono social” (POLANYI, 2000, p.95). É importante salientar que não se trata de uma defesa da relação escrava de trabalho. O objetivo é traçar uma ponte com o que Polanyi chama de “desenraizamento” do trabalhador, geralmente ligado à produção de alimentos, de seu ambiente natural baseado nas relações arcaicas de trabalho no meio rural. Esse trabalhador “sai compulsoriamente de um contexto consolidado de pertencimento cultural e segurança alimentar para uma incerteza permanente quanto às condições de trabalho na cidade” (POLANYI, 2000, p.116).

Singer também aborda esse processo de desenraizamento no contexto das economias que, como o Brasil, realizaram a transição tardia para o capitalismo, caracterizada pelo surgimento de um desemprego decorrente “da mobilização de grupos sociais anteriormente não integrados à força de trabalho capitalista” (SINGER, 1987, p.129). É esse processo que testemunhamos no Brasil e muitos outros da periferia mundial nesse período da virada do século. Essa mobilização de que fala Singer, no caso do Brasil, vem sob a forma da libertação dos escravos, que já ocorria desde a interrupção do tráfico negreiro em meados do século XIX. Em maiores detalhes, Singer explica tal mobilização da força de trabalho no Brasil ao longo do século XX como

[...] resultando na incorporação ao exército industrial de reserva de ponderáveis massas humanas que aspiram participar de tão propalada sociedade do consumo. Este tipo de desemprego, que pode ser denominado estrutural, resulta, em última análise, da insuficiência de acumulação de capital prévia que permita utilizar imediatamente a força de trabalho tornada disponível por mudanças sociais básicas nas áreas rurais e nas pequenas cidades (SINGER, 1987, p.129).

Soma-se ao contingente escravo o grande fluxo de mão de obra imigrante que desembarcou no Brasil de 1890 a 1900, primeira década da República. A cidade, antes o espaço natural de contingentes restritos, compostos pela burocracia dirigente, aristocracia ou setores liberais, se torna um organismo ampliado, receptor da antiga força de trabalho do campo, sem, no entanto, ter capacidade de absorver a totalidade do novo contingente de mão de obra.

Esse período, que também presencia um processo recente de mudança política do Império para a República, vai ser marcado pelas transformações urbanas nos centros das principais cidades brasileiras, numa espécie de tendência mundial a copiar as grandes transformações urbanas das cidades europeias, que já vinham desde a Paris de Haussmann em meados do século XIX. Apesar de constituírem cenários e objetivos diferentes em cada contexto, essas reformas urbanas guardam semelhanças em relação à reorganização dos centros a partir de um viés positivista e cartesiano, que rasga o antigo tecido urbano com novas avenidas em linha reta e meios de transporte mais modernos, que ligam praças e monumentos entre si (BENEVOLO, 1980). As novas habitações centrais nos “boulevards” são destinadas às elites, num processo acompanhado pela expulsão compulsória dos antigos habitantes do período colonial, como escravos recém libertos ou trabalhadores pobres, para as margens do tecido urbano. Para o contexto brasileiro, “é com o início da República que se afirma o urbanismo modernista segregador” (MARICATO, 1996, p.38), sendo o negro liberto, muito mais que o recém imigrado, o principal alvo desta segregação, o principal componente entre os grupos sociais desassistidos nas periferias, o que marca de forma substancial o panorama da realidade urbana brasileira.

### ***2.3.3 Industrialização e inserção no sistema capitalista***

O processo de industrialização no Brasil ocorre a partir da década de 30, como resposta à crise do modelo agroexportador que vinha se desenhando ao longo de toda

a década de 20, e finalmente entra em colapso em 1929. Tem início uma política de intervenção do Estado a partir de 1930, com o controle da superprodução cafeeira a partir da queima de parte da produção, política de valorização do trabalhador, como a regulamentação do salário mínimo, a criação da Justiça do Trabalho e a sanção da CLT, bem como a criação de instituições, como o Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC). A industrialização se inicia com implantação de indústrias de base, visando produzir bens necessários ao desenvolvimento nacional, que eram antes importados. Com as indústrias instaladas nas cidades e a permanência das relações de trabalho arcaicas no campo (MARICATO, 1996), inaugura-se uma nova rodada de migração do campo para as cidades, e, portanto, de “desenraizamento” da massa de antigos trabalhadores servis e semi-servis às relações salariais nas cidades. Esse movimento é percebido espacialmente na composição das periferias urbanas.

Após a Segunda Guerra Mundial o país inicia um novo ciclo de industrialização, com a produção de bens de consumo duráveis (indústria automobilística) e de capital (indústria naval), integração do território e ampliação significativa do mercado interno (MARICATO, 1996 p.41). Se antes o meio urbano já atraía como possibilidade de empregos e da estabilidade, neste contexto é experimentado um fluxo ainda maior de migração às cidades. Esse modelo permanece do período populista (1945-1964) até a crise dos governos militares (1964-1985).

Esse período em questão é caracterizado pela inserção definitiva do Brasil no sistema capitalista, sendo, de forma semelhante à maior parte da periferia mundial, um processo contraditório e mal distribuído no território. A periferia, neste sentido, “é a parte do mundo na qual o regime de acumulação dos países capitalistas mais avançados não conseguiu se implantar” (LIPIETZ, 1988, p.45).

Concomitantemente à montagem do parque industrial do país, inicia-se, na década de 40, e acompanhada do processo de estruturação institucional do Estado Novo, uma política habitacional cujo financiamento era feito a partir dos institutos de aposentadoria (IAP's) de diversos segmentos da classe trabalhadora, sendo os principais o bancário, o industrial e o comercial. Essa política foi continuada no período populista, junto com outros esforços de centralização da política habitacional no nível federal, como a criação da Fundação da Casa Popular, que se mostraram frustrados, só atendendo a demanda parcial de determinadas classes, sendo insuficiente para cobrir os números da nova força de trabalho urbana ao longo desse período



(BONDUKI, 2014). A política habitacional do período militar (1964-85) foi realizada de forma mais centralizada, por meio da criação do Banco Nacional de Habitação e das COHAB's estaduais, cuja principal fonte de financiamento era o também recém-criado FGTS, o que atendeu às demandas da indústria da construção civil nos anos de crescimento econômico da década de 70. Apesar do grande esforço dessa política, a maior parte do volume de habitações foi absorvida pela classe média, ficando o mercado imobiliário ainda restrito a esses setores. Ao contrário da antiga política inaugurada por Vargas, a política habitacional do período militar ficou marcada pela produção de um grande número de unidades construídas, mas com consideráveis defasagens na qualidade das construções e dos projetos (BONDUKI, 2014).

#### ***2.3.4 Década de 80: fim do nacional desenvolvimentismo e globalização***

A década de 80 tem início em meio a um processo de abertura política ainda no desenrolar do regime militar, com a liberdade partidária e novas eleições. Na economia, o país testemunha o esgotamento do “milagre” a partir dos choques do petróleo da década de 70 e o aumento dos juros nos Estados Unidos, que torna a dívida externa brasileira impagável. Esses eventos são acompanhados pelo início de um longo processo inflacionário, e toda essa conjuntura impede que o Brasil consiga completar seu parque industrial por meio do modelo nacional-desenvolvimentista. O resultado é uma política de contração fiscal, arrocho, e retirada do Estado em vários segmentos, como as políticas urbanas e habitacionais, tendo como consequências o aumento do desemprego, precarização do trabalho e favelização sistemática nas áreas metropolitanas. O aumento da violência, além de ser presenciado pela sociedade devido a todos esses fatos anteriores, está também ligado ao processo de internacionalização das cadeias do comércio ilegal de drogas, responsável pelo surgimento dos poderes paralelos em áreas marginalizadas, que foram as primeiras a sofrer com o processo de retirada do Estado das políticas urbanas. Todas essas consequências têm como pano de fundo o arranjo estrutural da sociedade brasileira montado desde o século XIX, principalmente a questão da concentração de terra e da não conquista da cidadania por uma grande parcela da população, com destaque para a população negra.

O panorama internacional, a economia nacional e a postura do Estado nesse período contribuíram, sem dúvida, para o molde definitivo das cidades brasileiras

como as conhecemos, com grandes periferias marginalizadas compostas por favelas e bairros oriundos de loteamentos irregulares, tendo o “assentamento ilegal residencial constituído inesgotável fonte de clientelismo político que é historicamente praticado no Brasil pelo Legislativo e também pelo Executivo” (MARICATO, 1996, p.24). Esse quadro das problemáticas urbanas é agravado na década de 90 e início do século XXI, período marcado pela ausência de uma política habitacional sistematizada, apesar de um incremento do arcabouço legislativo em relação ao tema (arts.182 e 183 da CF, Estatuto da Cidade, planos diretores municipais), graças às lutas dos movimentos sociais desde a década de 80. Esforços da produção habitacional dos anos 2000 reinauguraram uma política centralizada e de abrangência nacional, desde à concepção de diretrizes e planos de ação do Projeto Moradia (2000), até o incremento institucional ocorrido a partir de 2003, com a criação do Ministério das Cidades e a inauguração da Política Nacional de Habitação em 2004. Apesar da estrutura institucional criada, a implementação efetiva da política habitacional precisou esperar alguns anos até o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, e o Programa Minha Casa Minha Vida em 2009, cujo financiamento vinha tanto dos tradicionais FGTS e SBPE, como também pela via de subsídios provenientes do Orçamento Geral da União. Essas iniciativas têm tido efeito relativo sobre a correção do déficit habitacional entre as parcelas mais pobres, tendo esses programas repetido os mesmos erros do BNH da era militar, que constituía mais um mecanismo de absorção de mão de obra da construção civil e programas voltados para a financeirização e movimentação da economia do que uma verdadeira política habitacional<sup>5</sup>. Além dessa questão dos contingentes a serem beneficiados, a questão urbana e fundiária também contribui para o sucesso relativo do programa, sendo a maioria dos conjuntos “localizada na periferia das cidades, distante dos empregos, desarticulada da malha urbana existente, com projetos de moradia sem qualidade arquitetônica nem identidade com as comunidades locais” (BONDUKI, 2014, p.123).

---

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o tema ver Nabil Bonduki, Os Pioneiros da Habitação Social, 2014.

### 3 SÃO JOÃO NEPOMUCENO: PERSPECTIVA DIACRÔNICA

#### 3.1 Histórico econômico do município

São João Nepomuceno é uma cidade da Zona da Mata mineira. Sua fundação data de 1815, sendo suas primeiras ocupações realizadas por pioneiros vindos do Rio de Janeiro e de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete). A partir desse ano começa a surgir, por meio da doação de alqueires de um dos pioneiros para o patrimônio, o pequeno arraial no alto de um morro e em volta de uma capela, que é hoje a atual igreja matriz. Porém, ao longo do século XIX, o município é incorporado seguidas vezes por seus vizinhos, sobretudo Rio Novo, até sua emancipação definitiva no fim desse mesmo século. Possuía, nesse período, assim como toda a região do Vale do Paraíba, uma economia cafeeira de base escravocrata e essencialmente rural até a primeira expansão de seu organismo urbano a partir de 1895.

Figura 8 – O município e sua posição no Vale do Paraíba



Fonte: COSTA; COSTA, 2012.

A emancipação definitiva no ano de 1880 tem como linha auxiliar a metamorfose social ocorrida com a chegada da linha férrea e do telegrafo à cidade nessa mesma década, integrando o território aos sistemas modernos de comunicação. Assim, com o escoamento de mercadorias, a cidade se tornou destino de diversos tipos de serviços, e, principalmente, de parte do fluxo de imigrantes estrangeiros que recebia o Brasil nesse período. A integração com os grandes centros propiciou a instalação de indústria têxtil, que ocorreu com a inauguração da Companhia Fiação e

Tecelagem Sarmiento (CFTS), se tornando a base de sua economia e concentradora de boa parte de sua força de trabalho. A abrangência das atividades dessa empresa marcou, permanentemente, não só a economia, como todos os demais aspectos da vida social da cidade, consolidando, assim, um dos maiores elementos constituintes da memória coletiva dos são-joanenses. A prosperidade experimentada no auge das atividades dessa companhia proporcionou a São João o tradicional apelido de “Cidade Garbosa”.

Dessa forma, portanto, depois de vários anos de planos, investimentos, estudos, trabalho árduo e tentativas frustradas (felizmente para os são-joanenses) de desvios, finalmente a ferrovia chegava a São João Nepomuceno. E assim foi como se, por um verdadeiro milagre, nossa pacata e então atrasada localidade, que vivia como se fosse um vilarejo dos tempos coloniais, fosse, de súbito, atirada ao mundo da modernidade de então, já quase entrando no século 20. Isso, por sua vez, exerceria um impacto imediato e profundo sobre a própria história são-joanense.

Em 1895, inaugura-se a Fábrica de Tecidos Sarmiento, que, com o tempo, passaria a ser o centro gravitacional de toda a economia do município. Porém a fábrica não serviu apenas para gerar divisas e pagar os salários de grande parte dos são-joanenses. Ela agiu também como um poderoso mecanismo de transformação social e econômica, pelo qual novos tipos de relações e costumes passaram a existir e a se consolidar em nossa cidade (SJNHISTORIA, 2017, p.1).

Desde o último quarto do século XIX o território testemunha, portanto, um deslocamento também de sua população rural ao meio urbano, provocado pelo descolamento desse contingente das suas relações tradicionais de trabalho, aderindo quase que compulsoriamente às relações modernas no meio fabril, instalado poucos anos após o início da atividade ferroviária. Essas transformações na economia e no tecido social condicionaram um processo de dilatação progressiva do tecido urbano, sobretudo em meados do século XX.

Figura 9 – A Igreja Matriz no século XIX



Fonte: PONTES, 2019.

Figura 10 – Estação da Leopoldina em São João



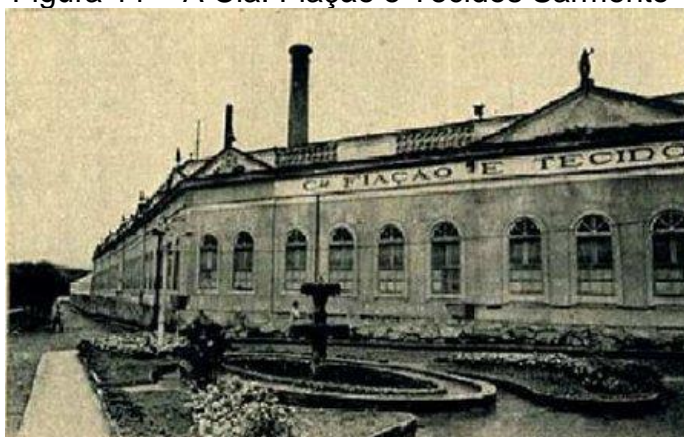
Fonte: PONTES, 2019.

Embora a principal atividade da empresa se concentrasse na produção têxtil, outras empresas subsidiárias e também pertencentes à família Sarmento incrementavam a pauta de produtos, em sua maioria bens de consumo não-duráveis, como couros, calçados, meias, gelo, manteiga, além de uma atividade comercial e de negócios (COSTA, 2016). Desse modo, as indústrias dos Sarmento serviam como um ímã para a atração de uma grande diversidade de atividades ligadas ao setor de serviços, constituindo assim um motor para um progressivo aumento do contingente de força de trabalho ao longo das décadas.

O período mais significativo da expansão da atividade industrial da CFTS se deu ao longo da década de 1940, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que a atividade industrial europeia se encontrava estagnada, gerando, portanto, um aumento significativo na demanda por têxteis por parte desse continente. Esse contexto especial exigia um aumento da produção têxtil no resto do mundo, o

que favorecia, naturalmente, a pequena cidade mineira. Esse período ficou conhecido como o auge da empresa, sendo, portanto, de grande prosperidade para a cidade, e durou até o início dos anos 1960, quando a indústria têxtil europeia estava novamente reestruturada, fechando assim a janela de oportunidade aberta pela guerra (COSTA, 2016).

Figura 11 – A Cia. Fiação e Tecidos Sarmiento



Fonte: GIESBRECHT, 2001.

A década de 1960 marca um período de profunda instabilidade na empresa, gerada por uma série de fatores, tais como a crise econômica nacional, gerada pelo aumento do custo da reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 2003), a já mencionada diminuição na demanda mundial por têxteis, o aumento da concorrência estrangeira, sobretudo asiática e defasagem de equipamento. Essa instabilidade foi marcada também por frequentes mudanças na direção, além de esforços do sindicato e da política local em mitigar as dívidas da empresa, aliviando a situação do contingente de trabalhadores. Esses esforços não tiveram o sucesso esperado, não conseguindo evitar o processo de declínio que começou em um pedido de concordata em 1963 até a decretação de falência em 1971. Há, por um período de dois anos, alguma atividade residual em caráter excepcional, realizada pelo comando do sindicato, até a venda na massa falida no ano de 1973 (COSTA, 2016).

Esse ano marca a retomada das atividades de produção, sob uma nova liderança e com o nome de Fábrica Santa Martha. A década de 1960, além de ter ficado conhecida como uma década de dificuldades para a população são-joanense, testemunhou, por outro lado, o início do processo de diversificação de sua economia, que foi marcado pela manutenção da mentalidade industrial adquirida ao longo dos anos de prosperidade da indústria têxtil local. Enquanto a CFTS dispensava parte de

sua força de trabalho durante a crise, esse mesmo contingente era absorvido pela Marlu<sup>6</sup>, empresa pioneira da produção de vestuário na cidade, que estabeleceu as bases para uma nova vocação que permanece até os dias de hoje.

A atividade industrial da CFTS, e, posteriormente, da Santa Martha, estava concentrada basicamente em uma única e grande instalação que acompanha a linha férrea e está localizada no meio do tecido urbano, mas, com a transição para essa nova economia de confecções, parte da força de trabalho deixa o setor têxtil e uma porção dessa mão-de-obra é canalizada para um ascendente setor de vestuário. A produção diversificada e descentralizada de vestuário passou a ser a base de sua economia até os dias de hoje. O aquecimento da economia e do comércio de roupas atrai novas parcelas de trabalhadores, o que produziu uma nova rodada de bairros incorporados nesse período para alocar a força de trabalho das novas confecções, e, dessa forma, a cidade presenciou também um aumento significativo do setor imobiliário e de serviços, sendo este último ligado também à tradição sedimentada do vestuário. Seguindo a lógica de que, para toda ampliação da produção há uma ampliação também da reprodução, nessa última decisiva para expansão do tecido urbano, São João Nepomuceno testemunhou, portanto, dois momentos principais de expansão: um primeiro ligado ao auge da CFTS e um segundo ligado à atividade das confecções e facções.

### **3.2 A vida social são-joanense e suas rivalidades**

Um dos fatores de grande importância para esta pesquisa é o fato de o objeto em questão se tratar de uma cidade pequena, tendo hoje não mais que 27.000 habitantes <sup>7</sup>, carregando, portanto, um aspecto da vida social que difere consideravelmente das cidades grandes ou metrópoles: o da pessoalização, que condiciona de maneira fundamental os contextos sociais, marcados por alto grau de proximidade (CANIELLO; SOÁREZ, 1989 apud CANIELLO, 1998). Esse panorama dilui, até certo ponto, os ímpetos de conflito nesse organismo onde “todos se conhecem”, denotando um caráter de integração e pessoalidade de tal sociedade. Desta maneira, os conflitos nesta cidade se manifestam de uma forma específica, as

---

<sup>6</sup> Confecções Marlu Ltda., aberta em 1969. CNPJ 24.799.857/0001-09.

<sup>7</sup> IBGE, população estimada em 2020 de 26.447 habitantes. População segundo o censo de 2010: 25.057 hab.

“rivalidades de base faccional” (LANDÉ, 1977 apud CANIELLO, 1998) que tem o poder de fornecer, em um cotidiano tão integrado e aparentemente sem divisões, o sentimento de pertencimento a um ou outro grupo relacionado a algum aspecto específico da vida social.

Em São João Nepomuceno, as rivalidades desse tipo marcam três aspectos da vida da cidade: a política, o carnaval e o futebol (CANIELLO, 1998). Na política, a cidade se dividia desde a República Velha entre duas diferentes facções do Partido Republicano Mineiro (PRM). Essas facções se originaram a partir das querelas sobre a sucessão na liderança do partido, após a morte do antigo chefe, o coronel José Braz de Mendonça. A sucessão natural seria seu filho, o dr. Péricles de Mendonça, a contragosto do antigo aliado do cel. José Braz, José Henriques Pereira Brandão. Esse processo levou à consolidação de dois partidos locais dentro do PRM, os *periclistas* e os *dissidentes*, bem como uma rivalidade entre os jornais apoiadores de cada facção, o *Voz do Povo* e *A Cruzada* (CANIELLO, 1998), marcando para sempre as disputas políticas na cidade.

Figura 12 – Casa do Dr. Péricles, década de 1970



Fonte: Acervo pessoal.

No carnaval, a rivalidade é testemunhada de diferentes formas ao longo do tempo. No início do século XX, com a tradição dos clubes carnavalescos, o grande clube de São João, o *Filhos do Inferno*, sofre uma divisão interna entre seus diretores, o que leva à fundação daqueles clubes que marcariam a grande rivalidade carnavalesca na cidade, o *Trombeteiros de Momo* e o *Democráticos* (CANIELLO, 1998). Essas agremiações disputaram ao longo das décadas quem fazia os melhores



carnavais de clube, que eram realizados em suas respectivas sedes, localizadas na antiga praça do Rosário, uma de frente para a outra.

A respeito dessa rivalidade, é importante trazer o ingrediente da divisão de classes aqui testemunhado, uma vez que o *Democráticos* era o “rival institucionalmente consolidado que contava com a ajuda financeira da elite cafeeira e dos proprietários da CFTS” (CANIELLO, 1998, p.3), ou seja, o clube que representava a elite são-joanense, enquanto o *Trombeteiros* era o clube das classes médias, dos imigrantes italianos e também adotado pela família Sarmiento (PONTES, 2017). As classes populares, as populações negras e mestiças, não estavam representadas entre esses dois clubes que ocupavam o espaço central da cidade e dominavam a “vida social” do carnaval. Esses grupos tinham agremiações próprias, como o *Rancho dos Fenianos* e o *Rancho Colar de Pérolas* (CANIELLO, 1998), e, geralmente, se organizavam em blocos nos carnavais de rua, fora dos clubes. Posteriormente a rivalidade do carnaval de clubes se enfraquece e dá espaço a uma nova rivalidade, marcada pela proeminência das escolas de samba na década de 70, a *Esplendor do Morro* e *Avenida Carlos Alves*, que incrementam essa acumulação de rivalidades faccionais que caracterizam a cidade.

Figura 13 – Sede do clube Trombeteiros de Momo



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Finalmente, no futebol, a rivalidade ocorre em dois momentos. Um primeiro momento é a partir de 1918, com a fundação de dois clubes nesse mesmo ano, o *Mangueira F.C.* e o *Operário F.C.*, que marcam a rivalidade até os anos 50, quando surge uma outra maior e mais conhecida, a partir da organização de jogos nos fins de

semana entre o já mencionado Mangureira e o *Botafogo F.C.*, fundado em 1937. Vale destacar as origens do Operário, uma vez que sua história está diretamente ligada à tradição industrial que a cidade construiu a partir das primeiras décadas do século XX. O clube possuía uma relação muito próxima com a fábrica de tecidos, tanto pelo fato de seu nome homenagear a classe trabalhadora da indústria, como pela proximidade de seus afiliados com os diretores da CFTS<sup>8</sup>. Essa proximidade era também física, uma vez que, desde sua fundação, tudo indica que sua sede social funcionava nos fundos da fábrica, juntamente com outras agremiações operárias e sindicais<sup>9</sup>, até a mudança para sua atual sede nos anos 1970, localizada próximo a bairros operários tradicionais, como o Santa Rita e o Popular.

Figura 14 – Sede do Botafogo F. C., década de 1970



Fonte: Acervo pessoal.

---

<sup>8</sup> Entrevista de Eduardo Ayupe Tamiozo a Luís Pontes, publicada no jornal Voz de São João em 14 de julho de 2018. <https://sjnhistoria.wordpress.com/2018/07/26/a-historia-do-operario-em-noticias-e-imagens-uma-entrevista-com-eduardo-ayupe-tamiozo/>.

<sup>9</sup> História do Operário Futebol Clube, por Luís Pontes, publicada no jornal Voz de São João em 14 de julho de 2018, em comemoração ao centenário do clube. <https://sjnhistoria.wordpress.com/2018/07/19/avante-avante-operario-o-centenario-de-fundacao-do-auriverde-sao-joanense-1918-2018/>.

Figura 15 – Sede do Operário F. C., década de 1960



Fonte: PONTES, 2019.

A acumulação de sentimentos de pertencimento e identidade de grupos em diversos setores da vida social marcam de maneira importante essa cidade, e, apesar de cada um desses sentimentos ter tido seu auge em alguma época específica, eles continuam fazendo parte da memória coletiva do grupo, seja pela manutenção das tradições nas famílias, seja pela arquitetura das sedes sociais dessas agremiações, que ainda estão preservadas no centro da cidade.

### 3.3 Direções da expansão urbana e acumulação da segregação no tempo

Anteriormente foi visto que as “rivalidades de base faccional” (LANDÉ, 1977 apud CANIELLO, 1988) constituem uma revelada forma de como os conflitos se manifestam num ambiente aparentemente coeso de uma cidade de pequeno porte. Um dos objetivos desta pesquisa é revelar que este ambiente aparentemente totalizante, muito marcado pela preponderância das relações pessoais ou por uma “visibilidade inevitável”, pode apresentar uma outra face que relativiza essas características ao mesmo tempo que expõe outras formas pelas quais o conflito pode se manifestar, além das já vistas rivalidades faccionais reveladas por Caniello. Além dessas, a segregação dos grupos sociais e as formas de distribuição destes no território, a localização dos meios de produção, do consumo coletivo, a relação da centralidade da cidade com as periferias, constituem um outro conjunto de componentes divisores da sociedade são-joanense, talvez de forma mais estrutural e nem tão evidente no imaginário popular quanto as rivalidades mencionadas.

### **3.3.1 1815 A 1880: do arraial colonial à cidade moderna**

A distribuição de classes sociais de forma segregada no território está presente desde o século XIX, ainda no período da economia cafeeira, caracterizada pela relação entre a classe aristocrática e a força de trabalho escrava. Essa relação estava configurada de duas maneiras: uma que apresenta uma diferença topográfica, onde o morro da Matriz era o reduto das elites e a parte baixa até o largo do Rosário era habitado pelo contingente da força de trabalho escrava urbana. A outra se apresenta a partir da existência de uma espécie de “quarteirão das elites” a oeste da região negra do Rosário, a leste, e que se consolidaria, a partir do início do século XX, como o centro comercial mais dinâmico da cidade.

[...] embora seja inegável que tenham existido alguns casarões primitivos nas proximidades da igreja matriz, também cabe observar que estes estavam longe de abrigarem todas as famílias das elites são-joanenses. Isto porque parte destas possivelmente se instalou um pouco mais longe do “marco zero” de nossa cidade, ou seja, preferiu construir suas residências urbanas na área de várzea correspondente ao atual centro de SJN [...] os mais abastados não ergueram suas residências em qualquer lugar. Possivelmente evitaram fazê-lo na sua extremidade leste, para os lados do atual morro do São José, devido à existência, naquele local, de alguns elementos pouco atrativos para a moradia dos indivíduos socialmente mais privilegiados (PONTES, 2019, p.172).

Essa segregação se trata de uma configuração típica de um período pré-moderno, onde não há nem a instituição de relações modernas de trabalho, como a venda da força de trabalho mediante salário, nem uma mínima consideração acerca da cidadania da população negra, então considerada como objeto de trabalho passível de compra e venda. Além disso, apesar do crescente contingente da população negra urbana nos aglomerados brasileiros, essa era uma porção residual ao longo do século, estando o grande número de escravos ainda enraizado nos meios rurais e a uma relação escrava de trabalho. Diante dessa atmosfera, pode-se dizer que a segregação desse grupo negro urbano do Rosário assenta-se não sobre critérios de renda, ainda ausente nesse período, mas sobre uma forma de segregação compulsória sustentada pelo estigma da cor da pele e pela negação total da cidadania a um grupo, procedimentos típicos da instituição escravocrata, que entraria em crise nas últimas décadas do século XIX.

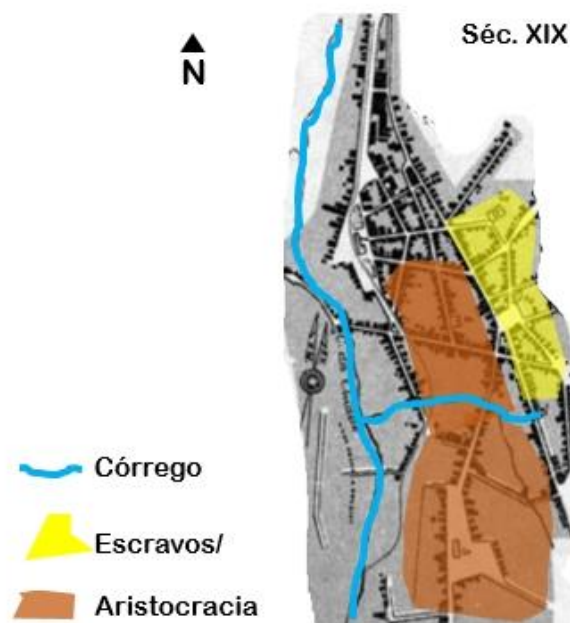
Figura 16 – O núcleo pioneiro em destaque num mapa de 1927



Fonte: Adaptado pelo autor com base em COSTA; COSTA, 2012.

Em São João Nepomuceno, desde o século 19, possivelmente existiu algo nesse sentido associado à construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, aproximadamente onde, nos dias de hoje, se situa a igreja desse mesmo nome. Aquele lugar, nos primitivos tempos da Cidade Garbosa, era evitado pela população branca mais afluente, devido à presença, naquelas paragens, do então cemitério municipal. Isto fazia as elites locais se concentrarem nos casarões próximos da Igreja Matriz, no alto do morro, ou então em outros pontos da várzea adjacente. E, enquanto isso, o Largo do Rosário permanecia com seu cemitério e rodeado de casebres habitados pela população pobre, ou seja, principalmente pelos negros e mestiços da cidade. Dessa forma, pode-se dizer, com um grau razoável de certeza, que a atual Praça Coronel José Brás e suas cercanias, que incluem a atual Igreja do Rosário, foi um dos primeiros, se não o primeiro bairro negro são-joanense. E, quanto à praça são-joanense de 13 de Maio, bem, desde quando de lá se retirou o cemitério, os barracos dos negros começaram a ser paulatinamente demolidos, para darem lugar a construções mais vistosas e a um belo jardim, frequentados principalmente pelas elites municipais. E assim, como aquele logradouro se transformou no centro da cidade, deixando de ser a sua periferia, os negros tiveram que dele se mudar, para se instalarem aonde a periferia eventualmente se deslocasse, e onde, após mais de um século de liberdade e de evolução republicanas no país, permanecem até os dias de hoje (SJNIHISTORIA, 2017, p.1).

Figura 17 – As regiões da Matriz e do Rosário



Fonte: COSTA; COSTA, 2012.

### 3.3.2 1880 A 1930: *consolidação do núcleo central*

A primeira evolução do centro urbano se dá ao longo do século XIX a partir de três elementos articuladores principais: a igreja Matriz, a estação ferroviária e a fábrica de tecidos. Cada um dos elementos indica a distribuição de uma classe social no território. A aristocracia cafeeira ao redor da igreja, a classe comerciante pioneira junto à estação, e a classe trabalhadora ao redor da fábrica. Essa expansão do traçado segue o sentido sul-norte, desde a capela, que data de 1815, até a estação e a fábrica, instaladas em 1880 e 1885 respectivamente. Esse sentido é o mesmo em que se dispõem duas outras linhas que irão constituir divisores importantes para o estudo: a linha férrea e um córrego que passa nas proximidades do núcleo urbano.

Durante as primeiras décadas do século XX, o tecido urbano permanece sem muitas alterações, mas a partir da incorporação de novos bairros, essa porção pioneira do traçado, que constitui uma linha que vai da igreja matriz, passando pela estação ferroviária até a fábrica, começa a se confirmar como a parte central ou bairro central da cidade, ainda que dividido em duas repartições, o centro efetivo da cidade, com a concentração de comércio e serviços, vinculado historicamente à estação, e um centro “histórico”, vinculado ao largo da igreja matriz, que ainda mantém algum testemunho da arquitetura colonial do tempo do café. A expansão do centro após o advento da infraestrutura de transporte ferroviário se sobrepõe em algum momento

ao já consolidado “quarteirão imperial” das elites, mas possui característica similar aos planos conhecidos da época, uma vez que constitui uma trama de ruas retilíneas que ligam diversas praças entre si, essas situadas junto aos principais marcos visuais da cidade, em oposição ao traçado tipicamente colonial no morro da Matriz. Essa oposição é o reflexo no espaço, pela primeira vez, de uma atuação mais significativa do aparato estatal na escolha e na moldagem do desenho urbano, ao preparar uma nova região central de ruas planejadas, quase num formato de jogo da velha, similar aos modelos positivistas desta virada de século, de modo a conectar o território das elites aos novos equipamentos de integração da cidade, além de dotar o espaço de uma infraestrutura de meios de consumo coletivo necessários para reprodução do capital, gerando assim uma melhor economia de aglomeração.

A porção do núcleo ao redor da fábrica era a “periferia”, concentradora da mão-de-obra operária, próxima à prisão e aos mecanismos de controle do aparato policial. Em resumo, de 1815 a 1930, o pequeno núcleo ao redor da matriz e do Rosário se expande em direção à estação e à fábrica, e após 1930 esse núcleo se consolida como o que os habitantes ou a própria prefeitura classificam como “centro” da cidade, com uma parte efetiva e uma parte “simbólica”.

Figura 18 – A Matriz, a estação e a fábrica

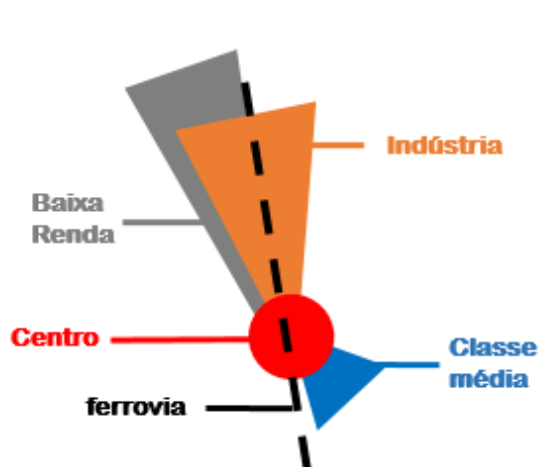


Fonte: COSTA; COSTA, 2012.

Com o advento da República e a abolição da escravidão, a segregação adquire uma nova configuração, com o centro expandindo ao redor da estação ferroviária,

tornando-se, portanto, reduto das elites comerciais; e a fábrica, ao norte, sendo nesse período o lugar natural da nova força de trabalho operária assalariada. O que se percebe é que, à medida que vai se reconfigurando o perfil das elites, do Império para a República, ocorre uma dilatação do seu campo espacial em direção às áreas ocupadas pelas classes trabalhadoras, que, por sua vez, também à medida que sua configuração muda, desloca para novos espaços, constituindo novas periferias. O que se nota aqui é um processo bastante similar ao de invasão e sucessão de grupos no espaço urbano sugerido pelos pensadores de Chicago, mas especialmente a configuração guarda mais semelhança com o esquema de Hoyt, onde o centro comercial e a região industrial dividem as classes, que se situam em lados opostos do tecido urbano, como já visto, as elites do centro para o sul e a classe trabalhadora ao norte, cortada pela linha férrea e pelas instalações fabris.

Figura 19 – Aplicação de Hoyt para São João



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como já mencionado, o primeiro reduto da classe trabalhadora são-joanense na era moderna estava localizado nas ruas adjacentes às instalações fabris da CFTS, tanto nos terrenos incorporados aos fundos da fábrica quanto naqueles localizados à sua frente, separados do terreno da fábrica pela linha de ferro e pela célebre avenida Carlos Alves. Os arredores da fábrica, até a necessidade do surgimento de novos bairros, ao mesmo tempo que era o local da produção, constituía também o território da reprodução da força de trabalho destinada a essa mesma produção. Da mesma maneira que, conforme já citado, o Estado, nesse período, ficava a cargo da instalação



dos meios de consumo coletivo da São João moderna (o desenho das novas ruas, os loteamentos e a iluminação). Essa reprodução da força de trabalho operária ao redor da fábrica mencionada acima era realizada em boa parte, nas primeiras décadas do século XX, pela própria CFTS, conforme pode ser visto no coroamento de algumas residências próximas à fábrica, que guardam características da época.

Figura 20 – Casa com inscrição da CFTS



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

Esse modelo de financiamento da reprodução da força de trabalho pelo patronato encontrava bastante espaço nesse período de início da república, que, apesar de não haver testemunhado um processo consolidado de industrialização, contava com uma tradição já estabelecida de alguns ramos da atividade industrial, como a têxtil. Destacava-se, portanto, nessa época, as vilas operárias, localizadas sempre muito próximas ou até mesmo dentro dos terrenos pertencentes à empresa fabril. Embora exigisse um custo adicional com a força de trabalho além dos salários, esse investimento oferecia, naquele tempo, certas vantagens em relação à otimização do trabalho, facilidade de arregimentar os contingentes de trabalhadores e outras formas de controle.

No contexto das vilas operárias de empresas, no entanto, esses equipamentos faziam parte de um sistema de controle patronal [...] com esse sistema, apesar de cobrar um aluguel abaixo do valor de mercado, o empresário conseguia vantagens adicionais: pagamento de aluguel garantido, pois era descontado na própria folha; salários menores; trabalho de vários membros da família; e fidelidade do trabalhador, pois a demissão implicaria a perda da casa, inibindo a procura por outro emprego de melhor remuneração (BONDUKI, 2014, p.21).

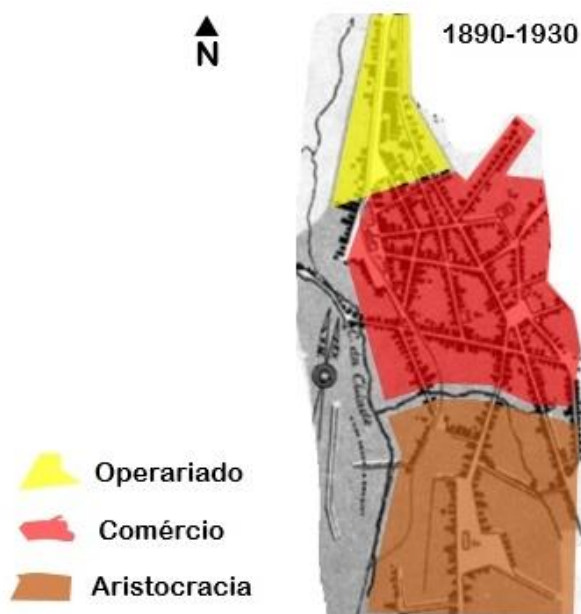
O custo adicional no financiamento da reprodução pelas empresas privadas se dá em um período conhecido pela escassa presença da intervenção estatal, tanto nos diversos aspectos da vida social como em relação às atividades econômicas, refletindo as vontades das elites estaduais estabelecidas no pacto constitucional de 1891<sup>10</sup>. Diante de um quadro de fraqueza do aparato institucional do Estado, era esperado tal despesa por parte das empresas privadas, o que, no entanto, ia de encontro com a lógica de acumulação da empresa capitalista, comprometendo sua capacidade de investimento na expansão da produção. A ampliação dessas possibilidades para a indústria só passa a ser possível com uma política sistemática de subsídio à industrialização, tal como ocorreu a partir de 1930, com o incremento institucional que foi capaz de regulamentar as relações trabalhistas bem como uma tomada para si, por parte do Estado, das questões relacionadas à habitação, ampliando a capacidade de inversão do capital privado e de expansão da atividade industrial.

As instituições do período pós anos 1930, entre as quais a legislação do trabalho destaca-se como peça-chave, destinam-se a expulsar o custo da reprodução da força de trabalho de dentro das empresas industriais (recorde-se todo o padrão da industrialização anterior, quando as empresas tinham suas próprias vilas operárias: o caso de cidades como Paulista, em Pernambuco, dependentes por inteiro da fábrica de tecidos) para fora: o salário mínimo será a obrigação máxima da empresa, que dedicará toda a sua potencialidade de acumulação às tarefas do crescimento da produção propriamente dita (OLIVEIRA, 2003, p.66).

---

<sup>10</sup> A Constituição de 1891 foi a primeira constituição republicana do Brasil, tendo sido inspirada no modelo federativo americano, que concede forte autonomia aos estados federados. Esta carta é marcada também por um rol de direitos sociais e obrigações do Estado mais limitado que sua antecessora, a Constituição de 1824 (FAUSTO, 2012).

Figura 21 – Os três segmentos em 1927



Fonte: COSTA; COSTA, 2012.

### 3.3.3 1930 a 1980: expansão pela força de trabalho fabril

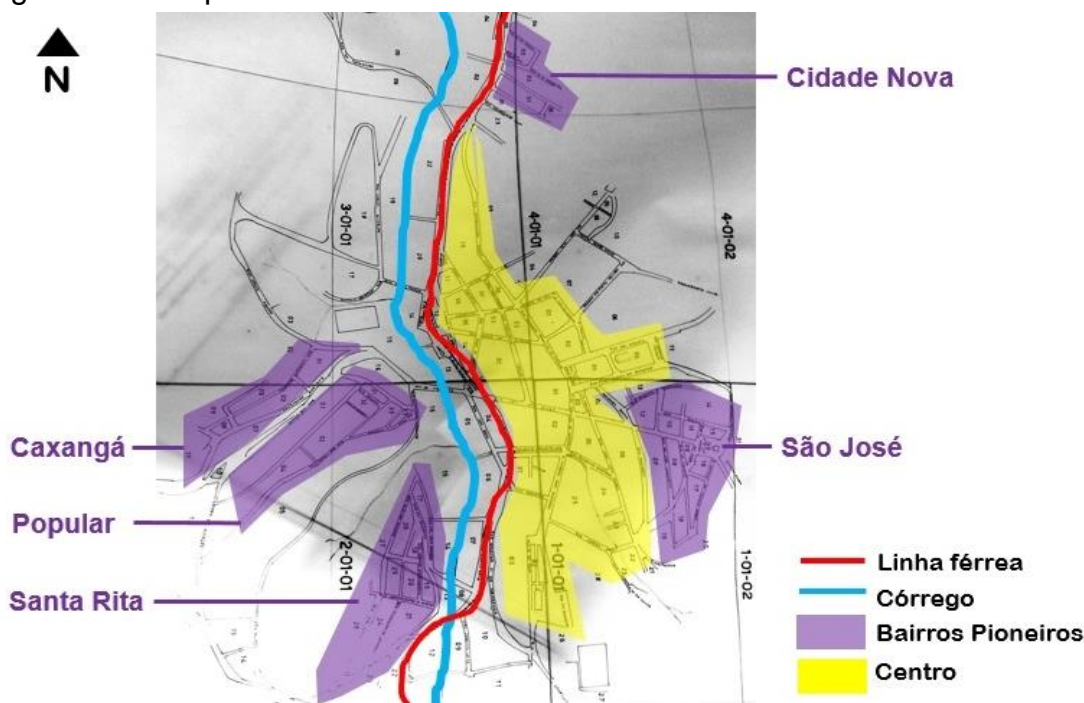
O período que compreende meados do século XX, especificamente entre as décadas de 1930 e 1980, é marcado pelo transbordamento do tecido urbano de São João para além daquele núcleo que foi visto até agora, e que, embora possa ser compartimentado nas fases históricas já descritas, se consolidou ao longo do tempo como o centro da cidade, tanto no imaginário do cidadão são-joanense como para critérios oficiais da administração pública e do Estado. Assim como a investigação sobre as direções do território que essa nova etapa da evolução do tecido urbano tomou (VILLAÇA, 1998), também se torna importante nesse momento entender o que significa o surgimento desses bairros da cidade, identificados pelos são-joanenses como os quatro pioneiros: São José, Santa Rita, Caxangá e Popular<sup>11</sup>. Se trata primordialmente da intensificação da diferenciação espacial da classe trabalhadora à medida que cresce a necessidade de novos espaços para a reprodução da força de

<sup>11</sup> Entrevista com Geraldo José Barbosa de Mendonça, em 08 de março de 2019.

trabalho<sup>12</sup>. Todo esse processo coincide com a expansão da atividade industrial têxtil na cidade nos anos 1940 e 1950 (COSTA, 2016).

Espacialmente, esses novos braços do tecido urbano possuem similaridades entre si por terem tomado as direções de regiões de topografia mais elevada, em contraposição à região central mais baixa, em torno da fábrica e linha de ferro. Com exceção do bairro São José, que surgiu a leste do Rosário, os demais bairros constituem elementos a oeste, fisicamente destacados da região central pioneira pelas linhas do córrego e da ferrovia. Essas direções da expansão, sobretudo a oeste, vão se consolidar como o padrão do processo de periferação da cidade ao longo do século XX, assim como o córrego e a linha férrea vão se confirmar como fronteiras sociais. A linha do tempo relacionada ao surgimento desses novos bairros e à expansão do tecido urbano segue, provavelmente, com a diferença de alguns anos, podendo variar entre um caso e outro, a sequência temporal das leis municipais disponíveis para pesquisa, que versam sobre as denominações dos logradouros públicos, do final da década de 1940 até o presente momento.

Figura 22 – Os primeiros bairros



Fonte: Secretaria Municipal de Obras de São João Nepomuceno.

<sup>12</sup> Segundo a teoria marxista, a produção está relacionada à transformação da natureza para construir a riqueza material mediante o trabalho. A reprodução está relacionada à vida do trabalhador e à garantia de suas condições de existência, tal como a habitação, alimentação, etc. (QUINTANEIRO, 1995).

O bairro Santa Rita foi o primeiro braço de expansão do tecido urbano do lado oeste dos já mencionados elementos divisores: o córrego e da linha do trem. Está situado na colina imediatamente a oeste do pioneiro morro da igreja Matriz. Suas primeiras ruas ganharam nome no final da década de 1940, sendo a rua do Carmo o nome de maior referência no imaginário de quem presenciou o surgimento do bairro<sup>13</sup>. Tratava-se, nessa época, de um local considerado distante pelos moradores da região central, o que era reforçado pelo fato de que nem São João nem o Brasil, de maneira geral, constituíam sociedades motorizadas nesta época. O relevo acidentado do local era um confirmador desse senso de distanciamento, e, durante muito tempo, o bairro permaneceu um elemento destacado do corpo central da cidade.

[...] na Santa Rita só tinha a rua do Carmo, lá em cima...foi a primeira rua do Santa Rita durante muitos anos. Ela ia até a igreja do Santa Rita. Pra lá não tinha nada. A (rua) Doutor Laureano é mais velha também (Luciano Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)<sup>14</sup>.

Como já abordado anteriormente, a razão de ser da existência dessa expansão espacial nessa época é sua função de reservatório da força de trabalho que já se dilatava desde a consolidação da atividade fabril na primeira metade do século XX, constituindo, assim, o primeiro reduto da classe trabalhadora fora das proximidades da fábrica e destacada da lógica de vila operária típica do início da república, e que regia a dinâmica da reprodução da força de trabalho no início da São João Nepomuceno moderna. Nesse processo, como a decisão de alocação da classe trabalhadora sai das rédeas diretas do patrão, passa a se tornar relevante a dinâmica relacionada à questão fundiária e ao preço da terra, uma vez que parte do custo da reprodução da força de trabalho ou dos meios de consumo coletivo passa ao aparato estatal, influenciando, desse modo, os critérios de escolha do espaço de alocação desse contingente.

O São José era o conhecido morro nas imediações a leste da rua Nazaré, uma das principais ruas que constituíam o tradicional espaço urbano já estabelecido desde os tempos imperiais. Era também no sopé desse morro o reduto da antiga força de trabalho escrava urbana nas vizinhanças do Rosário (PONTES, 2019). Integrava a paisagem são-joanense desde o início do século XX, pela presença de alguns marcos

---

<sup>13</sup> Resolução municipal nº7 de 1948.

<sup>14</sup> Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

visuais importantes, entre eles um cruzeiro, que ficava no meio do morro, e a Capela do São José, no topo, que sempre constituiu uma espécie de cartão postal da cidade, sobretudo devido a uma perspectiva bem marcada, desde o centro até o alto do morro. Apesar de estabelecer bastante relação visual e de proximidade com a porção central já consolidada desde o início do século XX, o morro do São José só passou a se integrar efetivamente à dinâmica urbana são-joanense a partir de meados do século, mais especificamente nas década de 1940, muito provavelmente porque sua declividade muito acentuada constituía um obstáculo à expansão urbana para aquele lado e, assim como o Santa Rita, se tornou, no imaginário popular, um dos primeiros bairros pioneiros fora do eixo central já formado, com a particularidade de ser o bairro mais integrado ao contexto do centro, tanto visualmente quanto espacialmente.

Tinha lá no bairro São José a torre da rádio, a capela do São José, a caixa d'água, e a casa do Badaró, que era o chefe da água e funcionário da prefeitura [...] isso é capaz de ser cinquenta e pouco (Luciano Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)<sup>15</sup>.

Figura 23 – O São José, anos 1940



Fonte: PONTES, 2019.

A razão de ser de sua ocupação segue a mesma linha dos demais bairros dos primórdios da expansão: abrigar um contingente da força de trabalho que se dilatava à medida que as décadas passavam e a atividade econômica, sobretudo da indústria

---

<sup>15</sup> Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

têxtil, mas também de serviços que lhe davam suporte, se expandia. Sua urbanização foi possibilitada por meio da venda do terreno do morro do São José para o poder público municipal, e a construção das casas ficou a cargo de uma empresa privada, que realizaria ali uma espécie de empreendimento habitacional destinado a um contingente da força de trabalho da Companhia Sarmiento. Posteriormente, na década de 1980, foram aprovadas leis que autorizavam o prefeito a doar os terrenos para cada uma das famílias que haviam sido beneficiadas com as construções das casas, autorizadas mediante concessão de alvará durante as décadas anteriores<sup>16</sup>. Esse é o elemento estrutural que legitima todo o esforço de expansão urbana desse período: alocar os grupos de trabalhadores em regiões apartadas da porção central, geralmente em espaços de declividade bastante acentuadas e acesso mais trabalhoso, que até então não havia sido convidativos para a expansão da cidade quando não existia ainda a problemática da reprodução da força de trabalho.

Há aqui dois fatores importantes a serem vistos, sobretudo pelo fato de oferecerem outros pontos de similaridade entre esses primeiros bairros pioneiros: a tipologia das habitações encontradas nesses locais e a relação da construção destas com a CFTS, empresa cuja abrangência nos aspectos sociais da cidade já foi mencionada. Em cada um desses bairros, em maior ou menor grau, houve a relação da fábrica com tal processo, algo, na verdade, automático, uma vez que se tratava de reprodução da força de trabalho ligada à expansão de sua produção. “Esse pessoal que morava, principalmente no São José, era quase que 100% funcionário da fábrica” (Geraldo Mendonça, 65 anos, engenheiro civil, informação verbal, 2020)<sup>17</sup>. Essa afirmação mostra de forma clara a relação de proximidade, bem como a abrangência da atividade industrial têxtil na vida das famílias são-joanenses. Em relação à tipologia das habitações, há um padrão bastante repetido em todos esses bairros. Trata-se de um padrão de casa unifamiliar, com fachadas e aberturas muito similares entre si, variando, provavelmente a título de identificação, as formas e os detalhes decorativos dos frontões.

---

<sup>16</sup> Exemplos das doações deste gênero no bairro São José nas Leis Municipais 1357, 1368 e 1369 de 1985.

<sup>17</sup> Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

Agora vou te falar do bairro São José, que o avô dele construiu (José Zeferino Barbosa, ou Zé Salu) [...] era o primeiro “BNH”, mas era BNH particular, do avô dele. Ele vendeu o terreno, e fez antes (Luciano Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)<sup>18</sup>.

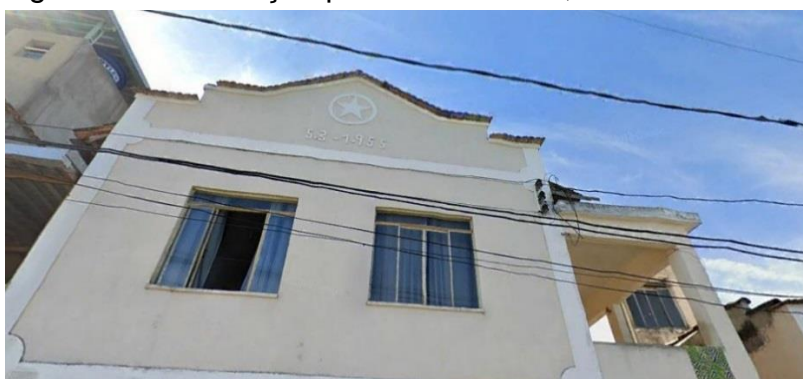
A fala de Luciano descreve, à sua maneira, como era a atmosfera do bairro São José, que está também nos demais bairros desse período. Ao mencionar a expressão “BNH”, ele está remetendo a uma configuração que possui aspecto semelhante ao de projetos de habitação social característicos do meio do século XX, como muitos IAPI’s em todo o Brasil, ou até mesmo das vilas operárias mais antigas, com habitações padronizadas repetidas em fileira. Isso reforça a já mencionada razão de ser desses bairros: espaços diferenciados destinados ao trabalhador da indústria.

Figura 24 – Habitações pioneiras no bairro Santa Rita



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 25 – Habitação pioneira de 1955, no bairro São José



Fonte: Google Earth, 2019.

---

<sup>18</sup> Entrevista realizada em 7 de março de 2020.



Acompanhando a mesma direção do bairro Santa Rita, também a oeste da linha do trem e destacados do núcleo central da cidade, desenvolveu-se mais um vetor de expansão do território urbano, o que viria reforçar a tendência permanente da segregação dos contingentes da classe trabalhadora no sentido oeste. Nesse vetor surgem dois bairros muito próximos entre si, mas com características bem distintas: o Caxangá, que, pela primeira vez, ocupa um terreno de relevo mais baixo do que a região central da cidade; e o bairro que ocupa o chamado Alto Caxangá, que ficou tradicionalmente conhecido como Popular, situado no alto de um platô entre o Caxangá e o Santa Rita.

O Caxangá segue, aparentemente, a mesma tendência dos bairros Santa Rita e São José: surgiu com a abertura de suas primeiras ruas na década de 1950<sup>19</sup>, o que foi possível por meio da aquisição das terras pelo poder público, numa região distante do centro para os padrões da época, tendo um acesso dificultado pelas questões já conhecidas de relevo e declividade e destinado a abrigar uma parte da força de trabalho da indústria têxtil ou alguma atividade correlata. Essas características, como já foi visto, são as marcas da expansão da urbe são-joanense no período de meados do século XX.

O Popular, que leva esse nome por motivos relevantes para a pesquisa, a rigor segue a mesma tendência e possui a mesma razão de ser dos demais, mas ele inaugura uma nova etapa no desenvolvimento da reprodução da força de trabalho, que vai ser também uma característica a se destacar de forma permanente nos próximos movimentos de expansão da cidade. Esse novo padrão, até então inédito, é marcado pela quase total intervenção do Estado nas etapas de constituição do espaço urbano, onde ele não mais se limita aos processos fundiários ou ao consumo coletivo, mas também passa a dar conta da própria reprodução da força de trabalho, de modo a envolver outros níveis federativos na modelagem do desenho urbano.

O surgimento desses primeiros bairros na cidade de São João coincide com mudanças significativas da política a nível nacional, como o início do chamado “período populista”, inaugurado pela Constituição de 1946. Juntamente à justificada euforia pelos novos ventos de democracia do período, surge também, a nível de Estado, os esforços de unificar e incrementar a política habitacional. O bairro Popular,

---

<sup>19</sup> Lei Municipal nº78 de 1951.

bem como todos os demais bairros pelo Brasil que levaram esse mesmo nome, está ligado aos empreendimentos da Fundação da Casa Popular (FCP), frustrada instituição criada pela União em 1946, visando centralizar e unificar os esforços na área habitacional, então dispersos nas mãos dos institutos de aposentadoria (BONDUKI, 2014).

Esse platô, que abrigava, nos tempos anteriores, um campo de futebol e a sede de um clube, pertencia ao poder público municipal, e foi doado, por meio de lei municipal no ano de 1954, diretamente à Fundação da Casa Popular para a construção de um conjunto habitacional de algumas dezenas de residências<sup>20</sup>. Apesar do envolvimento de diferentes níveis federativos, no caso, o município e a União, o que se percebe é o envolvimento do Estado do início ao fim, desde a escolha do local a ser feito, o desenho das ruas e a tipologia das residências, até a própria construção das casas e o financiamento. Aqui o Estado toma inteiramente para si o custo da reprodução da força de trabalho, o que se torna, pelo menos no caso são-joanense, um processo bastante presente a partir desse momento. Ao contrário dos demais bairros pioneiros, o Popular possui uma configuração mais variada de tipologias, apesar de apresentar uma tipologia específica que pode ser vista como a principal.

Figura 26 – Residências pioneiras no bairro Popular



Fonte: Acervo pessoal, 2019.

---

<sup>20</sup> Houve duas leis em relação ao processo de incorporação das casas populares, uma lei que autorizava o prefeito a doar o terreno e decidir sobre a localização do bairro (Resolução nº28 de 1948) e uma outra lei que efetivava a destinação da área escolhida para a Fundação da Casa Popular (Resolução nº142 de 1954).

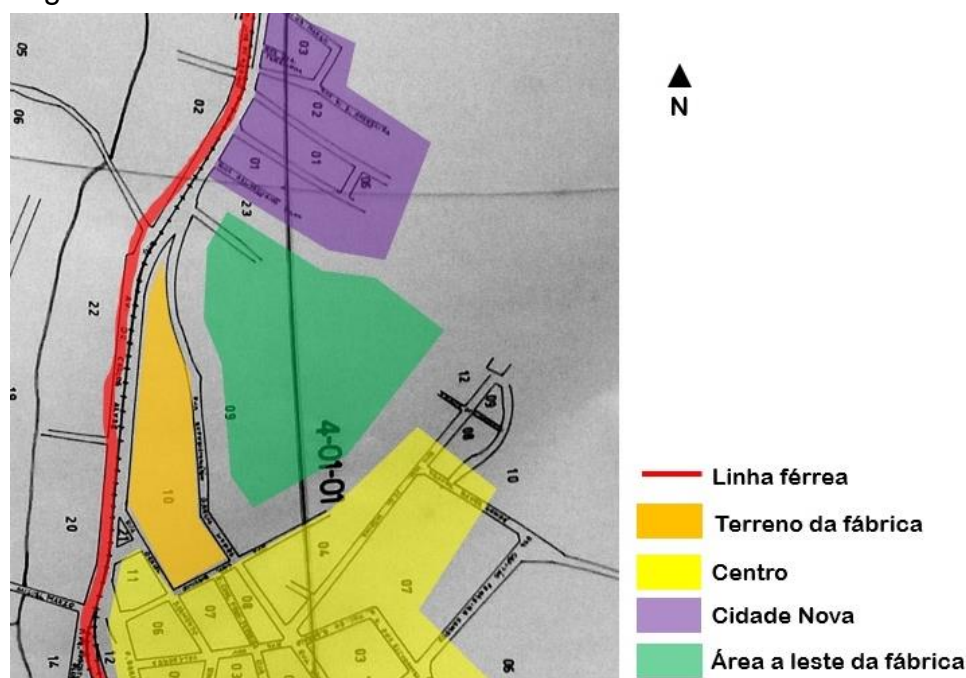
Ao longo dos anos de 1950 e 1960, surgem também outros bairros, como o Stiebler, popularmente conhecido como Jujuba, que não está entre os bairros conhecidos como pioneiros, mas que guarda as mesmas características e tendências dos demais. Tais tendências, como já visto nos bairros anteriores, se confirmam pela configuração da topografia, a continuação do uso do setor a oeste da linha férrea como espaço de alocação da força de trabalho da indústria e bairros como elementos destacados ou distantes da região central.

Há aqui um ponto a ser tratado como um contraponto à tendência da expansão a oeste, que pode ser visto como a inauguração de um novo vetor, que se dá com a incorporação do que foi conhecido como Cidade Nova, começando a indicar o início de uma expansão para o norte. Esse processo de urbanização, um pouco à frente no tempo em relação aos bairros conhecidos como pioneiros, guarda uma lógica de localização talvez mais adequada do que os demais em relação à constituição de uma economia de aglomeração<sup>21</sup>, pelo fato desses logradouros estarem situados ao longo da avenida Carlos Alves e imediatamente adjacentes a leste da ferrovia, portanto mais próximos das instalações da Companhia Sarmiento e praticamente vizinho das ruas que constituíam a “vila operária” da CFTS do início do século XX. De acordo com a lógica da economia de aglomeração, esse local deveria ter sido um dos primeiros a serem ocupados, uma vez que sua função primordial, assim como os demais, é de reprodução da força de trabalho da fábrica, garantindo um grande aproveitamento de tempo e custo de transporte, dada a reduzida distância entre os espaços de produção e reprodução. Os motivos que fizeram com que isso não fosse realizado são incertos, mas talvez estejam ligados à questão de propriedade e preço da terra, e pelo fato de parte do encargo da reprodução ter passado, a partir de 1930, às mãos do Estado.

---

<sup>21</sup> Um dos condicionantes para a implantação da economia industrial é a aglomeração espacial de todas as atividades relacionadas à produção, entre elas a moradia do trabalhador. O termo “economia de aglomeração” se traduz pela necessidade da economia industrial de encurtar o custo de deslocamento mediante aglomeração dos elementos fundamentais à atividade produtiva (SINGER, 1987).

Figura 27 – Área a leste da fábrica



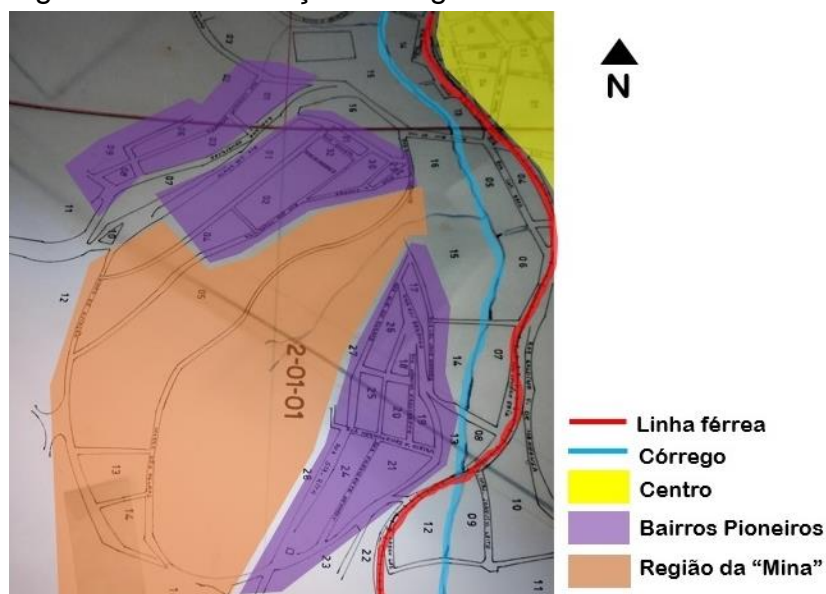
Fonte: Secretaria Municipal de Obras de São João Nepomuceno.

Mais tarde, nos anos 1970, com a incorporação do bairro São Cristóvão, conhecido como Benetti, situado ainda mais ao norte do leito da ferrovia, esse vetor se consolida permanentemente, sobretudo nas últimas décadas, como uma das principais direções de expansão urbana, além de um importante receptor da força de trabalho na esteira da expansão das atividades econômicas ligadas à indústria e serviços.

Outro ponto que pode ser considerado novo ainda nesse período é a extensão de alguns bairros, ainda seguindo a tendência de expansão a oeste da porção pioneira da cidade, com a particularidade de que nesse caso não houve empreendimentos privados para a construção de habitações destinadas aos funcionários da fábrica, nem um projeto de habitação social organizado pelo Estado desde a localização até a construção. Trata-se da ocupação difusa de caminhos já existentes, ao longo da chamada Rua da Mina e do Morro dos Velhos a partir da década de 1970, que constituem áreas mais baixas e de fundo de vale entre os morros onde se situam os então consolidados bairros Santa Rita e Popular. Essa ocupação tinha como limite a oeste a rua que faz divisa com o campo de aviação, inaugurado durante os anos 1950. Tal ocupação constituiu provavelmente um espaço para uma reprodução mais precária da força de trabalho na época, uma vez que o território em que estava inserido era o mais distante dos meios de produção localizados no núcleo central da

cidade, numa posição desvantajosa em relação aos demais redutos pioneiros da classe operária, como os vizinhos Popular e Santa Rita. Apesar dessas diferenças, a ocupação desse território confirma a tendência da segregação dos setores mais pobres para oeste. Essa localidade, nos dias atuais, é considerada uma parte do bairro Santa Rita, que se consolidou ao longo dos anos, embora apresente diferenças relevantes com a porção pioneira do bairro.

Figura 28 – Localização da região da Rua da Mina



Fonte: Secretaria Municipal de Obras de São João Nepomuceno.

Figura 29 – A Rua da Mina no início de sua ocupação



Fonte: Acervo Célio Ferraz, 1989.

### **3.3.4 1980 aos dias atuais: confecções e novas periferias**

A expansão urbana de São João em meados do século XX constituiu, como já visto, um reflexo espacial do crescimento da atividade industrial dos anos 1940 e 1950,

estando esse crescimento ligado à proeminência da CFTS na economia local. Seguiu também, na maioria as vezes, uma similaridade na morfologia e no processo de ocupação, de modo a consolidar, como já visto, uma tendência de expansão na direção oeste, do outro lado daquelas que se tornaram importantes fronteiras sociais: o córrego e a ferrovia.

O início da década de 1980 inaugura uma nova rodada de expansão urbana, e essa expansão se destaca da antiga principalmente devido às transformações pelas quais a cidade passa em seu aspecto econômico nesse período. Como já analisado, a crise da CFTS durante os anos 1960 é uma espécie de prelúdio para a inauguração de um novo perfil industrial que viria mais tarde, marcado pela continuação da atividade têxtil com a Santa Martha e pelo início da nova indústria do vestuário que se instala no final da década de 1960<sup>22</sup>, confirmando seu sucesso nas décadas seguintes. Essa transição para a nova economia de confecções vai originar, portanto, um perfil de crescimento urbano que guarda similaridades e diferenças com aquela expansão pioneira.

Nesse novo processo, além do estabelecimento já conhecido de novos espaços para reprodução, de modo similar aos primeiros bairros que surgiram, há, desta vez, o estabelecimento de novos espaços de produção, uma vez que agora temos um processo de montagem de uma nova indústria, a de roupas, com a expansão de novos meios de produção, que vão ser alocados, desta vez, em novos espaços para além dos muros da antiga fábrica de tecido. Essa expansão já tende, desde seu começo, a uma direção e uma localização específica, ambas de alguma maneira relacionadas ao incentivo do Estado. Além de uma lei de incentivos fiscais à indústria em 1971<sup>23</sup>, no ano de 1976 o poder público municipal inicia uma série de doações de terrenos a empresas para atividade industrial no chamado núcleo colonial Ferreira Alves<sup>24</sup>, um distrito rural no município que ao longo da história de ocupação da região se consolidou como o lar pioneiro de um grande contingente da imigração italiana na Zona da Mata. Embora seja de grande extensão, a porção em questão desse território se limita a uma pequena faixa que está localizada na adjacência do vetor norte da expansão urbana, à margem do córrego e da via férrea. Uma vez iniciada a vocação

---

<sup>22</sup> A empresa Confecções Marlu Ltda. (CNPJ 24.799.587/0001-09) foi a empresa pioneira do ramo de confecções em São João, tendo iniciado suas atividades a partir de 1969.

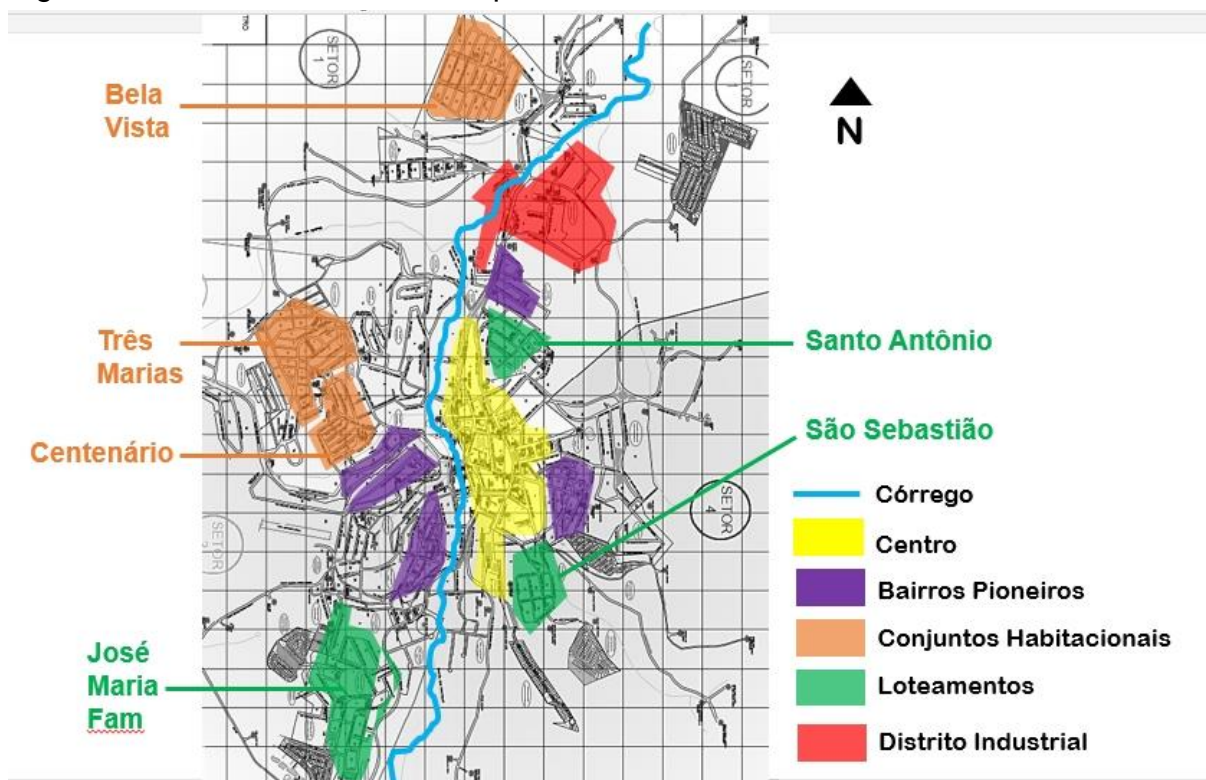
<sup>23</sup> Lei Municipal 486 de 1971, sobre incentivo à industrialização.

<sup>24</sup> Leis 632 e 638 de 1976. Lei 681 de 1977. Leis 733 e 735 de 1979.

desse local como uma “área de galpões”, boa parte desse território ao norte da cidade passou, ao longo das décadas, a confirmar essa função de espaço destinado aos novos meios de produção de vestuário e similares, motivo pelo qual veio a se chamar oficialmente Distrito Industrial. Além de abrigar essa atividade específica, esse local de produção vai se tornar, como será visto, um fator de segregação e divisor de espaços de reprodução.

A nova rodada de expansão dos espaços de reprodução segue o processo semelhante ao anterior no sentido de ser uma continuação e aprofundamento da diferenciação espacial dos diferentes contingentes sociais, sendo, desta vez, o reflexo da expansão e diversificação do perfil industrial da cidade testemunhado nesse momento. Embora guarde uma semelhança estrutural com os antigos bairros, o fenômeno de expansão aqui possui importantes diferenças no seu aspecto espacial e social. Além de ser uma expansão de maior expressividade, trata-se também de um processo mais heterogêneo em vários aspectos. Apesar de ainda continuar a expansão já vista a oeste e a norte, a partir de 1980 a tendência vai se diluir para as demais direções, apresentando um mosaico mais diversificado de novos territórios urbanos em torno da consolidada região central, com uma maior diversidade também no caráter de cada ocupação. Fora de uma cronologia muito rígida, seis são os bairros cujos estudos vão auxiliar no entendimento desse novo processo: Centenário, Três Marias, Bela Vista, Santo Antônio, São Sebastião e José Maria Fam. Os três primeiros possuem similaridades entre si, portanto serão abordados como um conjunto. Os três últimos possuem um outro caráter na sua constituição, o que os coloca, desse modo, em outro grupo a ser tratado. Esses dois agrupamentos, como será visto, se apresentam praticamente como contraponto um ao outro em todos os aspectos.

Figura 30 – Os novos territórios a partir dos anos 1980



Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.

O bairro Centenário segue a tendência já experimentada da expansão da silhueta urbana para oeste. Está localizado na vizinhança do já consolidado Caxangá, num terreno de declividade bastante acentuada. Leva esse nome pela comemoração, em 1980, de cem anos da última emancipação do município, e seu empreendimento se deu por decisão do poder público municipal, tendo esse tratado de sua concepção desde a escolha do local a ser feito até o desenho urbano. Todo esse território, que era propriedade do município, foi loteado e cedido a centenas de famílias, num processo de doação por lei<sup>25</sup> que se iniciou em 1980 e se completou nos anos seguintes. A tipologia das habitações segue o padrão de residências unifamiliares geminadas dispostas repetidamente em fila na sequência dos terrenos, esquema típico do modelo de resolução estatal tecnocrática da problemática da reprodução da era moderna (JACOBS, 2014), algo que já havia sido experimentado em São João décadas antes com o Popular, e que agora se confirma como tendência. Segundo o que é dito pelos que vivenciaram o processo, as obras ficaram a cargo de uma empresa particular de construção, a Nepoma São João Nepomuceno

<sup>25</sup> Leis 805 a 895 e 900 a 989 de 1980, que versam sobre as doações de faixas de terreno no bairro Centenário.



Empreendimentos Ltda., criada em 1981<sup>26</sup>. Houve, com esse empreendimento popular, a tentativa de impulsionar a atividade da construção na cidade, embora com resultados controversos.

[...] o Centenário, quem fez foi uma empresa, a Nepoma....o nome era mais ou menos assim. Aqui como era São João Nepomuceno, ficou Nepoma [...] foram muito enrolados...deu o que falar, política, e tal [...] eu que vendi a madeira toda do Centenário. Agora, muita gente perdeu dinheiro lá [...], mas eles não ficaram me devendo nem um tostão (Luciano Lima Fonseca, 86 anos, empresário, informação verbal, 2020)<sup>27</sup>.

Figura 31 – Residências pioneiras no bairro Centenário



Fonte: Acervo pessoal, 1985.

Seguindo a lógica de ocupação e tendência do estabelecimento de bairros populares a oeste, o bairro Três Marias se tornou o mais emblemático empreendimento habitacional de São João, talvez pelo fato de ter sido o mais abrangente e também o mais distante da região central entre os que já haviam sido realizados pelas mãos do poder público, sendo então o símbolo do aprofundamento da segregação entre os territórios urbanizados da cidade. Trata-se de uma vasta porção de terra nas vizinhanças do bairro Centenário, que se tornou área prioritária para urbanização a partir de um decreto estadual de 1988, que declarou o local a ser usado para interesse social mediante desapropriação<sup>28</sup>. No ano seguinte, o poder público municipal é autorizado a celebrar convênio com órgãos federais, estaduais e municipais para a construção de casas populares<sup>29</sup>. Conforme previsto no decreto estadual, o processo de desapropriação é realizado pelo município mediante

<sup>26</sup> Nepoma São João Nepomuceno Empreendimentos Ltda. CNPJ 16.721.037/0001-49.

<sup>27</sup> Entrevista realizada em 7 de março de 2020.

<sup>28</sup> Decreto Estadual 28.127 de 1988.

<sup>29</sup> Lei Municipal 1.575 de 1989

indenização ao então proprietário Marcelino Barbosa, para o início da abertura das ruas e divisão dos lotes. As habitações ficariam a cargo do poder estadual através do Programa Comunitário de Habitação Popular do Estado de Minas Gerais<sup>30</sup>, tendo sido implantado ali o mesmo padrão típico das casas populares unifamiliares dispostas em fila, assim como já havia sido experimentado, embora com outras tipologias, no bairro Centenário uma década antes. Algum tempo depois, o executivo municipal ficou autorizado por lei<sup>31</sup> a doar os lotes a cada um dos donatários que ocuparam o bairro ao longo da década de 1990.

Figura 32 – Construção das casas populares no bairro Três Marias



Fonte: Acervo Célio Ferraz, 1993.

Existe um componente importante a respeito do bairro Três Marias, que é sustentado por parte da população da cidade e que pesa sobre a razão de sua existência. Ouve-se, com frequência, que o bairro foi feito para ser ocupado por uma população proveniente do Rio de Janeiro que buscava novas oportunidades de trabalho e moradia em uma cidade pequena. O que se constata, caso isso se confirme, é um processo de migração diverso daquele, já citado, relacionado a uma população proveniente do entorno imediato da zona urbana em questão, antes associada às atividades rurais ou à vida nos distritos. Um processo similar à importação de uma força de trabalho forasteira, que, diante de uma economia industrial insuficiente para absorvê-la, estaria fadada a ser um exército de reserva condenado ao desemprego e à informalidade. De uma forma ou de outra, é fato que, durante o período de implantação desse bairro, ocorria um processo de modificação da estrutura

---

<sup>30</sup> Lei Municipal 2.076 de 2000.

<sup>31</sup> Lei Municipal 2.076 de 2000.

econômica na cidade, que consolidava uma tradição na fabricação de roupas e todo o processo a ela ligado, tanto pela condição formal de trabalho, nas confecções, quanto pela condição informal, mais ligada ao trabalho das facções. Independente da estigmatização sofrida pelo bairro, da origem da população que veio a residir no local e dos objetivos do poder público neste empreendimento, é certo que esse contingente constituiu a efetivação da demanda de espaços para moradia exigida pela produção crescente da indústria de vestuário e serviços em São João. Em relação à constituição de um exército de reserva para o trabalho ligado à produção de vestuário, essa é, de fato, a razão de ser desse espaço de moradia popular, assim como outros bairros similares que vieram anteriormente, como o Centenário.

Cerca de uma década após se consolidar a ocupação do bairro Três Marias, iniciou-se um novo conjunto que seguiu, de maneira geral, as mesmas características de financiamento e modelagem da reprodução pelo Estado que se testemunhou anteriormente, representando, de modo significativo, uma resposta à expansão da produção industrial do vestuário na cidade. O bairro Bela Vista é bastante similar a seu precedente Três Marias em todos os sentidos, com exceção do local a que foi destinado. Desta vez a escolha foi de um setor da cidade ainda mais descolado do urbano já existente, a norte do Distrito Industrial e na vizinhança imediata do também distante Benetti, um alto de morro de acessibilidade complicada. Em 1997 foi sancionada uma Lei Municipal que autoriza a garantia pelo município de financiamento, via Caixa Econômica Federal, para projetos do Pró-Moradia<sup>32</sup>. As etapas seguintes são realizadas também por uma sequência de Leis Municipais no ano de 1999, tratando de concessões de direito real de uso a diversos tipos de beneficiados, bem como a alienação dos lotes para o prosseguimento do programa habitacional<sup>33</sup>. Além do já mencionado Pró-Moradia, estão incluídos beneficiados do programa Habitar Brasil, ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento<sup>34</sup>, famílias de policiais militares e pequenas indústrias<sup>35</sup>. O conjunto passou por uma expansão na década seguinte, dessa vez mediante doação de imóveis de propriedade do município à COHAB-MG, conforme descrito em uma lei do ano de 2006<sup>36</sup>. Apesar

---

<sup>32</sup> Lei Municipal 1.905 de 9 de julho de 1997.

<sup>33</sup> Lei Municipal 2.021 de 17 de dezembro de 1999.

<sup>34</sup> Lei Municipal 2.019 de 17 de dezembro de 1999.

<sup>35</sup> Lei Municipal 2.020 de 17 de dezembro de 1999.

<sup>36</sup> Lei Municipal 2.384 de 26 de julho de 2006.

de realizada em tipologias diferentes, a conformação do espaço de reprodução composto de residências unifamiliares enfileiradas e repetidas às centenas mostra-se uma constante, tornando-se um padrão consolidado de construção do espaço urbano em uma porção significativa da cidade. Vale destacar para o bairro Bela Vista uma posição de pouca integração e de distância significativa em relação ao elemento urbano principal, o que provavelmente possui relação com a tentativa de redução deste custo de reprodução por parte do Estado.

Figura 33 – Implantação do bairro Bela Vista



Fonte: Google Earth, 2017.

Figura 34 – Urbanização do conjunto Bela Vista



Fonte: Acervo Célio Ferraz, 2000.

Uma vez descritos esses bairros e suas similaridades, é importante destacar o segundo grupo, que, na linha do tempo, se desenvolve em paralelo ao primeiro. Santo Antônio, São Sebastião e José Maria Fam são também reflexos espaciais da nova rodada na economia são-joanense, responsável por inaugurar na cidade novas tradições de produção e uma estrutura mais complexa de serviços. Esses bairros constituem contrapontos bastante evidentes em relação aos anteriores, a começar pela localização de cada um deles em relação à chamada região central da cidade. Com exceção do bairro São José, é a primeira vez que o processo de urbanização em direção as regiões leste e sul se consolida como tendência. O São Sebastião ocupa o então vazio lado leste do morro da Matriz, o Santo Antônio leva esse nome em homenagem à antiga capela erguida um pouco ao norte da região do Rosário e preenche todo o espaço não urbanizado no lado leste dos galpões da CFTS.

Como já mencionado, o estabelecimento tardio do bairro Santo Antônio como território de reprodução da classe média num contexto de vizinhança aos espaços de produção da fábrica têxtil é bastante curioso. Por que esse lugar se tornou um bairro de renda média tendo sido ocupado tardiamente? Dentro da lógica da economia de aglomeração, é o lugar ideal para se fazer um bairro operário pioneiro. No entanto, boa parte dos espaços de reprodução dos operários da fábrica foram surgir em lugares relativamente distantes. Por que, na hora de fundar o Popular, por exemplo, não foi escolhido o atual Santo Antônio? Até onde a questão da terra influencia nessa resposta? Talvez a questão do status social seja uma forte pista. É certo, como testemunhado pelas direções da expansão urbana, que o padrão de ocupação

operária segue a tendência que se estabelece no começo, construindo uma espécie de maciço do “colarinho-azul”<sup>37</sup>, composto por Santa Rita, Popular, Caxangá, Centenário e Três Marias, nessa ordem temporal. Uma vez iniciada a tendência dos bairros da classe operária a oeste, ela é continuada, salvo algumas exceções, de modo permanente.

Tanto o Santo Antônio como o São Sebastião têm sua ocupação iniciada nos anos 1980. O bairro José Maria Fam vem desde os anos 2000 e representa o vetor da urbanização na direção sul, próximo ao já consolidado e pioneiro bairro Santa Rita.

Ao contrário dos bairros populares, cujo arcabouço legal é bastante extenso, o que permitiu maior pesquisa documental, pouco existe a respeito desses últimos bairros no histórico da legislação municipal, ficando limitado aos períodos em que se deram as primeiras denominações de ruas, o que permitiu revelar seus lugares na linha do tempo. Esse traço em comum revela um atributo que permite analisar esses bairros de forma unificada: tratam-se de bairros que surgiram de loteamentos convencionais e que acabaram se tornando territórios de expansão das classes médias, até então limitadas à chamada região central. Esse é um elemento novo e que permite conclusões importantes a respeito do desenvolvimento diferenciado dos territórios urbanos: a classe média, composta por funcionários públicos, profissionais liberais e proprietários de indústrias, só inicia seu transbordamento da região central para reprodução em novos espaços nesse momento, enquanto os bairros destinados à classe trabalhadora, que caracterizaram integralmente a expansão de meados do século XX, continuam se expandindo. E quando a classe média sai da região central é sempre na direção oposta às direções cuja tendência de expansão é dos extratos de renda mais baixos. Esse processo transforma o contexto urbano de São João num mosaico mais diversificado de territórios, mas ao mesmo tempo dotado de uma força centrífuga que marca divisões e separações profundas para uma cidade de tal porte.

### ***3.3.5 Aplicação das teorias de segregação ao processo de expansão***

Uma vez exposto todo o perfil da evolução do espaço urbano de São João durante os vários momentos da metamorfose de sua economia, é desejável a

---

<sup>37</sup> Colarinho-azul designa o contingente da força de trabalho ligada à manufatura, indústria e serviços manuais, em contraposição ao setor colarinho-branco, ligado ao trabalho burocrático e ao ambiente de escritório (GOTTDIENER, 1985).

construção de um entendimento da distribuição dos grupos sociais e da atuação do Estado a partir das ferramentas teóricas já exibidas nesta pesquisa. Isso permitirá revelar como são aplicáveis essas teorias, geralmente restritas aos grandes elementos urbanos, em contextos diversos da modernidade, que é o caso da pequena cidade industrial em questão. Permitirá também legitimar o esforço de trazer aos são-joanenses e aos demais interessados a problemática da produção diferenciada do espaço urbano e suas contradições.

Um fato que se revelou importante ao longo da análise da evolução dos bairros é a relação deles, que se confirmaram como espaços de reprodução, com a região central da cidade, de caráter miscigenado e que engloba os mais importantes aspectos da vida social e da estrutura econômica, espaço das trocas, já que é o concentrador de boa parte da atividade comercial, espaço da produção, nos tempos da CTFS e Santa Martha, e espaço de reprodução consolidado das classes médias, reduto tradicional das elites. Com todas essas características, o centro exerce uma força centrípeta sobre os bairros, o que reforça a ideia da existência de espaços urbanos diferenciados. Do ponto de vista da teoria de Castells (1983), o centro seria, portanto, um conjunto cujo interior é composto pelos elementos P (produção), C (moradia), T (comércio) e G (governo), e estabelece a relação de *commuting* com os conjuntos-satélite, os bairros, compostos apenas pelo elemento C, que se manifesta em cada um deles de forma desigual.

Essa dinâmica explícita por Castells (1983) é equivalente à lógica da modalidade de segregação indicada por Lojkine (1997), envolvendo o deslocamento da moradia para trabalho, ainda que esse fenômeno seja diminuto em comparação com os grandes centros. O que se confirma é uma produção do espaço separada em funções, como trabalhar e habitar, como já assinalado na questão já abordada da razão de ser dos bairros proletários como Santa Rita ou Popular, descontextualizados do local onde se destinava a produção em meados do século, os galpões da CFTS, na região central, ou mais recentemente o Três Marias e Bela Vista, deslocados dos espaços onde se concentram a maior parte dos bens e serviços. Além de significar uma diferenciação dos espaços de vida pelo critério da profissão e da renda, se trata também da típica segregação urbana atribuída por Lojkine ao urbanismo modernista ou norte-americano, onde cada espaço possui sua vocação primordial. Embora no centro isso não possa ser aplicado, a lógica dos bairros vai em direção a essa ideia,

onde se constitui espaços monótonos e repetitivos para reprodução da força de trabalho.

Se recorrermos aos conceitos de Lefebvre (1999), tudo indica que estejamos diante de uma segregação que, no seu aspecto temporal, adquire um matiz cada vez mais evidente, ao longo das décadas, de segregação programada, à medida que o Estado atua na modelagem do espaço de forma mais frequente, como estágio último de um processo que tem início como algo ideológico, numa configuração pretérita testemunhada durante o período da escravidão ou das vilas operárias dos primórdios da produção têxtil. Como já visto, começa a haver, ao longo do século XX, um planejamento para efetivar as etapas prévias da separação, desta vez sob a tutela do Estado. No seu aspecto espacial, essa segregação se configura mais como ecológica do que sociológica, uma vez que cada espaço é distinguível por sua morfologia urbana e arquitetônica (casas populares, loteamentos, padrões repetidos de habitação) do que pela composição étnica que as compõem. As direções permanentemente contrárias de expansão de cada classe social no espaço configuram a ideia de separação desejada, ou voluntária, apontada por Lefebvre. Esse desejo de morar com os iguais, separado voluntariamente dos demais grupos, como pode ser deduzido das expansões tardias da classe média em São João, confirma essa ideia e pode ser a base para a explicação para a não fundação de um bairro operário às portas da Fábrica, onde hoje está o bairro Santo Antônio.

Com referência à discussão que Daniela Soldano (2018) faz a respeito do tipo de segregação vigente no contexto latino-americano, faz sentido tentar aplicá-lo para o contexto em questão. A segregação que foi vista até aqui nesta dinâmica de expansão urbana se encaixa, de modo geral, no tipo mais relacional e menos geográfico, ambos conceitos tratados pela autora para classificar as dinâmicas sociais no espaço. Apesar de haver uma tendência para alocação dos extratos sociais em espaços geográficos distintos à medida que o tecido urbano expande, todos os grupos convergem para o mesmo espaço geográfico quando vão realizar alguma atividade fora do seu contexto de reprodução: o centro da cidade. Apesar de haver uma segregação em relação aos espaços de reprodução, o centro da cidade é o lugar onde todas as classes se relacionam e se encontram de algum modo, apesar de reconhecido o pertencimento a um ou outro grupo. Não há a lógica dos espaços raciais típicos do gueto (WACQUANT, 2008), onde os grupos, enclausurados nos seus



próprios espaços de reprodução, vivenciam todos os aspectos da vida social, o que Soldano chama de segregação geográfica.

Em relação ao modo como essa segregação se dá no espaço, um fenômeno muito evidente ao longo das décadas é a presença de zonas intermediárias ou zonas-tampão que separam os grupos e as funções da cidade (SOLDANO, 2018). No período em que surgia os bairros pioneiros, as já conhecidas barreiras físicas da linha do trem e do córrego se tornam importantes fronteiras sociais intermediárias, separando o centro das zonas destinadas à reprodução da força de trabalho operária. Além desse fato, a localização de boa parte dos locais de produção estrategicamente adjacentes à infraestrutura ferroviária, como os galpões da CFTS e demais indústrias calçadistas, reforçam a configuração espacial de zona intermediária. Mais tarde, com a diversificação da produção para o vestuário, a consolidação do Distrito Industrial, também próximo às já descritas fronteiras, se torna um novo espaço a separar os grupos situados na parte norte, como ficou mostrado na descrição do bairro Bela Vista. O centro da cidade como um todo, após o surgimento dos bairros de classe média à leste, se torna o grande elemento que marca a separação dos diferentes grupos.

### ***3.3.6 Aplicação das teorias do Estado ao processo de expansão***

A questão da participação do Estado na produção do espaço urbano de São João adquire, nesse momento, uma abrangência que deve ser levada em conta com trato especial. Como já mencionado, a concepção e implantação dos espaços de reprodução do contingente operário nos primórdios da produção têxtil local foram materializadas sob a configuração da vila operária (BONDUKI, 2014), gerando um ônus ao patronato que reduzia sua margem de lucro. A partir do processo de industrialização testemunhado desde 1930, no entanto, passa a existir um esforço de concentrar nas mãos do Estado vários setores (OLIVEIRA, 2003), como o consumo coletivo e a reprodução da força de trabalho, que vão de encontro à lógica do lucro, de modo a permitir uma margem do ganho empresarial que se destina agora à expansão da produtividade.

No contexto são-joanense esse processo também se torna verdadeiro, de modo que a partir dos anos 1950 quase a totalidade dos bairros da classe trabalhadora possui em maior ou menor grau a presença do poder público. Todos esses fatos são permeados permanentemente pela questão, levantada pelos teóricos já

apresentados, a respeito de qual é a razão de ser desse modelo de participação do Estado. Uma vez que essas atribuições estão colocadas nas mãos do poder público, ele passa a ser o agente principal no suporte em relação aos meios de consumo coletivo e os meios de reprodução da classe trabalhadora. Esse processo indica que o Estado é o fiel da balança, legitimador da reprodução do capital pela construção dos suportes necessários, portanto, instrumento desse mesmo capital, tal como consideram Lojkine (1997) e Lefebvre (1999). No entanto, por mais que esse processo passe às mãos do Estado a partir de um determinado momento, o poder público poderia agir, como muitas vezes age no Brasil, pela sua ausência, deixando a cargo de cada família sua própria reprodução, a ser feita de modo desregulado e precário (MARICATO, 1996). O que vemos em São João, na maioria das vezes, é uma atuação positiva, de participação do poder público como construtor dos espaços de reprodução, o que reforça a discussão sobre o Estado como somente um ator que faz o que o capital industrial quer. Para legitimar tal atuação, talvez haja a pressão por parte de outras forças que levam o Estado a tomar esses caminhos políticos em direção ao planejamento, o que contribui para a tese contrária, de que o Estado é, antes de mais nada, uma arena de disputa entre classes ou suas diferentes frações, tal como defende Poulantzas (SOUZA, 2005). O que ficou evidenciado nas pesquisas sobre os bairros é que há, pelo menos na porção dos espaços da classe trabalhadora, uma ação do Estado sistemática, do poder público que escolhe o desenho da cidade, mediante diversas escolhas tecnocráticas, como revelado por Miszal & Miszal (1984). Diante das informações obtidas, o que se tem é uma escala de diferentes níveis de atuação do Estado, mas com um grau considerável em muitos territórios. Em pelo menos quatro locais, Popular, Centenário, Três Marias e Bela Vista, podemos dizer que a presença do Estado foi grande ou total, abrangendo uma porção significativa do setor oeste da cidade, reduto por excelência da classe trabalhadora. Pode-se dizer, portanto, que em grande medida, o capital industrial dependeu do Estado para produzir espaços de reprodução, sobretudo a partir do momento em que o perfil industrial da cidade se diversifica para o vestuário. Na época anterior, durante o auge da produção têxtil da CFTS, quando a reprodução ficava a cargo da fábrica, quem decidia a localização era a fábrica ou o Estado (nos casos de Santa Rita, São José e Caxangá)? De quem é o terreno? Quem abre a rua? Quem prepara o terreno para a RFT?

Como já citado, Lojkine (1997) traz a contribuição de qual pode ser a abrangência do papel do Estado na produção da cidade capitalista, com um foco específico no poder de escolha, de maneira tecnocrática, da localização dos diferentes elementos de composição da dinâmica urbana. O que se pode perceber é que não há em São João uma intervenção por parte do Estado na atividade comercial, não existe uma regulação sistemática ou de preços dos produtos essenciais, nem uma alocação direta do Estado de mercados em pontos estratégicos. Esse processo na atividade industrial, por outro lado, é sentido de maneira um pouco mais presente, visto que houve um incentivo estatal à localização dos novos locais de produção numa área específica que se consolidou como distrito industrial. Esse esforço se limitou, entretanto, em um manejo jurídico para que esse resultado ocorresse, sem haver também uma intervenção do Estado na atividade industrial ou algum tipo de atividade de produção cuja propriedade seja do poder público. Por outro lado, a abrangência estatal se fez presente na questão da terra e da habitação, tendo ambas sido desenvolvidas em paralelo. Pelo menos em três importantes locais já estudados, o Popular, o Centenário e o Bela Vista, houve uma implantação dos conjuntos em terrenos que já eram previamente do poder público, o que permitiu inaugurar a tendência que se mostrou constante em posicionar as classes trabalhadoras nos vetores oeste e norte. Em relação ao desenho e o financiamento dos projetos, para além das já conhecidas escolhas de localização realizadas, todo o projeto, desenho e tipologias realizadas ficou a cargo de uma vasta diversidade de órgãos públicos, programas habitacionais e escalas de poder.

A respeito das dimensões elencadas por Lojkine da atuação estatal, todo o estudo evidencia pelo menos duas dimensões de modo bastante frequente: a dimensão planejadora, que abarca todo esse processo já conhecido de escolha dos locais pelo Estado, principalmente os bairros populares; e a dimensão operacional, andando em paralelo à primeira, por meio do aporte jurídico e financeiro (LOJKINE, 1997), como visto nas leis municipais que autorizam as parcerias com os órgãos estaduais e federais de habitação e também as liberações de acesso a crédito para financiamento de programas habitacionais.

Na perspectiva de Lefebvre, a dinâmica da construção do espaço urbano, como já apresentado, abrange três escalas, que vai da governamental G, passa pela média M até a particular P (LEFEBVRE, 1999). A escala G representa o nível em que o Estado atua no espaço urbano, tanto em relação à sua construção propriamente dita

quanto em relação à sua presença como um elemento repressor e vigilante de todo o território, sendo o legitimador da estratégia de segregação da classe burguesa. No caso de São João, a relação com a teoria de Lefebvre que podemos fazer é que, de fato, a escala G é presente como construtora de boa parte do espaço urbano, sobretudo no seu lado oeste, que se apresenta por um mosaico de bairros de casas populares. No entanto, em relação à atuação do poder público como um elemento repressor e vigilante, é mais difícil de constatar uma atuação que se encaixe aos critérios de Lefebvre, não chegando a configurar, no caso em questão, uma sociedade do tipo “burocrática do consumo dirigido”, que se caracteriza por uma atuação onipresente do Estado em todos os níveis, sobretudo no processo da vigilância aos cidadãos (LEFEBVRE, 1999). Por mais que haja indícios, em São João, de uma atuação desigual do aparato policial em relação aos diferentes espaços da cidade, como será abordado na perspectiva sincrônica, é forçado atribuir a esse processo o conceito da sociedade burocrática sugerido por Lefebvre.

Por outro lado, a contribuição de Lefebvre como ferramenta de estudo do espaço não se limita somente a essa análise de escalas. A sua posição a respeito do planejamento urbano como uma estratégia da classe burguesa para gerir o espaço e segregar remete ao já apresentado embate teórico dos lefebvrianos Lojkin e Gottdiener contra a perspectiva de Poulantzas a respeito do Estado (GOTTDIENER, 1985). Sem o intuito de confirmar a perspectiva de um ou outro lado, o que contribui aqui é saber até que ponto esses pontos de vista se veem presentes. O que se percebe pelo estudo já realizado até aqui é a grande importância, nesta cidade da questão habitacional, que se reflete no tipo de atuação do poder público em tal aspecto da questão urbana. Dito isto, o mais relevante não é tentar descobrir se o Estado é ou não um elemento submisso que trabalha em prol dos interesses da classe burguesa, mas sim até que ponto sua atuação na reprodução é compatível com a estratégia burguesa para tirar a classe trabalhadora dos espaços de poder. Para Lefebvre, e também para nós, o que está em jogo é o quanto o planejamento urbano aos moldes tecnocráticos já conhecidos interfere na luta da classe trabalhadora pela cidade. De fato, e isso se faz presente em qualquer espaço urbano regido pela lógica moderna, há uma luta pela habitação, ou pelo menos uma narrativa da habitação que prevalece sobre a luta pela cidade, sendo esta, a luta pelos espaços de poder, e isso vai a favor da legitimação pelo Estado do processo de segregação e hegemonia das classes proprietárias dos meios de produção. Mas é incerto se esse processo ocorre como

uma espécie de acordo entre o Estado e capital empresarial, uma vez que o Estado é ainda uma arena de disputa, mesmo que desigual, entre classes ou frações de classe, na visão de Poulantzas (SOUZA, 2005).

Lefebvre ainda considera que há no planejamento urbano moderno uma narrativa que se reveste de uma face neutra para escamotear o verdadeiro objetivo da segregação nele embutido, e isso se faz sobretudo em regimes democráticos, onde o planejamento adquire uma atmosfera legítima por meio de processos legais pavimentados pelos poderes constituídos (LEFEBVRE, 1999). Esse pode ser o caso particular de São João e também de muitos exemplos pelo Brasil, que passou por um processo de redemocratização relativamente recente, mas perpetuou, em alguns momentos, o modo de organização da reprodução digno dos tempos autoritários anteriores. Há em São João um fenômeno, que não pode ser chamado de particular, em que prevaleceu de forma abrangente o modelo de habitações populares exatamente no momento que há o desmonte do governo militar. Vira uma espécie de moda, a partir de 1980, a consolidação da organização da reprodução da força de trabalho, em São João, sob a tutela do poder público, num período em que a política habitacional passava por uma importante transição, marcada por uma forte descentralização, pela via de “programas alternativos, promovidos, em geral, por administrações estaduais e municipais democráticas, que colocaram em prática propostas emanadas da sociedade que procuraram construir novos paradigmas de política urbana e habitacional” (BONDUKI, 2014, p.80). Dessa forma, o processo ocorrido em São João é híbrido, já que testemunhou de fato a descentralização da política habitacional, feita em grande parte pelos poderes estadual e municipal sem, no entanto, ter vivido uma experiência dos novos paradigmas emanados das lutas dos movimentos sociais urbanos.

Ficaram conhecidas, no imaginário popular da cidade, as administrações municipais que trataram de forma mais direta a problemática da habitação, muitas vezes em torno de polêmicas a respeito de seu verdadeiro objetivo. Sem incluir a administração de Carlos Stiebler, responsável pelo bairro Popular nos anos 1950, talvez por já se encontrar bastante remoto no tempo, a era dos “prefeitos que construíam casas” se inicia com o prefeito Antônio Cavalheiro, que em 1980 iniciou a construção do bairro Centenário. Após um breve hiato, a tradição é continuada e definitivamente reforçada pelas administrações do prefeito Célio Ferraz e, em seguida de seu aliado político Antônio Jacques, que realizam os empreendimentos dos Três

Marias no final dos anos 1980, e do Bela Vista, no final dos anos 1990. A atuação do Estado nesse período divide politicamente, como já mencionado, as opiniões dos habitantes da cidade, sendo considerada, por um lado, uma atuação clientelista e com objetivos políticos em si mesmo, e, por outro lado, uma atuação que de alguma forma contribuiu para ajudar as populações mais vulneráveis do município. O curioso é que, em nenhum dos pontos de vista do imaginário popular, existe de forma explícita a questão da segregação ou da legitimação do poder do capital pelo Estado. Considerando esses pontos de vista como relevantes para a pesquisa, eles se fazem importantes exatamente porque neles está contida a perspectiva do Estado como um elemento de disputa entre as classes, e não algo automaticamente alinhado aos desejos do capital. Tanto o clientelismo como a narrativa da ajuda aos mais vulneráveis revelam o Estado como uma máquina interessada na sua própria reprodução de maneira autônoma, ou uma espécie de mediador entre as classes. Neste caso, por mais que não haja a posição lefebvriana do alinhamento automático, há certamente a questão do planejamento como uma narrativa neutra (LEFEBVRE, 1999). Ainda assim, por mais que essa perspectiva do Estado como um interessado autônomo seja reforçada, não há dúvidas de que, uma vez por ele organizados os espaços para a reprodução da força de trabalho, o capital industrial vai ter seus interesses satisfeitos de alguma maneira.

Figura 35 – Anúncio de jornal sobre a urbanização do conjunto Bela Vista



Fonte: Acervo Célio Ferraz, 2000.

A perspectiva dada por Daniela Soldano (2018) quanto à participação do Estado na construção do espaço urbano latino-americano corresponde em parte ao que se vê no contexto do caso estudado, embora se trate de um corpo urbano de menor expressão em comparação com o estudo das metrópoles da periferia mundial. Por mais que essa diferença seja um fato, trata-se de um elemento espacial que, assim como tecidos urbanos mais dilatados, tem sua expansão balizada pela atividade industrial. E, da mesma forma que a reprodução do capital contribuiu durante muito tempo para o financiamento das moradias operárias (BONDUKI, 2014), se faz relevante também a reprodução do próprio Estado, que reflete sua presença e seu modo de ação numa reprodução diferenciada dos territórios urbanos. Aqui há um leque de escalas em que o poder institucional age, desde um suporte minimamente protocolar até uma ação mais sistemática. Pela evolução urbana que foi mostrada, o perfil dessa atuação segue uma lógica que acompanha de forma muito perceptível a dinâmica das classes, onde se vê um espécie de tutela das instituições públicas por diversas vertentes, como gastos com financiamento da reprodução da moradia e do consumo coletivo, nas áreas de baixa renda a oeste e norte, e um surgimento, com tendência para o leste, da dinâmica de loteamentos regida por uma lógica mais liberal, destinada à expansão das classes médias e do capital imobiliário. Esse fenômeno da reprodução diferenciada é visto com bastante frequência no imaginário latino-americano, mas o que chama a atenção em São João é o quão abrangente se deu a participação do poder estatal na implantação das áreas pobres, em contraponto à não ação estatal ou sua ausência no tratamento dos espaços de reprodução que marca a grande parte das periferias brasileiras e de outros países (MARICATO, 1996). Sem o intuito de julgar se essa presença estatal contribuiu positivamente para a vida dos habitantes, é certo que as duas formas de atuação do estado, da negligência à intervenção, levam a resultados totalmente distintos no imaginário, na paisagem e no modo de vida das sociedades.

#### 4 O ESPAÇO URBANO SÃO-JOANENSE NOS DIAS ATUAIS

São João Nepomuceno está situada em uma rede de cidades cuja colonização e história econômica são similares. Passou de uma economia baseada na monocultura exportadora do café e no trabalho escravo para uma modernidade de base industrial têxtil a partir do advento da integração ferroviária implantada no final do século XIX. Esta atividade deu à cidade o suporte para sua existência, e a partir de conjunturas econômicas nacionais e internacionais, sua economia pôde experimentar tanto expansões como momentos de crise, tendo que se adaptar, muitas vezes, às circunstâncias próprias de cada época. O estudo do capítulo anterior possibilitou revisitar a história da cidade por meio da evolução de sua silhueta urbana, procurando sempre a razão de ser de cada expansão e evidenciando o que não parece característico de uma cidade de pequeno porte: uma evolução que exhibe contradições na sua forma e assimetrias entre as partes que a compõem. O modo pelo qual esse processo foi estudado se baseou, sobretudo, na forma espacial da produção industrial e seu reflexo na reprodução da força de trabalho, que, somado às diversas frentes de atuação do Estado, produziu uma configuração da segregação espacial originada de vetores de expansão que distribuíram as classes sociais de modo assimétrico no território.

Esse processo fornece a estrutura necessária para prosseguir a observação do espaço dessa cidade, desta vez em uma perspectiva da atual conjuntura, levando em conta alguns fenômenos recentes de sua vida social e econômica que determinaram o momento vivido hoje por essa sociedade. Dos elementos que compõem esta parte da pesquisa, três já estiveram presentes anteriormente e servirão novamente como estrutura principal: atuação do Estado, força de trabalho e meios de produção. Embora os elementos sejam os mesmos, o foco agora está nas mudanças recentes pelas quais cada um passou, bem como o reflexo da sua distribuição na dinâmica espacial da cidade. A esses três será acrescentado um outro elemento, que já foi mostrado teoricamente, e agora faz sentido neste estudo sincrônico do espaço são-joanense. Trata-se do consumo coletivo, explorado por Manuel Castells e Jean Lojkine, que constitui um importante suporte aos estudos da reprodução do capital e da força de trabalho, já vistos no processo diacrônico do capítulo 3.

O primeiro elemento a ser discutido neste capítulo, e que constitui uma ponte entre o estudo das expansões dos territórios urbanos feitos anteriormente e o



panorama mais recente, é a presença do Estado em um aspecto específico do seu leque de atuações: o sistema de controle e regulação do uso da terra. À medida que avança o processo de incremento da instituição municipal no Brasil desde 1988, testemunha-se também o avanço de um arcabouço legal complexo sobre a questão urbana, tratado sobretudo na esfera municipal. Diante disso faz-se importante resgatar como foi esse processo em São João Nepomuceno, a partir do estudo de seu plano diretor, com o objetivo de interpretar as decisões do poder público a respeito do uso da terra pelo mecanismo do zoneamento, ajudando a prever quais são os próximos passos da expansão urbana em São João e de que forma ela vai ocorrer. Embora tenha havido leis de zoneamento em épocas anteriores, só o plano diretor nos permite analisar essa dinâmica da expansão e suas tendências de modo mais completo, e também verificar qual a ênfase do poder público no tratamento de cada aspecto abordado pelo zoneamento, como a questão social, ambiental e as formas de adensamento.

O segundo elemento, meios de produção, acompanha as mudanças testemunhadas pela força de trabalho de forma bastante similar e correlacionada, uma vez que suas mudanças compartilham o mesmo contexto. A mudança e flexibilização dos meios de produção são consequência de crises e mudanças na economia mundial, que têm sua versão local manifestada no fenômeno das facções, modelo de produção e trabalho que se tornou muito presente no contexto de São João Nepomuceno e outras cidades de mesmo perfil industrial. A forma como esse processo se manifesta espacialmente é de fundamental importância para o entendimento do que é a dinâmica da cidade nos dias de hoje. Outro fenômeno a ser visto é o incremento, nas últimas décadas, do que pode ser chamado de indústria da construção ou do setor imobiliário em São João, indispensável para a discussão sobre a expansão urbana atual e sobre as novas formas de segregação por meio da localização e do valor da terra.

O terceiro é a força de trabalho e perfil da população, e as mudanças pelas quais passou o perfil do trabalhador são-joanense nas últimas décadas. Embora já visto anteriormente que é o setor têxtil e vestuário que mobiliza maior parte do contingente, há outros modos de pensar a distribuição da força de trabalho para além da perspectiva puramente econômica, levando em conta outros aspectos comunitários que evidenciam também as assimetrias espaciais dos grupos sociais.

Os elementos trabalho e renda e suas mudanças ainda precisam ser explorados em seus desafios e problemáticas conjunturais após a década de 1980, quando ocorre mudanças em relação à forma de atuação do Estado, reviravoltas de paradigmas econômicos e aumento da desigualdade e violência, processos nacionais e mundiais que afetam também as dinâmicas na escala local.

Após a exposição do seu conteúdo teórico dentro da análise sobre o Estado, a discussão sobre consumo coletivo se torna importante método de explorar a maneira como se dá a atuação do poder público no fornecimento dos equipamentos necessários às reproduções tanto do capital quanto da força de trabalho, uma vez que já se tem o conhecimento de que o Estado é um importante ator na construção do espaço urbano em São João. Dentro dessa lógica do consumo coletivo, é necessária uma abordagem da diferenciação entre os equipamentos coletivos públicos e equipamentos privados, onde estão localizados, qual é o efeito da ausência desses espaços de coletividade no território, com grande potencial para revelar as assimetrias e desigualdades existentes no espaço urbano em questão. Dando continuidade a tal raciocínio, é importante inserir no estudo toda a dinâmica do espaço urbano com a rede de comércio e sua distribuição na cidade, o que reflete no estudo da relação centro-periferia e assimetrias no acesso a bens e serviços, tanto os serviços em geral como a estrutura de comércio especializado do vestuário.

#### **4.1 Atual expansão e regulação do uso da terra**

Por meio do entendimento sobre os caminhos tomados pelo desenho urbano e suas assimetrias é possível olhar, de forma refletida no espaço, os fenômenos sociais vivenciados em uma determinada localidade. No caso de São João Nepomuceno, a partir desse modo de análise, ficou mais clara a dinâmica da expansão urbana ao longo das décadas, o que permitiu enxergar uma série de fenômenos sociais ligados a uma modernização pela via do desenvolvimento industrial. Entretanto, por mais que o processo tenha sido resgatado desde o início, esse fenômeno da expansão continua ocorrendo, exibindo uma série de tendências recentes que são cruciais para o entendimento da São João atual. Uma vez já vista a importância da ação do Estado como indutor do crescimento e, em muitos casos, seu modelador, é importante buscar os aspectos desse processo pela via das ferramentas de controle e regulação do uso da terra dos quais o Estado lança mão, uma vez que ocorreu, nas últimas décadas,

um processo de enriquecimento do aparato regulador legal na escala municipal<sup>38</sup>. Desde a redemocratização na década de 1980, os municípios tem concentrado importantes atribuições a respeito da questão urbana em suas mãos, sendo o Estatuto da Cidade o principal norteador dessas atribuições desde 2001<sup>39</sup>. Embora se trate de uma lei do ordenamento jurídico nacional, muito de seu conteúdo e de seus mecanismos espera a regulamentação por leis municipais. Os planos diretores constituem parte importante desse processo, uma vez que são a base para a formulação de políticas urbanas na escala local. Com uma população atual estimada em 26.361<sup>40</sup> habitantes, São João Nepomuceno, que faz parte do grupo de municípios cuja criação de um plano diretor passava a ser obrigatória de acordo com a Constituição de 1988 e a posterior regulamentação via Estatuto das Cidades<sup>41</sup>, teve seu Plano Diretor Participativo aprovado no ano de 2008<sup>42</sup>.

De modo a dar mais sentido à abordagem da atual expansão urbana e, sobre ela, os efeitos da ordenação e estruturação do território previstas no plano diretor, é importante resgatar os processos de expansão já vistos no capítulo 3. Pode-se fazer uma leitura do processo em três partes: uma primeira parte, ligada ao período de expansão da indústria têxtil, de 1940 a 1980, caracterizada por um avanço urbano quase exclusivo do centro ao vetor oeste; uma segunda parte, que pode ser chamada de transitória, ligada ao período de diversificação da atividade econômica do têxtil para o vestuário, que experimentou o avanço urbano em diversas direções, sem uma tendência específica; e a terceira parte, que é a tendência atual, experimentada na última década, que marca uma maior frequência das direções leste e sul.

---

<sup>38</sup> O ordenamento jurídico municipal consiste numa hierarquia de leis complementares e ordinárias legitimadas e elaboradas conforme as determinações e limites impostos pela Lei Orgânica do município de São João Nepomuceno. A lei orgânica é a lei máxima dos ordenamentos da escala municipal, e foi recebida no novo aparato legislativo nacional regido pela Constituição Federal de 1988. Além da lei orgânica do município, outras duas leis relacionadas à regulação e controle do território pelo Estado são o Código de Posturas do município (lei complementar nº14 de 2010) e o Plano Diretor Participativo (Lei Complementar nº6 de 2008).

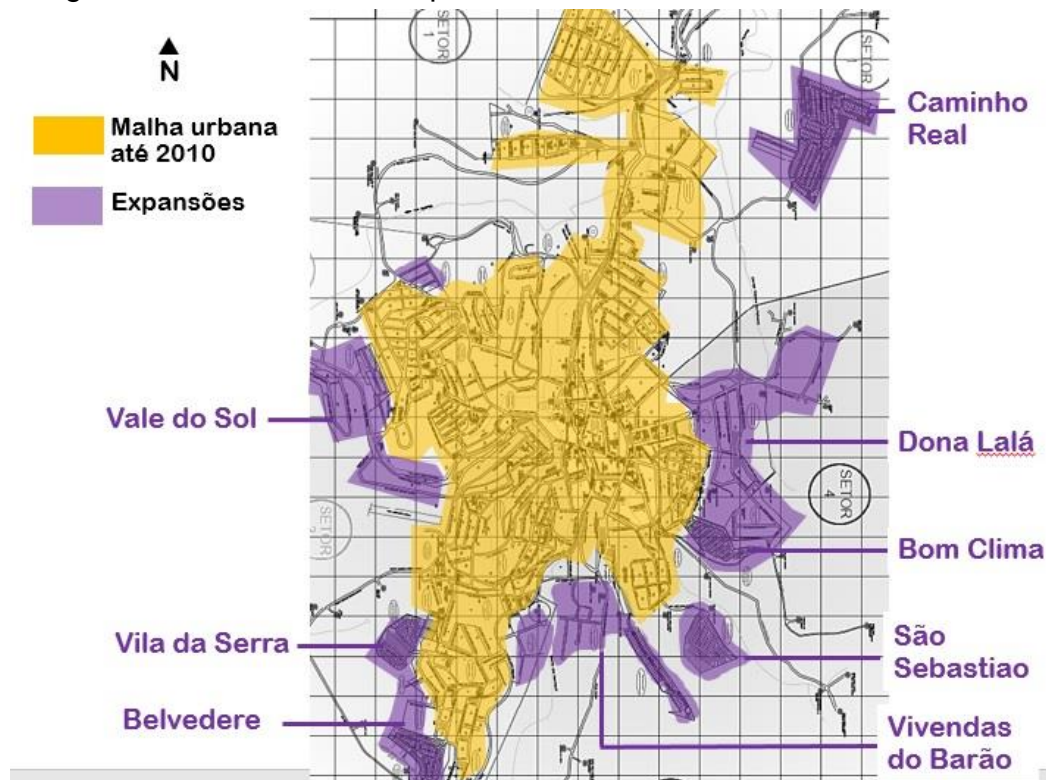
<sup>39</sup> O Estatuto da Cidade regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, sobre diretrizes gerais da política urbana.

<sup>40</sup> Números do município de São João Nepomuceno em [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br).

<sup>41</sup> O Art. 41 inciso I do Estatuto da Cidade torna obrigatório o plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes.

<sup>42</sup> Lei Complementar nº6 de 4 de março de 2008, disciplina o Plano Diretor de São João Nepomuceno.

Figura 36 – Loteamentos a partir de 2010

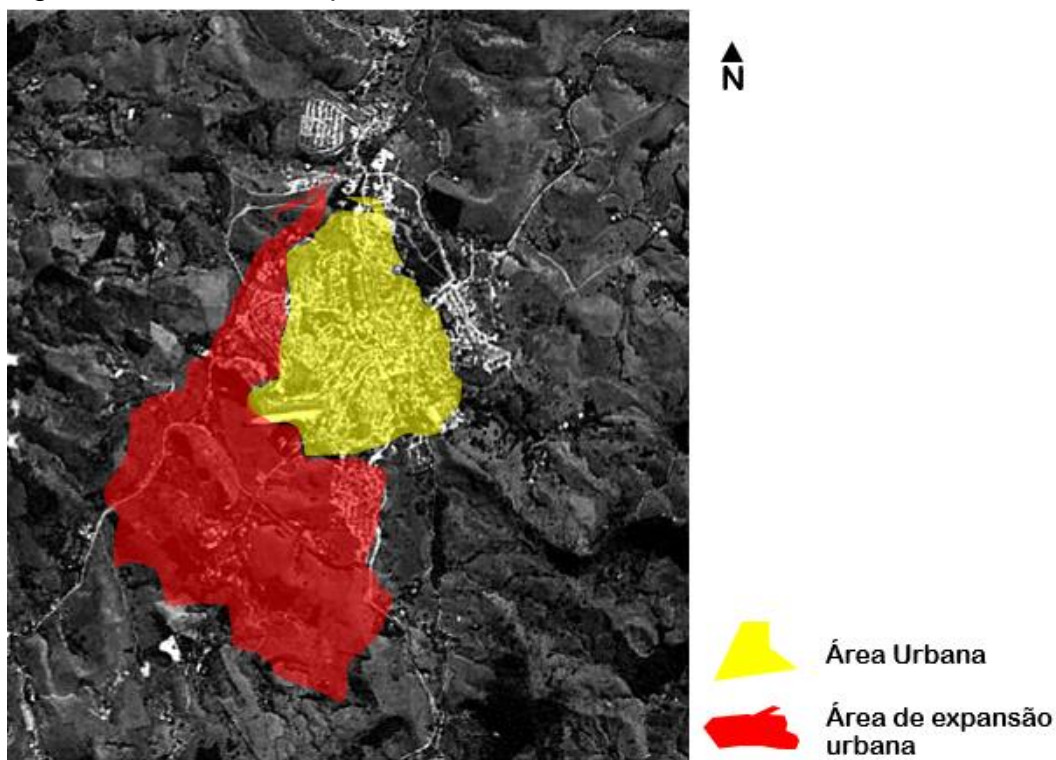


Fonte: Prefeitura municipal de São João Nepomuceno.

Esse fenômeno pode ser visto a partir da localização dos loteamentos e dos bairros mais recentes, formados na última década, a partir de 2010. Por mais que continuem havendo pequenas expansões nos territórios de reprodução em bairros já consolidados em outras direções, os acréscimos mais significativos estão concentrados nas porções leste e sul. Assim como as demais tendências das décadas anteriores possuíam uma razão de ser assentada na expansão da atividade econômica e distribuição dos grupos sociais, essa última tendência deve também responder aos fenômenos sociais e econômicos recentes. Ela marca a proeminência da expansão nas direções contrárias aos espaços de reprodução da força de trabalho de menor renda, constituída sob a forma de casas populares, como já foi mostrado. Embora muitos desses novos espaços urbanos indiquem a continuação de uma periferização da classe média que se iniciou nos anos 1980, é difícil constatar essa característica em todas as áreas de expansão. Por mais que existam fatores

econômicos e sociais que contribuem para produzir essas tendências, há uma mudança importante no tratamento do Estado em relação à definição das áreas passíveis de expansão urbana. Nesse momento, se torna importante a análise do zoneamento previsto no plano diretor, aprovado em 2008, portanto próximo ao começo dos anos 2010.

Figura 37 – Área de expansão urbana em 1981



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Google Earth.

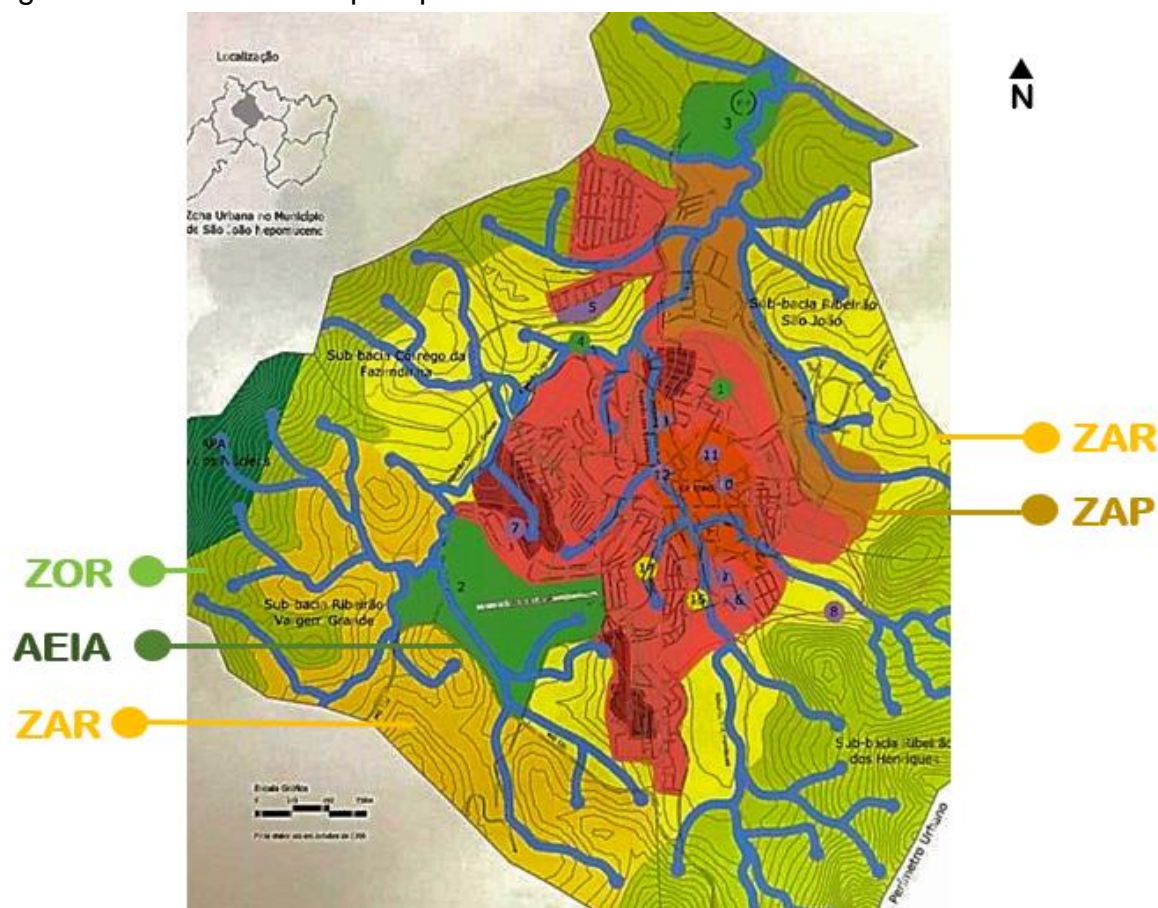
No início dos anos 1980 foi aprovada uma lei municipal que criava uma “zona de expansão urbana”<sup>43</sup>, legitimando juridicamente a tendência já consolidada do vetor a oeste naquele período, o que indicava uma preferência dada pelo poder público para a incorporação desta região a oeste. Esse fenômeno, já consolidado nas décadas anteriores com os bairros “pioneiros”, foi confirmado com o surgimento dos bairros populares Centenário e Três Marias, o que permaneceu em vigor até a elaboração do Plano Diretor Participativo do município em 2008<sup>44</sup>, que mudou radicalmente essa tendência de expansão a oeste, conforme indicado no zoneamento que foi elaborado. O que se conclui desse zoneamento mais recente é uma troca na direção destinada à expansão urbana, onde o setor a oeste, antes concedido à expansão, passou a

<sup>43</sup> Lei municipal nº 1100 de 1981, versa sobre a criação da zona de expansão urbana do distrito-sede.

<sup>44</sup> Lei complementar nº6 de 2008, título III, sobre ordenação e estruturação do território.

outras modalidades de zona, dentro de uma outra lógica de ordenação do território mais diversificada. O que era uma zona de expansão urbana se dividiu em zonas de ocupação restrita (ZOR), desfavoráveis à ocupação intensiva pelo seu caráter topográfico e ambiental <sup>45</sup>, área de interesse ambiental (AEIA) e zonas de adensamento restrito (ZAR), periféricas à mancha urbana, de baixa densidade de ocupação e que devem ser mantidas dessa forma <sup>46</sup>. Uma região específica foi escolhida como primordial para o estabelecimento dos bairros recentes, como parte do Distrito Industrial e o Dona Lalá, sendo uma zona de adensamento prioritário (ZAP), que ocupa toda a faixa vizinha a leste e nordeste do espaço urbano já consolidado, mais propícia à ocupação, pela sua topografia favorável e glebas ociosas <sup>47</sup>, exatamente aquela que assistiu a maior parte da expansão urbana da última década.

Figura 38 – Zoneamento pelo plano diretor de 2008



Fonte: Plano Diretor Participativo de São João Nepomuceno.

<sup>45</sup> Art. 75 parágrafo único, que descreve as zonas de ocupação restrita (ZOR).

<sup>46</sup> Art. 73 parágrafo único, que descreve as zonas de adensamento restrito (ZAR).

<sup>47</sup> Art. 71 parágrafo único, que descreve as zonas de adensamento prioritário (ZAP).

A troca de tendências de expansão, antes já verificada como um fenômeno ocorrido na prática e agora reforçada ao se recorrer à sua legitimação legal, ajuda a entender, como já visto no capítulo 3, uma diferença de caráter da ocupação nos diferentes polos de expansão urbana. Por se tratar de um fator de grande importância na investigação sobre a construção do espaço em questão, é válido reforçar algumas observações já feitas a respeito do caráter da reprodução em sua composição social e seu desenho nos diversos vetores de expansão. O que parece claro é que, até a expansão dos espaços destinados à reprodução da força de trabalho ter atingido um nível compatível com o que era demandado pelas forças de produção, a incorporação de áreas urbanas a oeste do centro destinadas à classe operária era incentivada e sistematizada pelo Estado. Acompanhando o caminho feito pelas primeiras ocupações fora da cidade central, a expansão da força de trabalho de baixa renda, ligada a indústria têxtil e de vestuário, se realizou à medida que as alterações na estrutura econômica da cidade demandavam. A atual construção do espaço urbano, com predominância para sul e leste, segue um outro critério e tem uma outra razão de ser, mais ligada a um processo, já iniciado nos anos 1980, de periferização da classe média nos sentidos contrários àqueles consolidados para o proletariado industrial. O que parece se confirmar é o processo de setorização dos colarinhos-brancos, a leste e sul, e colarinhos-azuis, a oeste e norte, cuja leitura pode ser feita a partir dos vetores de expansão das áreas urbanas.

Outro fator que fica também evidenciado está no fato de que, não importam as direções ou a classe social que se apodera deste ou daquele território, não importa a década ou a condição econômica do período, em todo momento que se viu até aqui, pelos menos desde os anos 1950, se falou de alguma expansão. O que se pode dizer com certeza é que São João Nepomuceno, embora uma cidade de pequeno porte, experimentou em toda sua história mais ou menos recente, algum tipo de dilatação do seu espaço urbano. Como já abordado, há uma atuação proeminente do Estado nesse processo, como amortecedor da relação entre capital industrial e classe trabalhadora, a partir do momento em que financia sistematicamente os ambientes para reprodução. É necessário mencionar um outro interesse, agora quase que puramente por parte do Estado, nesse processo de dilatação constante do espaço urbano, que não é uma exclusividade da cidade em questão, mas faz parte também desta realidade: o aporte fiscal conseguido pelo poder local quando da transformação de um território rural em urbano. Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, cabe à União a cobrança

de imposto territorial rural<sup>48</sup>, enquanto a cobrança dos impostos territoriais e prediais urbanos são destinados aos governos municipais<sup>49</sup>. A expansão urbana é de alguma forma, portanto, um processo a beneficiar o poder local em relação às suas fontes tributárias e, portanto, naturalmente por ele incentivado.

## **4.2 Distribuição dos meios de produção**

### **4.2.1 Indústria de transformação: do têxtil ao vestuário**

Ao longo do século XX, São João Nepomuceno se consolidou como uma cidade de perfil industrial têxtil, com grande expansão de sua produção decorrida de fatores conjunturais da economia mundial, como a demanda europeia por tecido durante os anos de guerra e pós-guerra, uma vez que a produção interna deste continente se encontrava desestruturada. Assim como seu auge, o seu período de crise e baixo volume de produção também decorreu de fatores externos, como o início de uma concorrência na produção de tecidos vinda do continente asiático a partir dos anos 1960 (COSTA, 2016). A partir dessa mesma década, como se viu, inicia-se uma transferência de vocação no setor da produção, passando de uma proeminência do têxtil para o vestuário e toda a atividade correlata. As duas produções se desenvolvem paralelamente durante as décadas de 1970 e 1980, até que, a partir de 1990, a atividade principal do município se torna, definitivamente, a atividade da produção de roupas. Tanto pela contribuição da atividade têxtil quanto do vestuário, o que se confirmou ao longo da história foi, de fato, uma vocação industrial como base econômica primordial. Conforme os números mais recentes da economia do município, o setor industrial corresponde a cerca de 20,8% de seu produto interno bruto, seis vezes o total produzido pelo setor agropecuário, que abrange 3,3% do PIB<sup>50</sup>. Pelo cadastro de 2018<sup>51</sup>, do total de empresas atuantes no município, 18,5% corresponde a empresas do ramo de produção de vestuário<sup>52</sup>. A partir desses dados, pode-se concluir que o setor industrial, com abrangência de seu principal ramo, a produção de

---

<sup>48</sup> Art. 153 inciso VI da Constituição Federal, sobre competência fiscal da União.

<sup>49</sup> Art. 156 inciso I da Constituição Federal, sobre competência fiscal dos municípios.

<sup>50</sup> IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

<sup>51</sup> IBGE, Cadastro Central de Empresas 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

<sup>52</sup> Número de confecções e facções do ramo do vestuário fornecido pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário de São João Nepomuceno.



roupas, compõe um quinto do total da economia da cidade, tanto pela participação no PIB quanto pelo número das empresas atuantes. É importante, portanto, esclarecer as mudanças recentes pelas quais passou a produção do vestuário e quais circunstâncias econômicas levaram a essa mudança.

Assim como diversos ramos da economia mundial, a indústria de roupas testemunhou, nas últimas duas décadas do século XX, um cenário marcado pela flexibilização da produção, visando a redução de custos das grandes empresas do setor têxtil e do vestuário (BAHR, 2012). Esse contexto levou a um fenômeno de expansão e diversificação de modalidades empresariais, com o objetivo de se adaptar ao novo momento econômico imposto. O motor de todo esse processo está naquilo que pode ser visto como uma nova fase do desafio enfrentado pela antiga CFTS décadas antes: um aumento da participação de países asiáticos como China, Índia, Taiwan e Coreia do Sul no mercado internacional já nos anos 1980, que foi seguido pela inevitável transformação nos processos de produção e nas relações de trabalho nos anos 1990, como uma forma de adaptação a um cenário muito mais competitivo desse ramo da economia (PIAÚÍ, 2017). Ocorre, dessa forma, um fenômeno de segmentação do processo produtivo do vestuário que gera, por outro lado, uma diluição desse processo em unidades menores de produção pela via da subcontratação (BAHR, 2012). Surge assim um tipo específico de empresa do ramo do vestuário, a chamada *facção*, que, embora seja chamada por esse único nome, pode ser composta por uma infinita variedade de modalidades e tipos diversos de prestação de serviço. O termo “*facção*”, portanto, pode ser visto como um conceito abrangente, mas que guarda sempre um conjunto rígido de características. É sempre um micro estabelecimento subcontratado, de trabalho geralmente domiciliar, que funciona como elo entre o trabalho da costura e as empresas maiores que realizam a encomenda (MARTINELLI, 2017).

Nos dias atuais, o fenômeno da *facção* possui grande abrangência no setor da fabricação de roupas, tanto no caso de São João como dos demais lugares cuja essência econômica é esse tipo de produção. Por essa razão, a produção por *facção* contém em si os diversos processos que caracterizam tanto o devir trabalho quanto o devir <sup>53</sup> renda. Nela está embutida a questão da precarização do trabalho e

---

<sup>53</sup> A expressão “devir” é um termo filosófico que designa as mudanças pelas quais passa determinado aspecto da economia ou da sociedade, no caso, a renda e o trabalho.

informalidade, uma vez que a existência da facção está relacionada ao enxugamento e a redução de pessoal das grandes confecções, o que contribui para que esse modelo de trabalho e produção se torne a ponta mais frágil da cadeia produtiva, ligada às etapas de montagem e acabamento, numa rede heterogênea e fragmentada de trabalhadores domiciliares (NUNES, 2006), na maioria das vezes sob a categoria de prestadoras de serviços ou de microempresas individuais (MEI's)<sup>54</sup> (MARTINELLI, 2017). A partir desse ponto de vista, pode-se acrescentar que essas novas modalidades de produção e de relação de trabalho, além de alterarem significativamente a estrutura em si da produção, aprofundam, por outro lado, o dilema das formas de exploração do trabalho e as condições sob as quais o trabalhador se encontra (MARTINELLI, 2017), uma vez que está fortemente contida nesse contexto a questão do trabalho domiciliar somado a uma baixa renumeração e a uma estrutura de divisão do trabalho fortemente marcada pela ótica das relações de gênero (NUNES, 2006).

Em São João Nepomuceno, o fenômeno da facção acompanha a tendência que ocorreu no Brasil e provavelmente em outros lugares do mundo. Como mencionado anteriormente, se trata de mais uma adaptação para a sobrevivência da economia local, assim como havia sido a própria introdução e incentivo da indústria do vestuário em si, que transformou os espólios da indústria têxtil local em uma rede consistente de fábricas de roupas e afins, até que se viu a economia da cidade já totalmente reformulada e envolvida por esse novo ramo da indústria. Nos dias atuais, entretanto, as facções compõem uma porção tão importante do vestuário na cidade quanto a das confecções. Atuam, na cidade, cerca de 70 confecções e mais de 100 facções em situação regularizada, com aproximadamente 8500 trabalhadores formais e informais<sup>55</sup>. Ambas modalidades formam, desse modo, uma rede abrangente e diversificada de locais de produção, principais componentes espaciais que movimentam a cadeia de fabricação de vestuário, composta primordialmente pelas etapas de idealização, preparação, montagem e acabamento. As facções, de modo geral, estão ligadas primordialmente às duas etapas finais, constituindo assim os setores intermediários ou finais da cadeia (NUNES, 2006). Esse fato se torna

---

<sup>54</sup> Lei complementar 123 de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Passou a designar as MEI's a partir da alteração feita pela Lei complementar 126 de 2008.

<sup>55</sup> Números do Sindicato das Indústrias do Vestuário de São João Nepomuceno.

importante uma vez que o nível da complexidade e a abrangência das etapas, somado à logística da produção, armazenamento e transporte influem diretamente no tipo de conformação espacial dos locais de produção.

Por se tratar de empresas pioneiras e mais consolidadas, que abarcam mais etapas do processo de fabricação e funcionam numa configuração tipicamente taylorista de produção<sup>56</sup> (LIPIETZ, 1988), as confecções, assim como a antiga CFTS do ramo têxtil, tendem a possuir uma estrutura centralizada e tradicional dos galpões de fábrica, de modo a setorizar as etapas da produção num único ambiente. Permaneceu similar aos processos industriais difundidos no início do século XX, sem ter experimentado, até as últimas décadas, a fragmentação das cadeias de produção presenciada em outros ramos da indústria. A partir desse raciocínio, pode-se entender, no caso de São João, a configuração espacial centralizada dos meios de produção da indústria têxtil e de calçados, durante os tempos da CFTS, e, posteriormente, das confecções, que tenderam a se concentrar em uma região específica a norte dos pioneiros galpões de produção da Companhia Sarmiento e também nas suas proximidades, numa região que veio a se consolidar nas últimas décadas como Distrito Industrial, mediante indução do poder público, no chamado núcleo Ferreira Alves, como já mencionado.

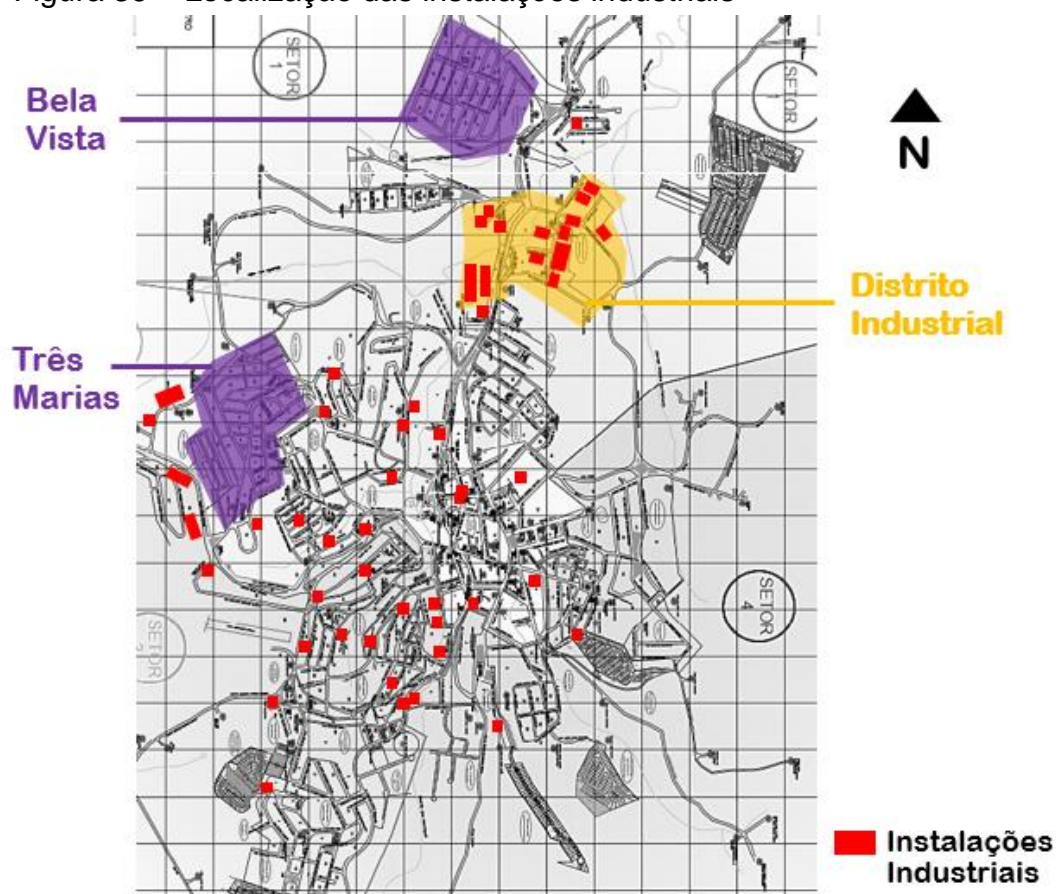
Embora haja tal concentração de confecções em um ponto específico, boa parte dos espaços destinados aos meios de produção das confecções escapa à lógica tradicional do galpão de fábrica, frequentemente em edificações menores e readaptadas para tal atividade. Esses espaços estão situados de forma mais ou menos dispersa no território urbano, muitas vezes em bairros residenciais e situados em terrenos que não são destinados especificamente para a atividade industrial. Esse movimento de desconcentração é uma tendência que responde à fragmentação e pluralidade de empresas de caráter pequeno e médio que compõem o panorama industrial da cidade. Uma vez verificada essa tendência de desconcentração da atividade industrial do vestuário, é necessário observar, sobretudo, que essa expansão dos espaços de produção de forma fragmentada no território ocorre primordialmente para a cidade central e para a direção oeste da linha do córrego e da

---

<sup>56</sup> Taylorismo é um termo dado à forma de organização da produção industrial surgido no final do século XIX e consolidado ao longo da primeira metade do século XX, caracterizado pelo fracionamento, divisão de funções e especialização dos trabalhadores nas linhas de montagem (LIPIETZ, 1988).

antiga linha férrea, exatamente aquela onde predominam os espaços para reprodução da força de trabalho de baixa renda e conjuntos habitacionais populares. Indústrias de outros produtos além do vestuário, como café e leite, quando não foram para o bairro industrial, também se estabeleceram a oeste. Pode-se entender esse movimento pela lógica da economia de aglomeração, de modo que essas localizações permitem uma redução dos custos de deslocamento da força de trabalho entre a casa e o local de trabalho, além do menor custo na aquisição da terra para implantação de tais espaços de produção. O Distrito Industrial, situado num território tampão entre os bairros ao norte da malha urbana e a cidade central, também se encontra em posição de fácil acesso pelos grandes redutos da classe trabalhadora: o Bela Vista, ao norte, e o Três Marias, o grande bairro popular a oeste, conectado às indústrias pelo anel rodoviário que atende todo o setor oeste e liga os principais acessos da cidade.

Figura 39 – Localização das instalações industriais



Fonte: Prefeitura municipal de São João Nepomuceno

Figura 40 – Edifício adaptado para confecção de bairro



Fonte: Google Street View, 2019.

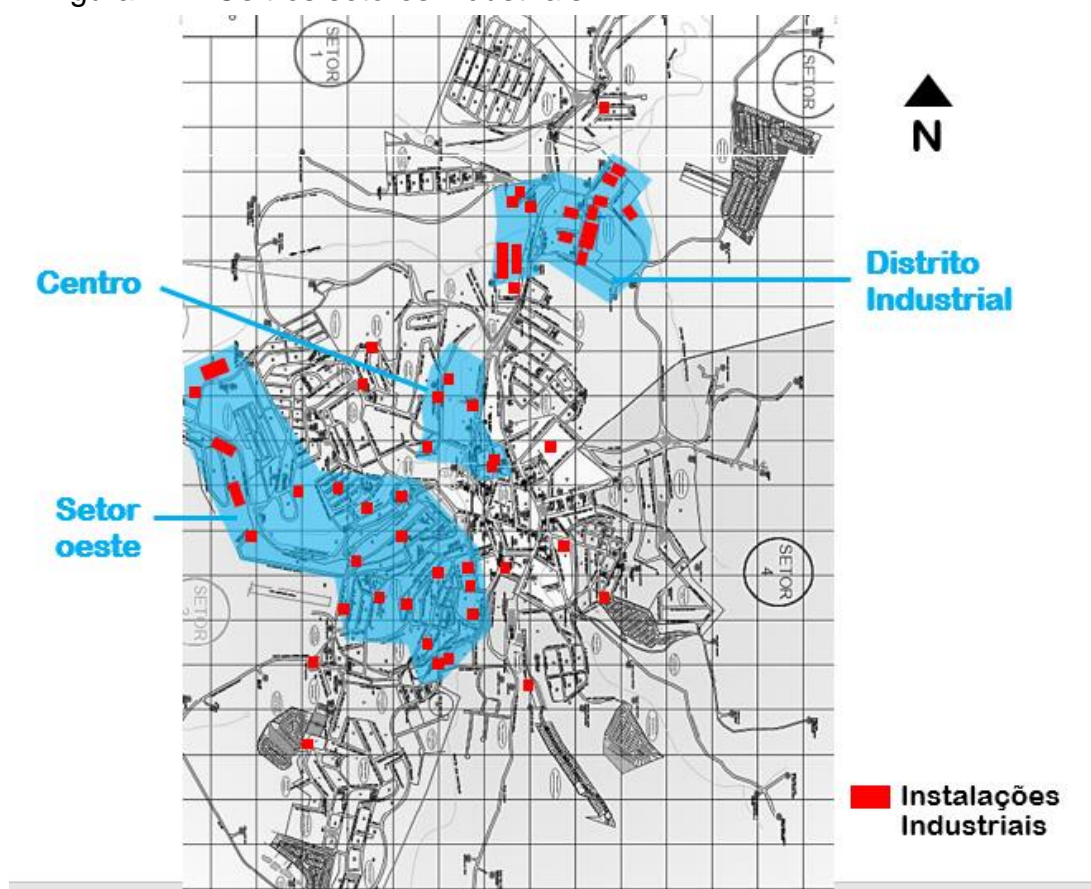
As facções, pequenas empresas individuais de caráter doméstico e responsáveis por serviços específicos na cadeia de produção do vestuário, constituem um passo adiante no processo de descentralização da atividade industrial que se seguiu ao longo dos anos de consolidação da atividade de produção de roupas. Um fenômeno decorrente de transformações econômicas e sociais que tem também seu reflexo no território urbano. Das confecções de bairro em pequenas edificações adaptadas, a diversificação nas modalidades dos espaços da indústria alcança aqui a esfera das unidades domiciliares, onde a casa, o espaço primordial da reprodução, se torna agora uma pequena unidade de produção. Da mesma forma que o processo anteriormente descrito, esse fenômeno das “fabricas domésticas” se expande com força nas regiões habitadas pelas camadas tradicionalmente de baixa renda, a faixa que vai dos primeiros bairros pioneiros, como Santa Rita e Popular, até os posteriores Centenário e Três Marias, perfazendo o percurso de expansão do vetor oeste.

O movimento de descentralização da atividade produtiva do vestuário, que começa na concentração das grandes confecções no distrito industrial e na rede de confecções menores no centro da cidade, passa pelas instalações nos bairros de baixa renda até chegar nas unidades domésticas de costura e acabamento, reflete espacialmente a complexa fragmentação pela qual passou o setor desde os anos 1990. Esse fenômeno pode ser descrito fisicamente como uma pulverização dos meios de produção em direção aos espaços de reprodução da classe trabalhadora, o que diz muito sobre a relação da desconcentração industrial com a própria base de sustentação da atividade. A realização das atividades de montagem e acabamento sem sair de casa ou mesmo perto de casa indica um movimento de redução de custo de deslocamento a ser pago pelas grandes empresas e também redução do quadro

de funcionários, de modo que cada trabalhador passa a ser um empresário, que se relaciona com as contratantes maiores por meio de vínculos mais flexíveis. Essa redução de custos do empresário maior se faz, entretanto, pela transferência de custo de material e maquinário para essas unidades menores, somado à flexibilização das responsabilidades fiscais e trabalhistas (BAHR, 2012). A decorrente miscigenação entre o que é produção e o que é reprodução revela uma nova face das formas de exploração e precarização do trabalho (MARTINELLI, 2017) e quão híbrida e fragmentada se tornou a atividade industrial nesse ramo, bem como o impacto social em uma cidade cuja base econômica principal é essa.

Espacialmente, portanto, a rede de indústrias está implantada em três setores distintos, com variações entre si em relação às modalidades e a forma como se manifesta em cada território: na região central da cidade e ao redor da antiga fábrica de tecidos, compartilhando esse espaço com atividades comerciais, residenciais e de serviços; no distrito industrial, ao norte da malha urbana, com terrenos destinados a abrigar as atividades industriais mais consolidadas e de maior porte; nos setores a oeste da cidade de várias formas, tanto próximos à região central e ao leito da antiga linha férrea, como à margem das principais vias de acesso à cidade ou ainda pulverizado difusamente nos territórios dos bairros Santa Rita e Popular, na forma de confecções e facções instaladas em pequenos locais ou residências.

Figura 41 – Os três setores industriais

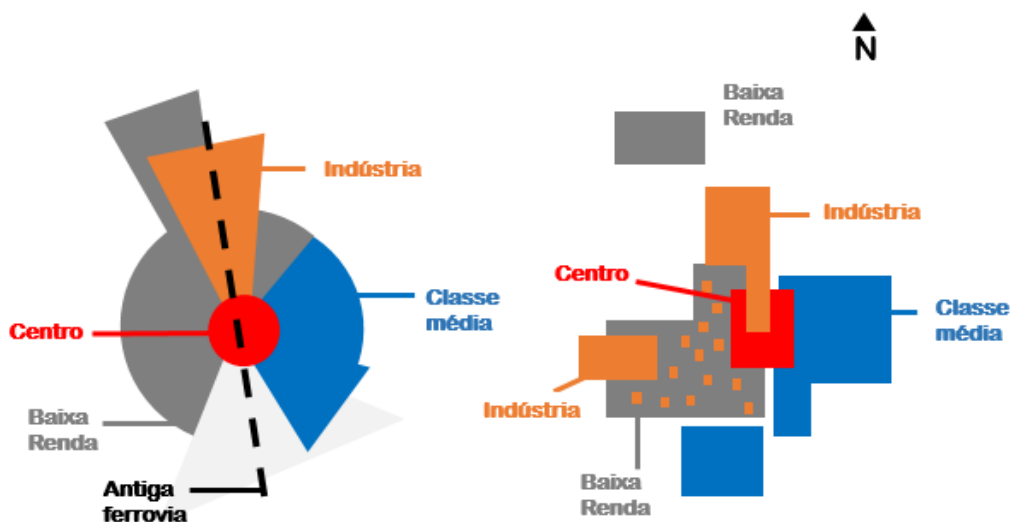


Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.

A região concentradora da atividade industrial, por ser a razão da existência da cidade no entendimento de sua economia moderna, tem induzido, desde o início, um tipo específico de distribuição dos grupos e das atividades de modo geral. Conforme já evidenciado, a atividade industrial pioneira do setor têxtil e outras indústrias como a calçadista, ao terem se instalado ao redor da linha férrea e próxima ao centro, serviram como um marco divisório das classes que, como já visto, se desenvolveram em direções opostas, tendo se consolidado os setores oeste e norte como redutos da classe trabalhadora, numa dinâmica que encontra ressonância no desenho de Hoyt. Com a expansão da atividade industrial do município, a medida que se tornava mais complexa e diversificada essa mesma atividade, mais fragmentada ela se apresentava espacialmente, com movimentos de expansão por concentração, como é o caso do distrito industrial, ou por desconcentração e pulverização, como é o caso da atividade das confecções e facções nos bairros. Além disso, outras indústrias fora do circuito da moda e do vestuário, ligadas ao setor de alimentos, também se instalaram a oeste, confirmando um processo de expansão bastante complexo e fragmentado. A partir

desse raciocínio, esse movimento da atividade industrial pode ser entendido como um processo de evolução para uma implantação em vários núcleos diversos, em contraponto à estrutura monosetorizada dos tempos da CFTS. Embora não se trate de uma metrópole ou grande cidade e embora esse fenômeno da desconcentração não tenha ocorrido da mesma forma em relação à atividade comercial, como ainda será estudado, a dinâmica adquirida pelos espaços de produção se encaixa de maneira adequada ao desenho de Harris & Ullman. Esse modelo é adaptado para as circunstâncias de uma economia mais complexa, que induziu a dinâmica espacial para um esquema mais setorizado e com mais núcleos, reforçando, como no caso em questão, o diálogo entre os núcleos de produção industrial e os setores de reprodução das classes de baixa renda.

Figura 42 – Esquemas de Hoyt (esquerda) e H. & Ullman (direita) para São João



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### 4.2.2 Construção civil e mercado imobiliário

Paralelamente ao processo de diversificação da indústria local desde os anos 1980, a construção civil passou a constituir um importante elemento na economia da cidade, dando ao espaço e sua transformação a condição de componente de reprodução do capital, para além da sua já conhecida condição de elemento onde se assentam as relações de produção e reprodução. Embora já abordada a questão da expansão urbana e como se desenvolveu cada vetor de crescimento, esse fenômeno merece aqui uma nova atenção, desta vez sob a ótica do empreendimento imobiliário privado e seus impactos no espaço.



Desde seu início, a expansão da atividade da construção civil como um elemento mais representativo na economia ocorreu na forma de dois processos, que embora divergentes na forma, estiveram presentes concomitantemente na linha do tempo. O primeiro abrange os já estudados movimentos de expansão urbana em forma de loteamentos privados, sobretudo a leste e sul da malha existente. O segundo se manifesta na forma de adensamento e verticalização da região central, o que faz desta um mosaico ainda mais diversificado de atividades e funções urbanas.

É importante lembrar que a circunstância econômica na qual se inicia o fenômeno da construção e da dinâmica imobiliária dos loteamentos é caracterizada pela transição da base industrial motor da economia local, quando a produção têxtil já não era mais a mesma de meados do século XX e a nascente vocação do vestuário dava ainda seus passos iniciais. Somado a esse panorama local, a situação macroeconômica também era de transição marcada por crise, decorrente da explosão da dívida no início dos anos 1980 e do desmonte do período militar. Diante de tais eventos, uma parte dos investimentos e da tentativa de adaptação à crise, ao que parece, encontrou refúgio na construção e nas atividades ligadas à terra urbana. Embora tenha havido, em meados do século XX, um movimento de expansão da cidade e, de algum modo, uma atividade de construção civil intrínseca ao processo, essa expansão foi legitimada pelo foco na reprodução da força de trabalho, nos espaços de existência, sobretudo, da classe trabalhadora. O que se mostra a partir desse momento é uma via de mão dupla, onde permanece a lógica do surgimento de novos espaços de moradia, portanto de reprodução, mas também um outro motor ligado à lógica capitalista. Nesse sentido, o componente substancial deixa de ser o financiamento estatal da moradia e do consumo coletivo visando ampliar a margem do capital industrial para sua reprodução. O componente, desta vez, é novamente sob o ponto de vista de Lefebvre (1999), a constituição de um “circuito secundário”<sup>57</sup>, a própria reprodução do capital diretamente pela via da expansão e da modificação constante do ambiente urbano.

Tal dinâmica da economia pela via do ambiente construído e do mercado imobiliário está baseada, basicamente, na criação de novos espaços de moradia,

---

<sup>57</sup> Lefebvre traz a ideia de circuito secundário, ou setor secundário, numa diferenciação entre o ganho de capital pelo espaço e pelo ambiente construído, que seria o bem de consumo mais durável possível das demais atividades da indústria; o circuito primário, ligado aos bens móveis, duráveis ou não-duráveis.

novos espaços para reprodução de grupos sociais específicos. Esses novos territórios urbanos incorporados pelas expansões desde os anos 1980, na lógica dos loteamentos sem a concepção ou suporte por parte de um programa habitacional estatal específico, passam a ser ocupados pelas classes médias, uma vez que são essas as que tem a condição de fazer parte e de absorver a oferta desse mercado imobiliário (MARICATO, 1996). Esse movimento de expansão, pela via dos loteamentos e pela verticalização da região central, possui, de modo geral, esse caráter. O primeiro fenômeno é legitimado por uma vontade de parte da classe média de abandonar a atmosfera de aglomeração típica da região central, transferindo sua moradia para territórios mais aprazíveis. Por outro lado, o segundo fenômeno se baseia no exato contrário, uma vez que outra parte dos consumidores desse mercado da moradia deseja ter seu espaço de reprodução no mesmo lugar onde estão concentrados os bens e serviços, no caso de São João, a região central da cidade, o que leva a uma demanda por espaços de moradia num território suficientemente compacto para fazer da verticalização e do adensamento possibilidades reais para a satisfação dessa demanda (VILLAÇA, 1998). A lógica da localização, portanto, para esse contexto da dinâmica imobiliária, se torna fundamental para o entendimento da transformação do ambiente urbano da cidade central. Trata-se de uma demanda baseada numa escassez produzida em forma de monopólio (GOTTDIENER, 1985), uma vez que o que está em jogo é a disputa pelo ponto, por localizações específicas no centro, cuja origem é social e cujo valor está ligado à economia de deslocamento, à facilidade de abastecimento e à proximidade com bens e serviços. Villaça (1998) também expõe a questão do ponto e sua importância em economias parcialmente inseridas no sistema capitalista como a brasileira. Como há uma concentração de bens e serviços somente em regiões específicas da malha urbana, há uma tendência ao aumento de densidade do ambiente construído nessas áreas, refletido fisicamente na verticalização e no adensamento.

A região central é a célula-máter da organização urbana, que surge como reduto da elite cafeeira local nos tempos imperiais para se tornar, no século XX, o centro de uma economia industrial integrada às principais regiões do país, passando, a partir desse momento, a constituir o território que abriga um misto de atividades que integram uma economia moderna, sendo ao mesmo tempo o local de produção, de abastecimento e comércio, e de reprodução das elites. Essa dinâmica faz do centro o espaço da vida social, nas ruas, escolas e clubes, o lugar do poder religioso e político,

nas igrejas e edifícios públicos. À medida que sua produção industrial têxtil se consolida ao longo do tempo, intensifica-se, por outro lado, o caráter da região central como um acumulado de atividades sobrepostas. O advento da produção do vestuário leva ao surgimento de atividades comerciais específicas ligadas ao comércio de roupas, que dinamiza o setor terciário da economia e atrai novas modalidades de serviço. O resultado espacial desse desenvolvimento do comércio é a abertura de canais de ação do capital a partir do “circuito secundário de acumulação” (LEFEBVRE, 1999), a indústria do ambiente construído, que passa a se reproduzir pela demanda por espaços de reprodução na região central, manifestado espacialmente pela lógica da demolição e verticalização.

Figura 43 – Verticalização na região central



Fonte: Street View, 2019.

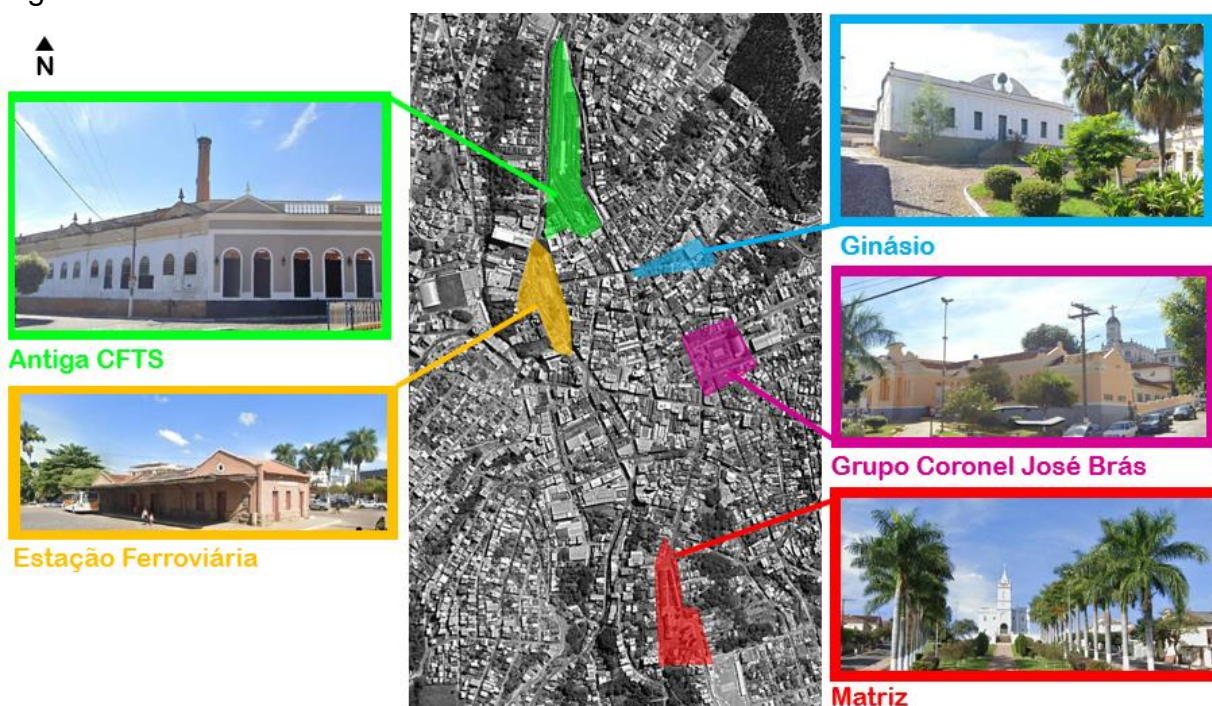
Esse fenômeno da reestruturação do espaço, para atender à expansão das atividades de moradia e serviço no centro, ocorre de forma gradual desde os anos 1990, década em que se iniciaram as atividades das primeiras construtoras locais<sup>58</sup>. Para entender como esse processo de verticalização e descaracterização ocorre no território da cidade central, é importante recorrer ao tipo de tratamento dado pelo Estado em relação aos espaços em que a indústria da construção civil é “permitida” a demolir e verticalizar, e os demais espaços em que se julgou importante a preservação do patrimônio pela manutenção dos edifícios datados do final do século XIX e início do século XX. O que se nota é que, pelo plano diretor de 2008, o poder público encontrou uma solução de meio termo, de modo a preservar os principais monumentos e flexibilizar para o resto da região central as atividades de reprodução do capital pela modificação do ambiente construído. É o que se conclui ao checar os

---

<sup>58</sup> Sporch & Freitas Construções Ltda., iniciou as atividades em 1994. CNPJ 86.498.029/0001-60.

pontos, na região central, escolhidos para entrar na categoria de Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU)<sup>59</sup>, resguardados, principalmente, visando a defesa do patrimônio histórico e arquitetônico. Os cinco principais pontos coincidem com os locais dos mais importantes marcos visuais da cidade e seus respectivos entornos, sendo eles a antiga estação ferroviária, o conjunto arquitetônico da antiga CFTS, a praça da igreja Matriz, a praça do grupo Coronel José Brás e a praça do antigo Ginásio<sup>60</sup>.

Figura 44 – AEIU's em São João



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Google Earth e Street View.

Os quarteirões centrais da cidade que permaneceram de fora das especificações de interesse especial, como se percebe, têm sofrido um processo de reestruturação e alguma verticalização mais importante, o que revela uma escolha por abrir mão de parte do acervo arquitetônico da época imperial e início da república em troca da produção de espaços destinados à reprodução da força de trabalho e novos serviços. É válido destacar que essa reestruturação espacial visa também a implantação dos meios de produção da indústria do vestuário na região central, tanto por meio da construção de novos edifícios quanto por meio da adaptação de

<sup>59</sup> Art. 77 do Plano Diretor, que descreve as categorias de áreas especiais de interesse: I, ambiental; II, social; urbanístico. Art. 81 do plano diretor, elenca os tipos de proteção e preservação a que as zonas especiais de interesse se destinam.

<sup>60</sup> Art. 80 do Plano Diretor, que enumera as áreas especiais de interesse urbanístico (AEIU's).

construções já existentes para tal atividade. Esse processo em conjunto leva a uma superconcentração das quatro atividades essenciais da organização urbana no centro da cidade: produção (P) do vestuário, consumo (C) pela moradia e troca (T) pelo deslocamento e comércio<sup>61</sup> (CASTELLS, 1983).

Figura 45 – Panorama da região central



Fonte: acervo pessoal, 2019.

Figura 46 – Verticalização e adensamento da região central



Fonte: acervo pessoal, 2019.

O processo paralelo ao adensamento da região central ocorre, como já visto, pela expansão urbana pela via dos loteamentos a partir da década de 1980. Mesmo com uma parte da expansão organizada e subsidiada pelo Estado, como no caso do bairro Centenário, esse tipo de solução dada ao problema da reprodução da força de trabalho também contribuiu para dinamizar a indústria local da construção.

Uma fração do material fornecido para os conjuntos habitacionais partia de empresas locais de construção, como foi o caso da extinta Nepoma e outros fornecedores. Entretanto, o que se destaca mais nesse momento é a expansão dos

---

<sup>61</sup> A teoria urbana de Castells usa os componentes econômico, político e ideológico da teoria de Althusser, dos quais, para Castells, o econômico é o preponderante. Os elementos estruturantes desse aspecto econômico (força de trabalho, meios de produção e não-trabalho) são espalhados na dinâmica urbana na forma de consumo (C) formado pela moradia, produção (P), sendo os espaços, indústria e serviços, o elemento do controle estatal (G) e o movimento da força de trabalho entre o local de trabalho e a residência, expresso pela letra T (GOTTDIENER, 1985).

loteamentos que passa a ocorrer a leste e para o sul, indicando que o capital imobiliário finalmente passa a compartilhar com o Estado os interesses da expansão. O que ocorre, dos anos 2000 em diante, é que o poder público para de intervir no espaço diretamente com a ênfase das décadas anteriores, sendo o Bela Vista o último grande bairro pensado e produzido integralmente pela rede de instituições estatais da área da habitação. As intervenções recentes do Estado se limitam a incrementar anexos, de tempos em tempos, nos bairros populares já consolidados, como o Três Marias e Bela Vista<sup>62</sup>. Essa diminuição no tratamento dos espaços destinados a moradia por parte do Estado é acompanhada por uma transferência gradual dessa atividade para o setor privado, que desloca o sentido da expansão para leste e sul, mudando também, como já mostrado, a razão da existência de tais empreendimentos.

Dois outros modelos de ocupação e expansão, além dos tradicionais loteamentos já descritos, confirmam esse fenômeno de expansão, revelando que essa é ainda uma tendência dos tempos recentes. Por exemplo, os mais consolidados bairros que representam esse movimento, os já apresentados Santo Antônio e São Sebastião a leste, José Maria Fam e Alto dos Pinheiros ao sul, que seguem a lógica similar de loteamentos implantados próximos à malha urbana e destino das classes médias, têm recebido novos anexos recentemente, sendo um desses um condomínio fechado, localizado no sul. O Dona Lalá, que abrange praticamente toda a faixa leste da vizinhança com a malha urbana central, representa uma porção significativa do que foi a expansão recente dos espaços de moradia na cidade, e reforça o que já foi observado a respeito do território da classe média no setor oriental. Outro bairro que teve sua ocupação realizada gradualmente, se tornando também um reduto da classe média ao sul, é o Bosque dos Eucaliptos, completamente destacado e distante da malha urbana, numa configuração de moradia bastante difusa e pouco densa, similar, no aspecto, ao modelo de subúrbio norte-americano, puramente residencial e muito verde (JACOBS, 2014). Essas diferentes modalidades adquiridas pelo espaço urbano em São João mostram, portanto, uma tendência à diversidade das formas de reprodução das classes médias no espaço, o que se manifesta pelas tipologias de

---

<sup>62</sup> Lei Municipal 2.384 de 2006, que autoriza a doação de terras do poder executivo municipal, anexas ao bairro Bela Vista, à COHAB-MG, e divide a responsabilidades da construção entre a prefeitura, a cargo da urbanização, e o governo do estado, responsável pela construção das habitações.

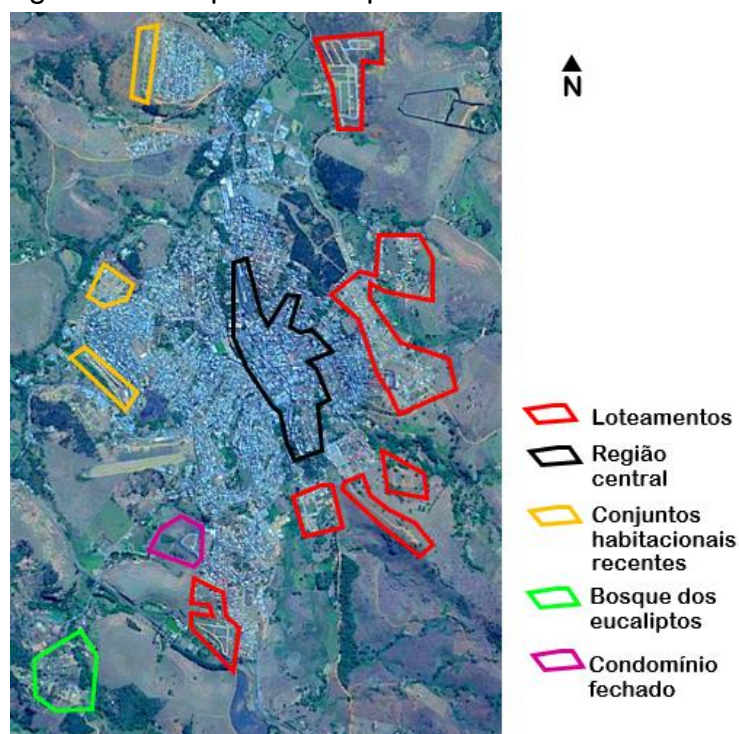
loteamentos próximos ao centro, bairros suburbanos distantes ou condomínios fechados.

Figura 47 – Implantação do bairro Bosque dos Eucaliptos



Fonte: Google Earth, 2017.

Figura 48 – Expansões a partir de 2000



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Google Earth.

A exposição acima nos permite discutir quais são os tipos de segregação e de assimetrias territoriais produzidos pelo desenvolvimento do circuito secundário de acumulação em São João. Em primeiro lugar, o fenômeno que ocorre na região central vai em duas direções. A primeira direção vai no sentido do caráter diluidor da segregação que a região central possui, por ser o núcleo de atração de todos os segmentos dessa sociedade, uma vez que a pluralidade de atividades ali realizadas

torna isso inevitável, o que constitui uma de suas grandes qualidades. A outra direção vai no sentido da região central como um elemento indutor da segregação, uma vez que morar no centro e obter as facilidades de deslocamento e acesso, embora haja tendências a uma possível mudança de tal fenômeno, continua restrito às classes medias.

Um outro fator está ligado ao que Lefebvre chama de segregação formal, uma segregação mais subjetiva, mas não menos relevante, ligada à deterioração dos símbolos urbanos que carregam a memória coletiva de uma comunidade, processo relacionado diretamente à atuação do capital imobiliário ou “circuito secundário de acumulação” no centro da cidade. O atual panorama da cidade central constitui algo fragmentado, como uma malha urbana que sofre, em geral, uma transformação de seus espaços pela demolição, pela verticalização e pelo adensamento, mas, por outro lado, pontilhada de “ilhas” de preservação e manutenção do patrimônio, cuja paisagem não está, porém, blindada das intervenções ocorridas em suas vizinhanças. A expansão dos novos bairros de classe média reflete diversas modalidades de segregação em cada uma das tipologias em que se constitui. A escolha da localização, vale reforçar, é a forma primordial da constituição dos diferentes territórios na cidade, uma vez que a incorporação das áreas urbanas a leste e sul como lugares da classe média é permanentemente reforçado pela lógica do status social, em contraponto à pioneira e já consolidada implantação dos setores de baixa renda a oeste e norte. Além da segregação pelo sentido da expansão, o setor imobiliário contribui para um outro tipo de segregação, caracterizado pela distância, na tipologia similar ao subúrbio, ou pelo isolamento físico, na tipologia do condomínio fechado. Essa segregação é tratada por Lefebvre como segregação ecológica, onde a assimetria das rendas e das classes sociais reflete nas diferentes tipologias, desenhos urbanos e acessos, o que revela o mosaico diversificado de territórios e formas de reprodução. A partir do que é testemunhado como fenômeno urbano no contexto latino americano, Daniela Soldano (2018) chama atenção para a segregação autoinduzida, cujo principal veículo é a propaganda e o mercado imobiliário. Esse fenômeno não é fruto somente de um processo estrutural de separação das classes no território, mas tem um relevante componente voluntário da separação, que se manifesta espacialmente no isolamento pela distância ou no enclausuramento intramuros.



### **4.3 Distribuição da força de trabalho**

Uma vez exposta a maneira como se manifesta a distribuição dos meios de produção no espaço, complementa-se o acervo de ferramentas para entender a maneira como estão assentados os grupos sociais e compreender a origem das assimetrias e desigualdades que os espaços de reprodução da vida apresentam entre si. Isso se torna possível pela compreensão do histórico de expansão econômica e urbana da cidade, como já investigado, e as razões para a dilatação da malha urbana. Notou-se que a produção do espaço urbano, ao longo das décadas, passou a não mais ser somente destinada à reprodução da força de trabalho, mas também um veículo de reprodução do próprio capital. Após mostrar como a evolução da economia industrial e do trabalho se deu de modo desigual em termos espaciais, é necessário confirmar esse processo em seu perfil atual, pelas diversas formas que o fenômeno da segregação dos grupos humanos pode ser visto nos dias atuais. Quatro aspectos podem ajudar a compreender essa dinâmica dos diferentes territórios na cidade de São João: o primeiro é a base de entendimento que já foi utilizada até aqui, de caráter econômico, assentada na dinâmica da renda e das relações de trabalho, que se manifesta pela distribuição dos territórios por classes sociais. O segundo é a distribuição racial, que já foi abordada, mas somente para a compreensão da dinâmica da cidade no período pré-moderno, diante de uma estrutura escravocrata na qual a raça era preponderante. Embora citada só para o século XIX, a questão étnica, e como ela se apresenta espacialmente no território, continua constituindo elemento indispensável para o entendimento da cidade moderna. O terceiro é a distribuição dos grupos religiosos e as diversas maneiras que ela pode auxiliar na leitura da segregação social e do perfil da atuação do Estado no espaço urbano em São João Nepomuceno. O quarto é a violência, que não se apresenta essencialmente como uma forma de distribuição dos grupos sociais, funcionando mais como uma conclusão dos resultados das desigualdades produzidas pelos três aspectos anteriores.

#### **4.3.1 Força de trabalho**

Conforme já exposto, a economia moderna de São João Nepomuceno é inaugurada a partir da implantação da indústria têxtil e da composição de sua força de trabalho em torno de suas atividades. À medida que a economia se expande, são necessárias as já sabidas expansões dos espaços de moradia destinados à força de

trabalho da indústria, sendo esse o fenômeno mais responsável por moldar a malha urbana e suas características. A crise da indústria têxtil e concorrências mundiais levam à adaptação de sua economia rumo a um perfil mais heterogêneo, cenário de uma indústria voltada à produção de roupas e uma ampla variedade de serviços, que acabam por surgir na esteira desta atividade principal. Adapta-se a economia e, por fim, adapta-se também a força de trabalho, que, diante do cenário mundial e nacional da concorrência nesse ramo da indústria, tem parte de seu contingente levada à informalidade, fenômeno que se reflete espacialmente pela pulverização dos espaços de produção e precarização dos espaços de moradia de parte da classe trabalhadora.

Todo esse processo levou a força de trabalho da cidade a um perfil específico nos dias atuais, e é importante que sua composição seja, neste momento, colocada em destaque. Com uma população estimada atualmente em 26.361 habitantes<sup>63</sup>, conforme já mencionado, cerca de metade desse total, pelos números de 2010, corresponde à sua população economicamente ativa, 13.155. Por outro lado, o número de sua população ocupada é de 6.380<sup>64</sup>, atingindo quase 50% da PEA<sup>65</sup>, o que vale definir como um quarto da população total, aproximadamente. Embora esses números gerais sejam importantes para mapear o perfil do trabalhador na cidade, o que se torna evidente é que a questão da informalidade fica diluída nesse meio, uma vez que a população que possui algum tipo de remuneração ou relação de trabalho é maior do que é chamado de população ocupada. Conforme o mesmo censo, o município possui cerca de 400 empregadores, 2.560 trabalhadores por conta própria e 9.200 empregados, somando 12.160, número quase equivalente ao total da PEA. O número que é similar à população ocupada está no contingente de trabalhadores com carteira assinada, cerca de 6.640<sup>66</sup>. Um fato de grande importância revelado pelos números é que o setor da indústria de transformação emprega cerca de 4.200 pessoas, uma parcela muito significativa da força de trabalho, independente da condição em que se encontra o trabalhador, o que reforça a ideia de São João Nepomuceno como uma cidade efetivamente industrial. Os dados do sindicato local das indústrias do

---

<sup>63</sup> IBGE, população estimada do município em 2019.

<sup>64</sup> IBGE, números do censo de 2010.

<sup>65</sup> População ocupada, o contingente que tem algum trabalho, podendo ser remunerados ou não, empregadores, empregados ou exercer trabalho por conta própria. População economicamente ativa, o contingente potencialmente disponível de mão-de-obra para os diversos setores da economia.

<sup>66</sup> IBGE, números do censo de 2010.

vestuário<sup>67</sup> revelam que o número de funcionários da indústria de roupas em São João é de cerca de 8500 trabalhadores, formais e informais, o que ajuda a reforçar o que é esse setor para a cidade. A grande revelação desse número, no entanto, está no tamanho da parcela da informalidade ligada ao vestuário, uma vez que o total de funcionários do setor é maior do que o contingente de trabalhadores com carteira assinada de todas as atividades do município somadas. O segundo setor que mais emprega na cidade é o do comércio, cerca de 2.000 pessoas, seguido pelo que chamamos, segundo Lefebvre, de circuito secundário de acumulação, a indústria da construção civil, com cerca de 1.000 trabalhadores<sup>68</sup>.

Toda a descrição da evolução urbana em São João, desde os bairros pioneiros até os processos mais recentes de assentamento, teve como base a dicotomia do capital e do trabalho, associando com frequência o fenômeno urbano com a localização dos espaços de reprodução das classes sociais e dos trabalhadores, o que faz sentido por se tratar de um fenômeno de urbanização moderno, impulsionado pela presença da produção industrial e das relações salariais de trabalho, na perspectiva de uma sociedade composta de patrões, empregados e uma entidade estatal reguladora. Embora com muitas divergências teóricas entre autores, como já foi visto anteriormente, essa forma de leitura do espaço urbano é a linha de raciocínio primordial dos cientistas espaciais de linhagem marxista, para os quais a cidade moderna é o meio concreto onde se efetivam os fenômenos abstratos (CASTELLS, 1983; HARVEY, 1980) oriundos do estudo no campo da economia, como luta de classes, trabalho, capital e reprodução.

O estudo da evolução urbana de São João carregou esse ponto de vista, uma vez que a descrição dos territórios urbanos ao longo das décadas levou em conta, primordialmente, a classe social para a qual se destinavam tais espaços, trazendo, desta forma, o bairro como palavra-chave para o entendimento da segregação. A leitura que se faz da classe no território é, na perspectiva das relações salariais, a leitura da renda das famílias no espaço, o que leva, conseqüentemente, aos demais fatores necessários ao entendimento dos diferentes territórios e suas desigualdades, tais como o terreno, a forma de implantação, a tipologia, a qualidade e o tamanho das unidades de habitação. Uma forma de agrupar todos esses fatores para possibilitar o

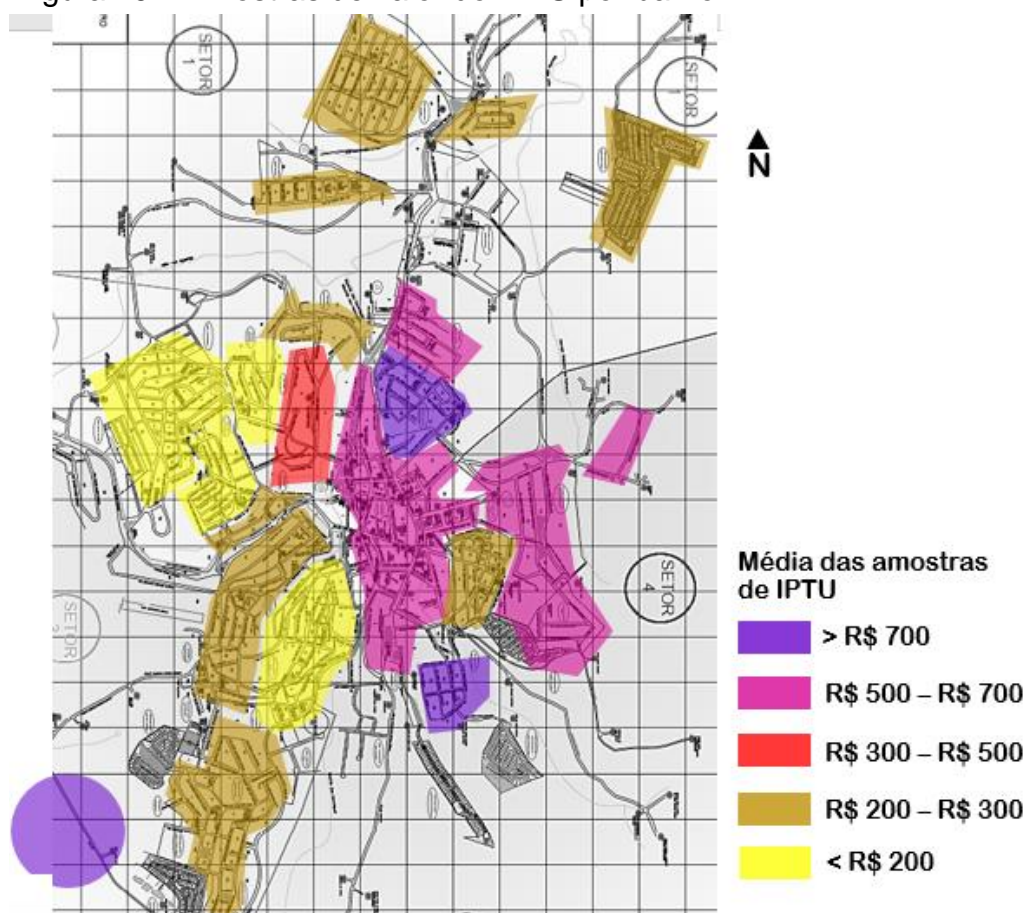
---

<sup>67</sup> Sindicato das indústrias de vestuário de São João Nepomuceno, números de 2019.

<sup>68</sup> IBGE, números do censo de 2010.

mapeamento da desigualdade e da segregação nessa perspectiva da classe e do trabalho nos dias atuais é a diferença nos valores do tributo predial e territorial cobrados pelo poder público municipal<sup>69</sup>. Torna-se possível, portanto, confirmar o percurso histórico da desigualdade entre os assentamentos em São João, que se caracterizou, como já visto, pela tendência de implantação dos territórios dos estratos de baixa renda a leste, em um primeiro momento, e depois ao norte; e os redutos das classes médias e altas na região central, a oeste e sul.

Figura 49 – Amostras de valor do IPTU por bairro



Fonte: Prefeitura municipal de São João Nepomuceno. Julho de 2020.

As amostras dos valores do IPTU das residências por bairro traduzem alguns fatores relevantes de desigualdade entre os territórios que já foram elencados e

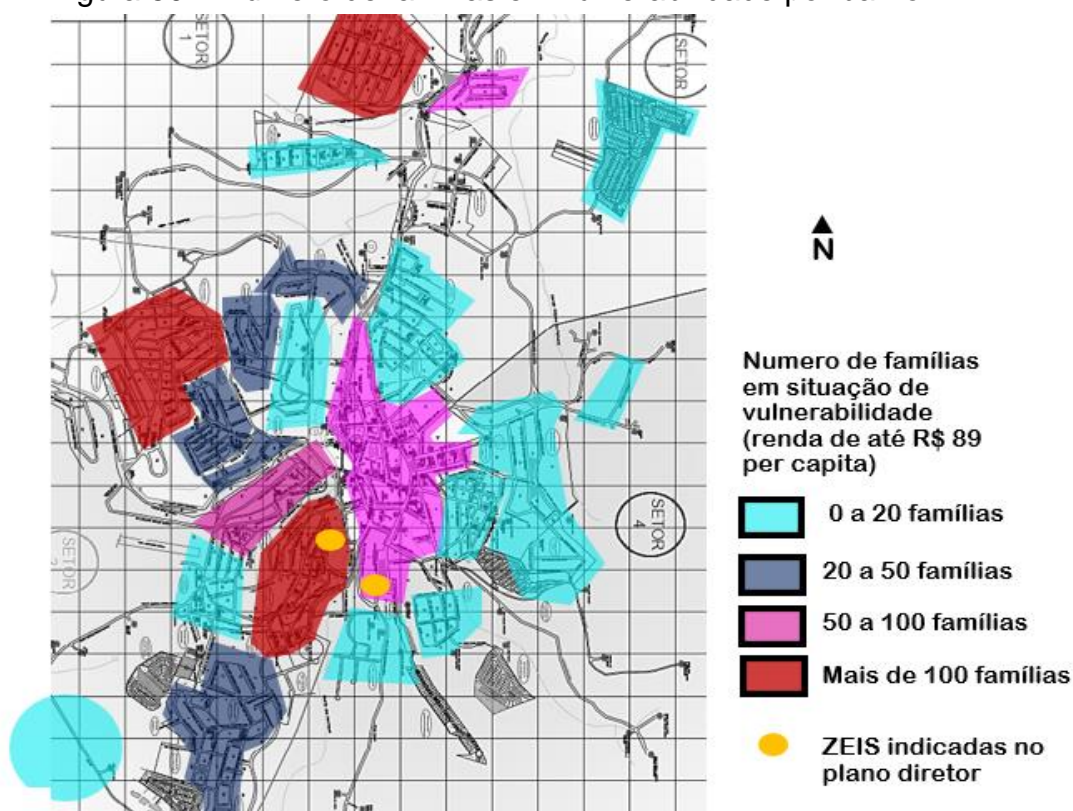
<sup>69</sup> Em São João Nepomuceno o cálculo do imposto predial e territorial leva em conta uma série de fatores visando dar pesos maiores ou menores de acordo com cada situação. São consideradas informações do imóvel, tais como ocupação e uso, informações sobre o terreno, tais como topografia e passeio, dados sobre a edificação, como o tipo, o alinhamento, estado da cobertura, paredes, forro e revestimento, medidas e localização.

caracterizam bem a fragmentação dos assentamentos e dos grupos sociais. Primeiramente uma divisão clara entre o setor oeste e o setor leste, o primeiro como espaço por excelência dos setores de baixa renda e o segundo como redutos das classes médias. Em segundo lugar, o centro da cidade como um território valorizado e, portanto, de mais difícil possibilidade de moradia para as camadas salariais mais baixas, o que reforça uma diferença de territórios por classe de um lado e do outro daquelas que foram chamadas de fronteiras sociais, o córrego e o leito da antiga ferrovia. Os bairros ao norte não contíguos à malha urbana principal como lugares de reprodução também das classes mais baixas, e um bairro não contíguo a sudoeste como um dos espaços de segregação das classes mais altas. Os bairros pioneiros, Santa Rita, Popular e Caxangá, a oeste do centro, se confirmam permanentemente ao longo do tempo como os bairros populares, assim como os grandes conjuntos habitacionais planejados e desenhados pelo Estado, representados principalmente pelo Centenário e o Três Marias. O bairro São José, também pioneiro, mas a leste do centro, permaneceu como um bairro de renda mais baixa, tradicional território dos antigos trabalhadores da CFTS, constituindo uma espécie de enclave da classe trabalhadora no meio dos setores de classe média, o que não desconstrói a tendência da localização das classes segundo os diferentes pontos cardeais. A posição das indústrias em relação aos espaços com valores mais baixos de IPTU também mostrou que o distrito industrial e as fábricas situadas a oeste de fato coincidem com a tendência dos setores das classes de baixa renda a oeste. A estratificação dos territórios segundo a renda é, conseqüentemente, uma estratificação segundo postos de trabalho. Isso não nos dá a certeza da existência de uma dinâmica de bairros segundo profissões específicas, mas, certamente, indica os bairros mais pobres a oeste e norte como moradia dos trabalhadores das confecções e facções ou determinados ramos menos qualificados do setor de serviços.

Outro fator que expõe a problemática da distribuição de renda no espaço urbano em questão é a incidência desigual das famílias em situação de extrema pobreza, com uma forte tendência à concentração em bairros específicos, a oeste e norte. Em duas regiões, a presença de famílias cuja renda é de 86 reais per capita é bastante notada: na faixa a oeste, que vai do bairro Santa Rita até o Três Marias, e

nos dois bairros do setor norte, Bela Vista e Benetti<sup>70</sup>. Há, na região central, uma quantidade considerável de famílias pobres, provavelmente concentradas na parte em que se estabeleceu historicamente a vila operária ao redor dos galpões da antiga CFTS. A previsão, no plano diretor, para a implantação de zonas especiais de interesse social (ZEIS) está limitada em comparação com a abrangência da extrema pobreza percebida na contagem das famílias<sup>71</sup>. Apenas duas partes são contempladas: uma ligada a um setor do bairro Popular nas vizinhanças com a região central e outra onde quase não há famílias em situação de vulnerabilidade, entre os bairros José Maria Fam e o morro da Matriz.

Figura 50 – Número de famílias em vulnerabilidade por bairro



Fonte: Elaborado pelo autor. Centro de Referência de Assistência Social (SJN); plano diretor.

A violência constitui um elemento que chama a atenção para o fato da segregação residencial e para as distorções produzidas pela assimetria do processo de formação do espaço urbano. Pode ser vista como uma das formas de socialização

<sup>70</sup> Números do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em São João Nepomuceno, 2018.

<sup>71</sup> Art.81 do Plano Diretor. Descreve as áreas de especial interesse, entre as quais para a realização de programas de cunho social.

da deseconomia de aglomeração (SINGER, 1987) que pesa mais sobre os territórios urbanos das camadas sociais de menor renda e está ligado fortemente à distribuição da força de trabalho no espaço da cidade. A intensificação da violência urbana a partir de novas formas constituiu fenômeno similar entre as cidades brasileiras nos anos 1980, quando a soma dos fenômenos de crise do Estado desenvolvimentista e internacionalização do comércio de drogas produziu a ausência do Estado, desemprego e, sobretudo, o preenchimento das lacunas sociais nas periferias por outras instâncias paralelas, como o tráfico (MARICATO, 1996).

Em São João Nepomuceno, esse período foi marcado pelo advento de novas condições econômicas, como o nascimento da indústria do vestuário, que foi precocemente pressionada pela concorrência poderosa dos produtos asiáticos, levando a rede de produção local a um processo de flexibilização das relações de trabalho e segmentação das etapas de produção, cuja parcela considerável está ligada às facções e ao trabalho doméstico. Uma vez iniciada uma nova rodada de estruturação da produção, uma expansão paralela na malha urbana ocorre com o advento de novos espaços de reprodução na forma de conjuntos habitacionais. Em meio a esse fenômeno de expansão urbana e precarização paulatina do trabalho fabril, o fator de crise social já descrito em escala nacional acaba por encontrar campo fértil para se manifestar, em meio ao desemprego e ausência do poder público. Surge, portanto, nessa pequena cidade, a atividade de facções vinculadas ao tráfico de drogas, que se estabelece nos territórios mais vulneráveis, restritos ao setor oeste da cidade, principalmente o Santa Rita e o Três Marias. De modo similar às cidades maiores, a autoridade paralela deflagrada pelas instâncias do tráfico nessas regiões acaba levando a um tipo específico de intervenção do poder público, marcado pelas operações policiais. Essas atividades feitas recorrentemente pelo Estado levam a uma condição de tratamento desses territórios como uma espécie de “áreas a serem controladas”, tanto pela administração como pela opinião pública de modo geral. Geralmente se vê, nos portais de notícias, a descrição das operações policiais no Santa Rita e Três Marias como atividades para “combate ao tráfico e à marginalidade no município” ou “abordar os dois bairros que tem ocasionado problemas constantemente”, “objetivando assim uma rápida resposta à sociedade ordeira e a

busca da restauração da tranquilidade pública”<sup>72</sup>. Soma-se ao caráter sistemático do controle policial a violência gerada pelos conflitos entre as facções de ambos os bairros<sup>73</sup>.

Esse componente da violência carrega o lado efetivo da segregação, uma vez que esse quadro de controle policial e atividade de gangues ligadas ao comércio de drogas é praticamente restrito aos setores a oeste, marcados pela precariedade, baixa renda, violência e presença seletiva do poder público. Além de acentuar a segregação física entre os segmentos da cidade, traz também o componente simbólico da estigmatização por alguns grupos dessas áreas, vistas como locais violentos, problemáticos e que devem ser vigiados pela polícia para a manutenção da ordem.

### **4.3.2 Distribuição racial**

As ferramentas utilizadas até aqui para compreender a dinâmica urbana de São João Nepomuceno e suas desigualdades estiveram, como já mencionado, ligadas primordialmente aos aspectos econômicos que o local possui, uma vez que se trata de uma cidade que dilata seu tecido urbano graças ao processo de desenvolvimento da indústria nela inserida. Isso possibilitou entender a cidade pela lógica das relações de trabalho típicas da indústria, cujo funcionamento se dá pela venda da força de trabalho dos operários, processo inerente a uma sociedade de classes sociais definida por fatores econômicos. Segundo a lógica marxista, esses fatores, compostos pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção, constituem a infraestrutura da sociedade e condicionam todos os seus demais aspectos (QUINTANEIRO, 1995). A aplicação dessa base teórica no estudo da cidade leva a um panorama dos grupos sociais e suas localizações segundo a distribuição da riqueza, e qual é o nível de intervenção do Estado no gerenciamento dessa distribuição. Embora essa seja a forma de estudo que tem guiado a pesquisa, outros fatores além do econômico se fazem importantes para enriquecer o entendimento da desigualdade e da segregação.

---

<sup>72</sup> Operação “Contra Resposta” em São João Nepomuceno. 23 de janeiro de 2015.

<http://www.sjonline.com.br/arquivo/policia/item/3768-pm-realiza-operacao-contraresposta-em-sao-joao-nepomuceno>

<sup>73</sup> Guerra interna entre traficantes do bairro Três Marias.

<https://www.ovigilanteonline.com.br/noticia/detalhe/44697/policia-militar-de-sao-joao-nepomuceno-registra-mais-dois-homicidios>.

Atividade do Comando Vermelho no bairro Santa Rita. <https://radiojornal.net/noticia/426486/operacao-da-pm-em-sjnepomuceno-apreende-grande-quantidade-de-droga-do-cv>.



Como já indicado anteriormente, a questão étnica é relevante em qualquer abordagem que se faça da história brasileira, e, portanto, é um fator que deve ser levado em conta também para a escala local, em um estudo de caso no interior do país, no qual a escravidão negra foi ingrediente da vida social. Por essa razão, é necessário considerar a cidade moderna como um mosaico de grupos sociais baseado em valores também culturais, não somente econômicos, numa perspectiva weberiana que dilui, de certa maneira, a forma marxista de ver o espaço, uma vez que adiciona, no estudo espacial, elementos que se originam em tipos de organização social anteriores ao capitalismo, tais como raça e religião (GOTTDIENER, 1985).

Com o objetivo de demonstrar a importância de ambos fatores, raça e renda, e como se manifesta a relação entre eles no espaço urbano em questão, é importante retornar à discussão a respeito das segregações relacional e geográfica iniciadas por Soldano (2018), uma vez que aborda a ideia do gueto e em que nível se dá a organização do espaço pela raça. A verificação da preponderância ou não do elemento racial como definidor dos territórios nas cidades pode ser feita por meio da diferença traçada por Loic Wacquant (2008) entre a perspectiva racial do gueto americano e a marginalidade econômica dos conjuntos habitacionais franceses. Nesse sentido, o gueto é um “aparelho socioespacial de segmentação e de controle étnico”, “uma cidade negra dentro da cidade” (WACQUANT, 2008, p.9 e 19) com instituições próprias e uma vida social que funciona praticamente em circuito fechado. A periferia francesa, embora possua também “uma concentração de populações étnicamente marcadas” (p.28) é caracterizada em maior grau por “populações amplamente desfavorecidas, mas que, em seu conjunto, ainda se mantêm amplamente heterogêneas” (p.25).

Conforme aponta Pontes (2019), a São João imperial era caracterizada pela diferença entre o morro da Matriz, ocupado pela aristocracia do café, e a região do Rosário, habitada pelos escravos urbanos, numa divisão de territórios fortemente marcada pela raça, com um alto nível de homogeneidade no interior de cada um dos espaços em questão. Com a mudança do perfil econômico e a alteração das relações de trabalho que trouxeram, gradualmente, novos contingentes populacionais do campo para a cidade, a tendência foi de diluição do fenômeno de segregação pela raça, uma vez que agora o negro, embora ainda mais marginalizado que os demais, passava a ser mais um entre os muitos trabalhadores assalariados, que constituíam, a partir do início do século XX, um grupo social mais diversificado do que o antigo

sistema escravocrata. A segregação da São João moderna, como já mostrado, é caracterizada muito mais pelo assentamento planejado dos trabalhadores da indústria têxtil, instalados em vilas operárias ou conjuntos habitacionais, do que uma separação institucional sob o primado da raça. A consequência dessa segregação é a constituição de territórios pobres, em grande parte de maioria preta ou parda<sup>74</sup>, mas não exclusivamente compostos por grupos definidos pela etnia.

A disparidade entre os grupos étnicos é revelada pelos números relacionados à demografia, mas sobretudo pelos números do trabalho em São João. A composição racial do município em 2010 era de aproximadamente 56% de sua população autodeclarada branca, 28% parda e 14% preta<sup>75</sup>. Dos mais de 9.500 trabalhadores que atuam como empregados, cerca de 5.000 são autodeclarados brancos, 2.400 são pardos e 1800 são pretos, numa porcentagem proporcional àquela da população total<sup>76</sup>. A disparidade aumenta quando se leva em conta os números dos empregadores, onde, de 402, 329 são brancos, 82% do total<sup>77</sup>. O mesmo fenômeno é visto nos números das camadas salariais. Do número total de autodeclarados brancos residentes em domicílios particulares, aproximadamente 55% tem rendimento de até um salário mínimo, enquanto essa parcela entre pardos é de 73% e entre pretos é de 77%. Os números nos extratos mais altos aprofundam essa assimetria, uma vez que o número de residentes brancos em domicílios particulares com rendimento acima de 3 salários mínimos é de 1.320 pessoas, mais de oito vezes maior que os 156 pardos e sessenta e seis vezes maior que os 20 pretos na mesma faixa<sup>78</sup>. O que se pode revelar com esses dados é a existência de uma pobreza racialmente heterogênea com uma proporção importante de pretos e pardos e um setor de média e alta renda dominado por uma parcela amplamente majoritária de brancos. Essa configuração da população pelos extratos de renda e perfil étnico exibido nos números encontra bastante similaridade com o perfil da distribuição racial no espaço urbano em São João.

---

<sup>74</sup> Pretos e pardos são dois dos cinco grupos de cor ou raça que compõem a população brasileira segundo o IBGE, juntamente com os brancos, os indígenas e os amarelos.

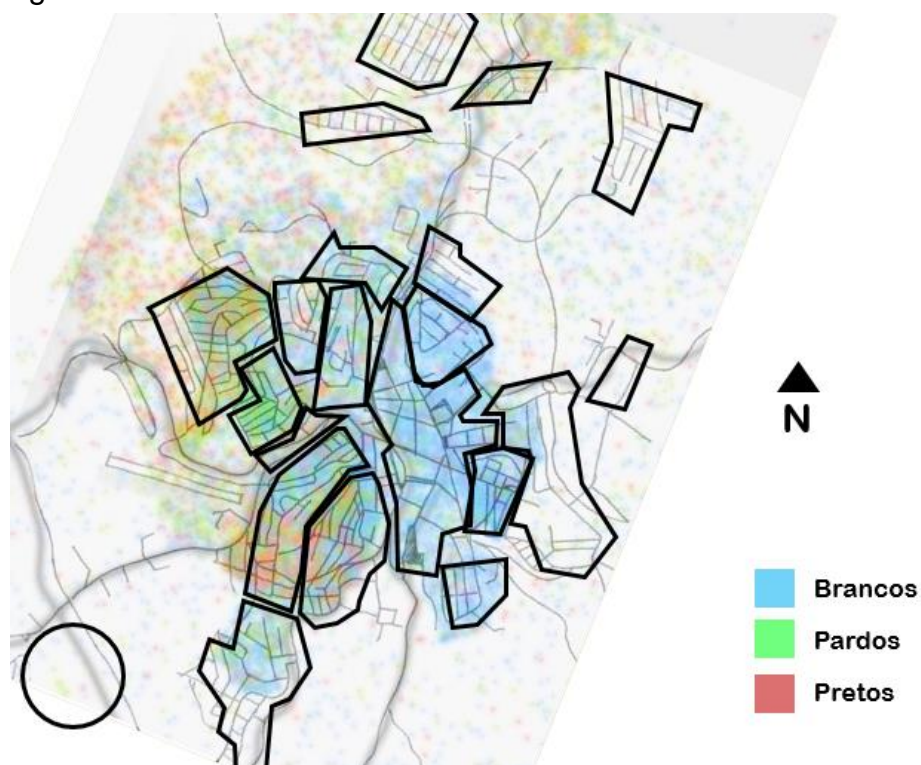
<sup>75</sup> IBGE, números do Censo de 2010.

<sup>76</sup> IBGE, números do Censo de 2010.

<sup>77</sup> IBGE, números do Censo de 2010.

<sup>78</sup> IBGE, números do Censo de 2010.

Figura 51 – Georreferenciamento dos dados raciais do IBGE



Fonte: Pata Data.

A distribuição racial na cidade é marcada pela presença de áreas mais homogêneas e outras regiões que tendem a uma composição mais heterogênea. A área central da cidade e os bairros a leste concentram uma população autodeclarada branca de forma bem marcada, constituindo um setor cujas divisões internas são bastante homogêneas e com composições similares entre si, o que dilui a divisão entre o centro e os bairros a leste. Algumas áreas a oeste também apresentam tal composição, como o bairro Popular e a região mais ao sul, correspondente ao Alto dos Pinheiros. As regiões a oeste, em contrapartida, apresentam perfil bem mais diversificado, tanto na composição interna de cada bairro quanto na relação entre eles. O bairro Santa Rita apresenta um predomínio de residentes pretos e pardos. O bairro Centenário apresenta uma homogeneidade interna que tende a um predomínio de população parda. Os bairros a norte, como o Bela Vista, e o bairro Três Marias, a oeste, parecem ser os mais diversificados, com uma presença equilibrada de população das três principais categorias utilizadas pelo IBGE. O principal fenômeno que chama atenção é a convergência entre os números do perfil racial e o que ocorre no espaço urbano em questão. Os setores populares, locais de reprodução das camadas de baixa renda, marcados pela presença de conjuntos habitacionais construídos a oeste e norte apresentam diversidade racial, evidenciando

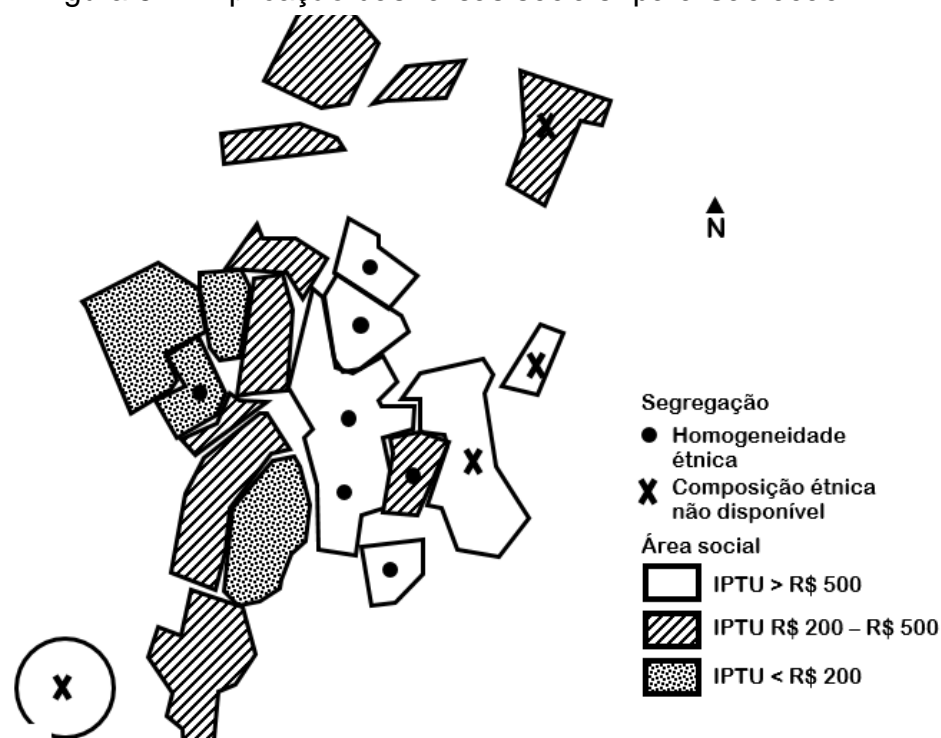
heterogeneidade no perfil da classe trabalhadora. Os setores da classe média localizados no centro, a sul e a leste são predominantemente brancos. Isso revela um fato importante na maneira como se manifesta a desigualdade racial nesse caso e também no Brasil: a pobreza não é exclusivamente preta e parda, mas o bem-estar social e o melhor acesso a bens e serviços parece ser exclusivamente branco, o que mostra, de certo modo, a rigidez da mobilidade social por parte das populações pretas e pardas, fruto de fatores sociais e históricos, tal como a escravidão.

Essa coincidência do fator racial com a distribuição da renda leva o caso estudado em direção a uma modalidade de segregação mais convergente com o que foi abordado por Wacquant para a periferia francesa, onde as áreas de moradia das populações amplamente desfavorecidas, por mais que se verifique uma concentração importante de pretos e pardos, tendem a apresentar um perfil mais heterogêneo que as demais, divergindo da lógica do gueto, cuja concepção primordial se dá pela cor (WACQUANT, 2008). O que indica, para São João, a problemática da assimetria entre os grupos raciais é o fato das populações pretas e pardas não estarem nos espaços mais valorizados e de maior renda. Um método pertinente de evidenciar essa coincidência de renda e etnia e, ao mesmo tempo, medir o quão homogêneas são cada uma das partes em seu interior é pelo esquema de áreas sociais elaborado por Shevky & Bell, no qual podem se sobrepor, em cada compartimento estudado, cada um dos fatores, chamados de “urbanização” para o perfil familiar, “segregação” para homogeneidade racial, e “área social” para a renda (CASTELLS, 1983)<sup>79</sup>. Para o caso em questão, os fatores a serem sobrepostos são as “áreas sociais” com a “segregação”, o que permite mapear essas diferenças territoriais de modo mais amplo.

---

<sup>79</sup> O esquema de áreas sociais leva em conta três aspectos diferentes: renda, segregação racial e estabilidade familiar. Uma vez sobrepostos os três aspectos em cada território, torna-se possível elaborar um ranking social, identificando as áreas de maior marginalidade ou vulnerabilidade. A leitura da segregação se torna mais completa frente aos esquemas sociais da Escola de Chicago, como Burgess ou Hoyt.

Figura 52 – Aplicação das “áreas sociais” para São João



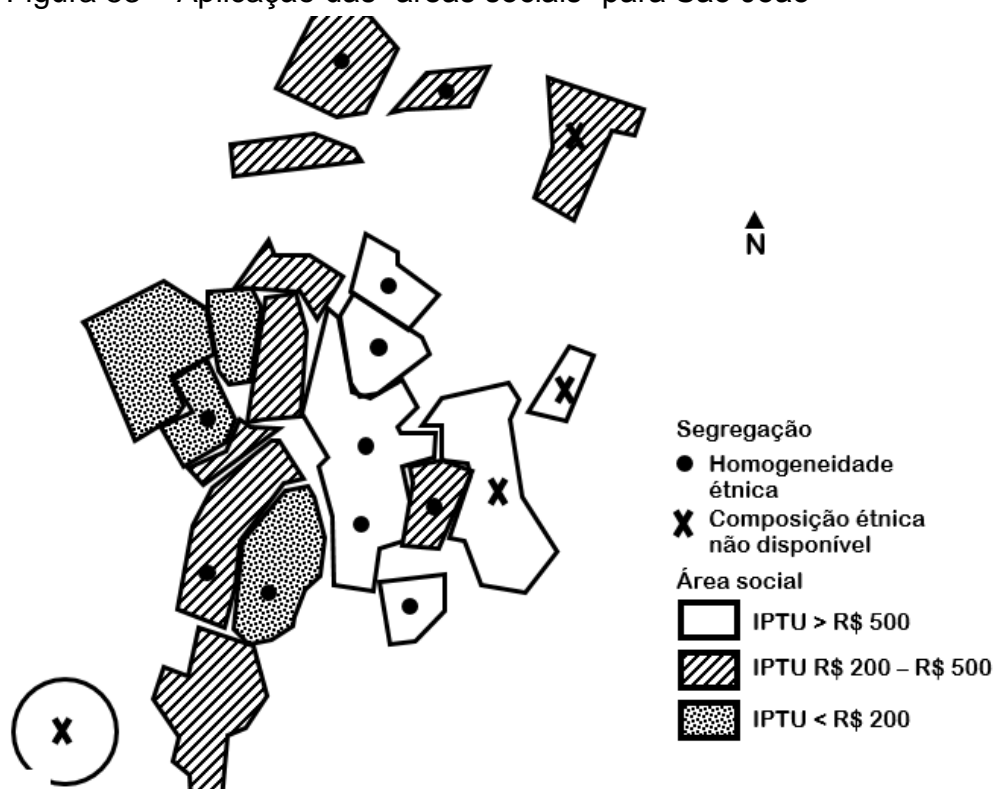
Fonte: Elaborado pelo autor.

As áreas racialmente homogêneas se confirmam como aquelas situadas a leste e com população que se autodeclara branca, com exceção do bairro Centenário, a leste, que possui uma população com uma maioria parda muito significativa. A compatibilidade dos bairros que são de renda média ou alta com aqueles de população amplamente branca é quase perfeita. A exceção é o bairro São José, que faz parte do “maciço” majoritariamente branco a leste, mas constitui uma ilha de renda mais baixa em meio às regiões mais privilegiadas. Todos os demais bairros que se apresentaram de renda média ou baixa apresentam perfil racial misto, com diversas combinações possíveis, seja com as três categorias, como é o caso do Três Marias, seja uma população predominantemente branca e parda, como no Alto dos Pinheiros ou Stiebler, ou com a população preta e parda, como no Santa Rita e no Bela Vista<sup>80</sup>. Mesmo com as especificidades internas de cada bairro, o perfil que se confirma é o que já foi percebido: uma divisão entre territórios predominantemente brancos a leste e sul com renda mais alta e territórios racialmente mistos e de renda mais baixa a oeste e norte.

<sup>80</sup> Não foi possível, por meio do georreferenciamento dos dados do IBGE, visualizar o perfil racial de alguns bairros, como o Dona Lalá, a leste, e o Bosque dos Eucálptos, a sudoeste, destacado da malha urbana principal.

Uma vez exibida a configuração da segregação entre os bairros da cidade com base nas categorias branco, preto e pardo, uma outra forma de ler a distribuição étnica e suas assimetrias é refazer o esquema de Shevky & Bell para São João, levando em conta a existência de um outro grupo utilizado pelo IBGE, os negros, que constitui na soma das populações pretas e pardas e se legitima tanto pela “uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos” como “pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas pelos dois grupos, serem da mesma natureza” (OSORIO, 2003, p.23).

Figura 53 – Aplicação das “áreas sociais” para São João



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao se considerar essa agregação, a configuração da distribuição racial da cidade adquire um aspecto mais segregado entre as partes, uma vez que todos os bairros a oeste e norte com população majoritariamente preta e parda são lidos, desta vez, como territórios negros, homogêneos internamente. É o que se vê no Bela Vista e São Cristóvão, ao norte, e em parte do Santa Rita, a oeste. A distribuição de etnia e renda no espaço urbano se caracteriza, desta forma, por extremidades de baixa renda e renda mais alta etnicamente homogêneas, negras e brancas respectivamente, separadas por uma região tampão de bairros mistos em termos de cor e de renda. Por

mais que não seja correto classificar o processo de segregação em questão como uma divisão por guetos, pelo fato de não serem conjuntos separados institucionalmente pelo Estado com base na cor, compartilham com esse modelo problemáticas similares, tais como abandono, delinquência, precarização e estigmatização residencial (WACQUANT, 2008). A forma como a segregação se deu, guiada pela divisão de classes sociais pela categoria de trabalho e renda levou, conseqüentemente, a um perfil desigual ou assimétrico também na distribuição racial. A leitura da desigualdade pelas características étnicas evidencia, portanto, a acumulação de processos desiguais históricos, não relacionados diretamente à renda, mas por ela potencializados.

### ***4.3.3 Distribuição segundo a religião***

Além da questão étnica, outro fator que pode contribuir para evidenciar aspectos da organização dos grupos sociais segundo a localização é o aspecto da religião. A abrangência e o poder da igreja romana é fator social importante para se entender a história do Brasil, marcada pelo precedente da colonização do país por Portugal, uma das grandes monarquias europeias de laços estreitos com a tradição católica ocidental. Isso contribuiu para a formação de uma sociedade brasileira também vinculada ao catolicismo, religião que foi considerada oficial do país até a promulgação da constituição republicana de 1891.

O contexto majoritariamente católico no Brasil começa a diluir a partir da virada do século XIX para o XX, com a chegada de imigrantes e, portanto, de novos modos de exercer a fé, entre eles o protestantismo. Como esse termo é bastante abrangente, é importante, para o estudo, fazer uma abordagem das suas subdivisões. As expressões protestante e evangélico, no caso latino-americano, possuem o mesmo significado, e abarcam desde as religiões cristãs surgidas a partir do século XVI<sup>81</sup>, como o calvinismo, luteranismo ou o metodismo, movimentos protestantes chamados de históricos, até a ramificação mais recente desses mesmos movimentos, surgida no

---

<sup>81</sup> Embora a tradição luterana tenha iniciado o processo de reestruturação religiosa a partir de 1517, o condutor principal do movimento de reforma foi o calvinismo (WEBER, 2004). Entre as igrejas protestantes históricas estão também a anglicana e presbiteriana, exemplos de igrejas pioneiras, que surgem no século XVI, na Inglaterra e Escócia, respectivamente.

início do século XX e denominada pentecostal<sup>82</sup> (MARIANO, 2014). Presentes no território nacional desde 1910, portanto mais recentes que as pioneiras históricas, já estabelecidas no Brasil há mais tempo, as vertentes pentecostais se originaram a partir de três ondas: a primeira em 1910, a segunda na década de 1950 e a terceira nos fins da década de 1970, esta última chamada de neopentecostal.

Embora possua diferenças teológicas em seu interior, o ponto que torna o debate sobre o pentecostalismo um elemento a contribuir para entendimento da questão das classes sociais se revela desde o início desse movimento, na primeira onda “composto majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica” (MARIANO, 2014, p.29), na segunda onda, algo que atraía “milhares de indivíduos de estratos mais pobres da população, muitos dos quais imigrantes nordestinos” (2014, p.30), e na terceira onda, boa parte dos fiéis “esmagadoramente pobres, pouco escolarizados e, por isso, mais suscetíveis às agruras do desemprego” (p.59-60). Existe, portanto uma relação importante entre pentecostalismo e pobreza, e essa relação possui sua fonte no conteúdo do discurso das igrejas pentecostais a seus fiéis, no contexto econômico-social brasileiro e na gradual diminuição da presença do Estado nas periferias urbanas ao longo das décadas. As denominações pentecostais se tornam, desta forma, uma instituição que, muitas vezes, exerce o papel de suporte social nas áreas desfavorecidas, com respostas mais imediatas a pessoas com dificuldade socioeconômica.

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais pobres, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os marginalizados - distantes do catolicismo oficial, alheios a sindicatos, desconfiados de partidos e abandonados à sua própria sorte pelos poderes públicos - tem optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais. Nelas, encontram receptividade, apoio terapêutico-espiritual e, em alguns casos, solidariedade material (MARIANO, 2014, p. 12).

A grande expansão das religiões evangélicas no Brasil desde o fim da década de 1970 se confirma pelos números mais recentes a respeito da crença dos brasileiros.

---

<sup>82</sup> O pentecostalismo surge nos Estados Unidos em 1906 e chega ao Brasil em 1910. As principais igrejas englobadas nessa classificação são as pioneiras Assembleia de Deus e Congregação Cristã, a igreja Quadrangular, dos anos 1950, e as neopentecostais, mais recentes, cujo maior exemplo é a Universal do Reino de Deus (MARIANO, 2003).



De acordo com pesquisa de 2020<sup>83</sup>, 50% dos brasileiros são católicos, 31% evangélicos, 10% não possuem religião, 3% é espírita e 2% de religiões de matriz africana. A expansão do protestantismo pode ser notada ao comparar os números atuais com o contingente de 9% de evangélicos no Brasil em 1990 (MARIANO, 2014). Cerca de 60% dos 42 milhões de evangélicos são pentecostais e 20% pertencem às religiões tradicionais. A maior parcela dos evangélicos, cerca de 60%, se autodeclara preta ou parda. Esse fator religioso constitui, portanto, mais um revelador das assimetrias urbanas ligadas primordialmente à divisão de classes.

Visando traçar um caminho que leva até ao panorama atual da distribuição da religião em São João, é importante expor alguns números do contexto local e resgatar alguns fatos históricos sem os quais não é possível realizar tal estudo. Apesar da ascensão das igrejas evangélicas em âmbito nacional, o panorama religioso em São João permanece com uma maioria católica mais expressiva. Aproximadamente 75% da população é católica, diante de 18% de evangélicos e 2% de espíritas<sup>84</sup>. Entre os evangélicos, embora haja uma parcela considerável que não determina o subgênero a que pertence, o número dos adeptos das igrejas pentecostais, cuja igreja mais representada é a Assembleia de Deus, é quase três vezes maior do que as igrejas missionárias<sup>85</sup>, batista e metodista. Em relação às camadas salariais, a proporção entre católicos e evangélicos é equilibrada, diminuindo a proporção de evangélicos à medida que os salários aumentam. Até um salário mínimo, a proporção é de 76% e 24% respectivamente. Na camada de 3 a 5 salários mínimos, essa relação passa para 82% e 18%. O número mais revelador está na relação entre os evangélicos. 80% dos protestantes da camada até um salário mínimo são pentecostais, enquanto nas camadas de salário mais altas a proporção é de 50%. Entre os católicos 41% se autodeclara preto ou pardo, enquanto essa proporção entre os evangélicos é de 47%<sup>86</sup>.

Dentro de uma perspectiva histórica, a pedra fundamental do antigo arraial colonial em 1815 está na base da antiga capela onde hoje está localizada a igreja Matriz da cidade (PONTES, 2019), fato que coloca em evidência a relação das famílias fundadoras com a religião católica, cujo edifício símbolo é a célula-máter desse

---

<sup>83</sup> Pesquisa realizada pelo Datafolha, 2020.

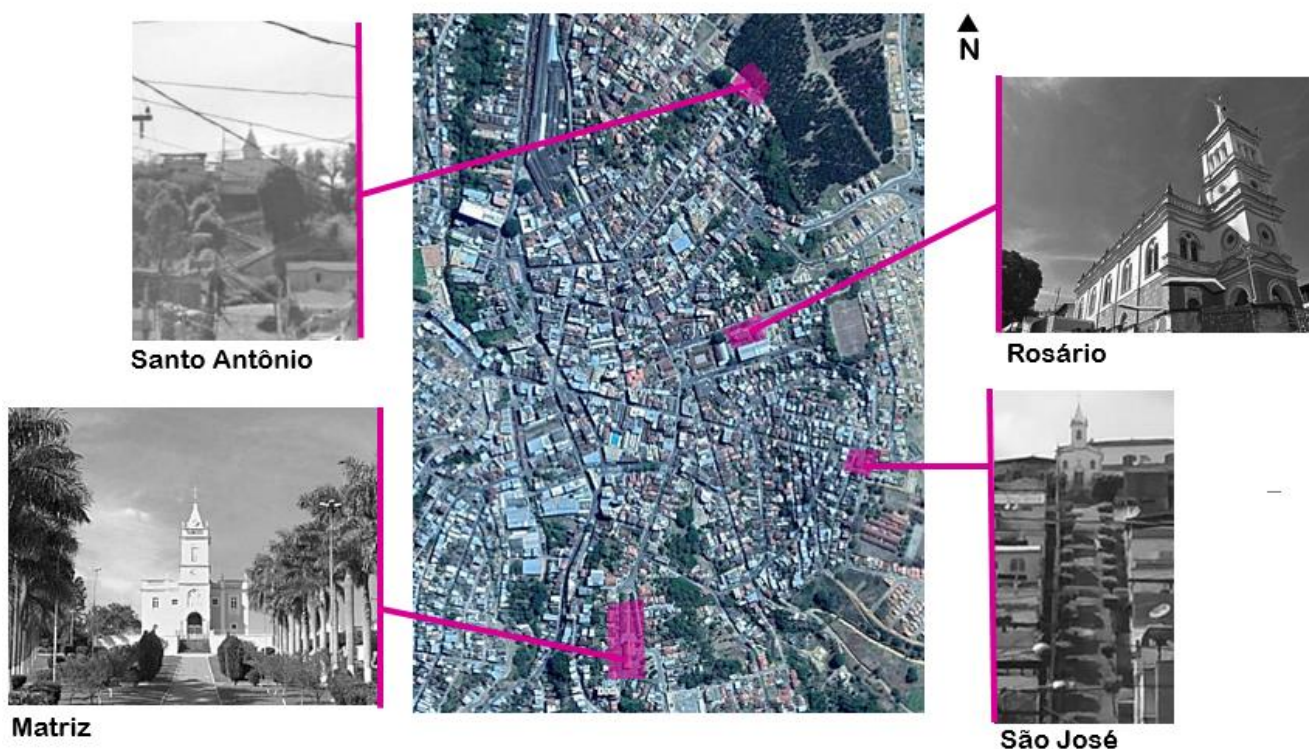
<sup>84</sup> IBGE, números do Censo de 2010.

<sup>85</sup> O IBGE classifica como missionárias as igrejas protestantes históricas (MARIANO, 2014), como a batista e a metodista.

<sup>86</sup> IBGE, números do Censo de 2010.

organismo urbano. À medida que expandia a cidade no século XX, surgiam na paisagem outros demonstrativos da abrangência do catolicismo em forma de templos, sempre destacados visualmente em pontos mais altos nas vizinhanças do centro. Em quatro lugares específicos esse fato pode ser percebido: pela Matriz, pela igreja do Rosário e pelas capelas do São José e do Santo Antônio.

Figura 54 – As igrejas na região central

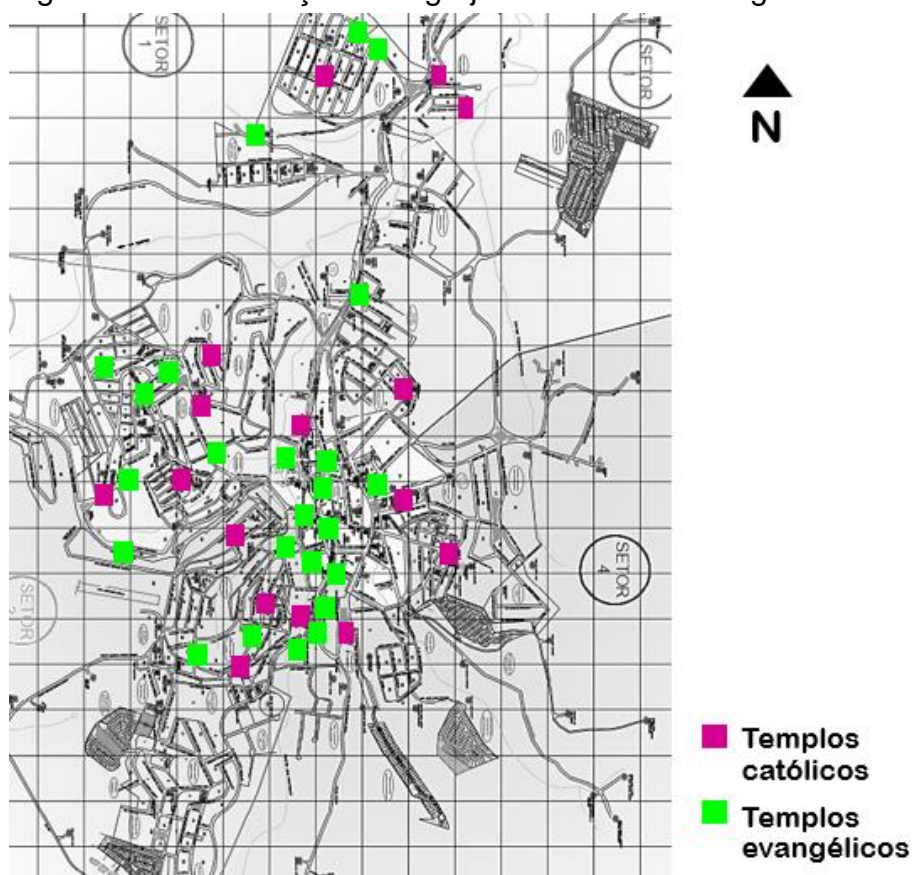


Fonte: Adaptado pelo autor com base em Google Earth; Street View; PONTES, 2019.

Embora esses sejam os templos destacados visualmente em pontos mais altos, o que ocorreu com a incorporação dos novos bairros ao longo do tempo foi a implantação de pequenas capelas em cada um, de modo a facilitar o exercício da religião nas áreas de moradia mais distantes. Assim como a igreja católica, o mesmo movimento ocorreu com a igreja evangélica, que anteriormente possui um exemplar da igreja Metodista no centro da cidade. A velocidade que os templos de igrejas protestantes se espalharam está relacionado à abrangência cada vez maior que esse setor do cristianismo alcançou na sociedade, sobretudo a partir de 1980 (MARIANO, 2014). Alguns componentes que talvez ajudem a entender a capilaridade das instituições evangélicas no espaço urbano é a autonomia que cada igreja e liderança possui, junto à flexibilidade e facilidade na implantação dos templos, sempre adaptáveis em qualquer espaço de edifício ou loja, em contraponto à rigidez de

tipologia do templo católico, cuja construção e assentamento está ligada aos tramites de uma hierarquia oficial que dificulta a expansão<sup>87</sup>. Tão importante quanto a velocidade da expansão das igrejas evangélicas, o que mais revela seu movimento como um fenômeno social ligado, em grande medida, às classes de renda mais baixas, são os territórios no espaço urbano de São João onde essa expansão foi mais visível.

Figura 55 – Distribuição das igrejas católicas e evangélicas



Fonte: Google Maps; Arquidiocese de Juiz de Fora.

Existe, portanto, uma diferença entre a forma como se distribuem os templos católicos e evangélicos na cidade, o que indica a maneira como cada grupo religioso se situa territorialmente. As igrejas e capelas católicas tem uma presença mais equilibrada na malha urbana. Além das igrejas mais proeminentes já mencionadas, como a Matriz e o Rosário, a localização dos demais templos ocorre numa lógica uniforme, de modo a cada bairro constituir uma paróquia, sendo o templo uma espécie

<sup>87</sup> O processo de construção, compra e venda de terrenos por parte da igreja católica está inserido em sua dinâmica hierárquica interna e na relação com o poder público. No caso de São João, há uma relação de doações de terrenos entre o poder público municipal e a mitra ou cúria arquidiocesana de Juiz de Fora, exemplificada na doação do terreno da capela Santo Antônio, pela prefeitura, a essa instituição católica local. Lei Municipal nº1.687 de 1991.

de marco visual ou ponto de referência que define o centro do bairro, quase sempre em frente a uma pequena praça local. Os templos evangélicos, por outro lado, estão presentes de forma mais assimétrica, maior diversidade de tipologias e, sobretudo, em maior número. Chama a atenção, em primeiro lugar, a concentração de igrejas na região central. São, na maior parte das vezes, as igrejas centrais de cada denominação. Estão instaladas, de modo geral, em espaços de loja ou edifícios comerciais adaptados. Fora do centro, as igrejas evangélicas estão presentes, quase exclusivamente, nos bairros a oeste e norte, onde estão difundidas as unidades menores de cada igreja, em número menor ou maior, como no caso dos bairros Três Marias e Bela Vista.

Figura 56 – Capela do bairro Santa Rita



Fonte: Google Street View, 2019.

Figura 57 – Igreja evangélica em edifício histórico adaptado



Fonte: Google Street View, 2019.

Assim como no fator racial, não há aqui a lógica do bairro composto somente por evangélicos, uma espécie de “gueto” religioso. Na maioria dos bairros mais pobres, nota-se a presença tanto de igrejas católicas como evangélicas, uma vez que, como já abordado, a cidade possui uma população católica majoritária. O que evidencia a

distribuição assimétrica dos evangélicos, localizados, de modo geral nos bairros de renda mais baixa, é a ausência de seus templos na parte leste e sul da cidade, áreas onde estão as classes médias, e, coincidentemente, estão os grandes marcos visuais católicos: Rosário, Santo Antônio e São José. Novamente se nota um perfil heterogêneo nos setores a oeste e norte e uma tendência à uniformidade nos territórios a leste e sul.

#### **4.4 Distribuição do comércio, serviços e meios de consumo coletivo**

Após a exposição da análise do espaço urbano de São João feita a partir da distribuição dos meios de produção e do perfil da força de trabalho em cada setor ou bairro da malha urbana, o entendimento deste fenômeno urbano e suas desigualdades se completa pela leitura da distribuição dos bens e serviços no território, traduzida nas localizações do comércio e abastecimento, e pela leitura da distribuição dos meios de consumo coletivo, indispensáveis para a reprodução dos dois fenômenos anteriormente mostrados, a reprodução do capital e a reprodução da força de trabalho.

Os bens e serviços estão relacionados ao estudo da segregação pela dinâmica entre centro e periferia, no sentido do qual dependentes da região central são os demais setores da cidade, cuja atividade primordial é a reprodução das diversas classes sociais. Esse processo traduz a dificuldade ou não de acesso, por determinados contingentes da força de trabalho, aos serviços e também a seus próprios locais de trabalho. Revela-se, deste modo, a ocorrência ou não de um processo de segregação urbana, medido pelo grau de exclusividade ou miscigenação das atividades ligadas à vida da cidade em determinado bairro ou setor (LOJKINE, 1997).

O consumo coletivo é uma teoria que enumera diversas categorias de equipamentos sem os quais a reprodução do capital não seria possível. Esse conceito, elaborado por Castells (1978), consiste em elementos indispensáveis para a reprodução do capital, mas, ao mesmo tempo, vão contra a lógica da acumulação, uma vez que dependem da canalização de recursos para sua implantação, limitando, desta forma, a margem de lucro do capital e sua capacidade de expansão. Os bens de consumo coletivo, portanto, podem ser o provimento do sistema de saúde da classe trabalhadora, a qualificação da força de trabalho, o sistema viário e de transportes

para possibilitar o deslocamento de trabalhadores e da produção, a rede de esgoto ou iluminação pública. Esse debate, portanto, traz a importância do elemento estatal para o desenvolvimento urbano no mundo moderno, uma vez que esses componentes são, em grande medida, transferidos à sua responsabilidade, por se tratar sobretudo de equipamentos de interesse público, necessários à reprodução do capital, que não se interessa em financiá-los diretamente. Essa discussão é similar àquela apresentada sobre o financiamento dos espaços de moradia da classe trabalhadora, que, diante de um processo de industrialização mais intenso, é passado à responsabilidade de um poder público mais intervencionista, que retira do capital privado o ônus da construção das vilas operárias típicas do início do século XX (OLIVEIRA, 2003). Assim como expandem os espaços de moradia à medida que o processo industrial avança, é necessária também a expansão desses elementos de consumo coletivo.

Embora essa teoria tenha sido elaborada por Castells, outros autores, como Lojkine também utilizaram esse conceito. Enumerar conjunto amplo de meios de consumo coletivo poderia ser exaustivo para esta análise do caso específico de São João. Neste contexto, se torna relevante a abordagem dos meios mais importantes e mais evidentes para o entendimento do espaço urbano. Assim, a abordagem de Lojkine (1997) pode servir de guia para mostrar estas distribuições. Como já apresentado, o autor elenca quatro meios de consumo coletivo, dois classificados como essenciais, educação e infraestrutura de transporte; e dois vistos como menos importantes para a reprodução do capital, a saúde e o lazer. Mapear a localização desses elementos no espaço é fazer uma leitura da segregação e uma leitura da atuação do Estado nesse processo, uma vez que estará em diálogo com a já apresentada disposição dos grupos sociais segundo a renda e o trabalho.

Um componente a ser acrescentado neste estudo é a exposição da divisão entre público e privado no fornecimento desses serviços. Os locais de saúde, educação ou lazer privados não constituem teoricamente elementos de consumo coletivo, por não haver aí a razão de ser da coletividade ou do livre acesso de toda a comunidade, mas são necessários para mostrar como se manifesta e quais grupos têm acesso a esses espaços privados. Esse é um ponto sensível de percepção da segregação dos grupos sociais, uma vez que uma parcela se distingue por um acesso diferenciado no âmbito privado aos mesmos tipos de serviços concedidos pelo poder público à coletividade.

#### **4.4.1 Distribuição dos bens e serviços: comércio e abastecimento**

Historicamente, uma das razões de ser da cidade está ligada à concentração de excedente da produção, constituindo o local primordial das trocas e do mercado. Para Lefebvre (1999), o comércio é um dos elementos básicos da constituição da vida na cidade, assim como o poder, a festa e a religião. Embora o mundo moderno tenha adicionado outros ingredientes ao organismo da cidade, como a produção industrial e a moradia da força de trabalho, a vida da cidade central tem como fundamento a atividade do mercado e do comércio, mesmo que em suas modalidades típicas da sociedade industrial. Em São João Nepomuceno essa atividade foi definitivamente impulsionada pela chegada do caminho de ferro no final do século XIX, que permitiu o estabelecimento de uma elite comercial local. Além do incremento de mercadorias e serviços diversos, a atividade têxtil, crescente ao longo do século XX, levou ao estabelecimento de uma atividade comercial específica, ligada à venda de tecidos, o que contribuiu para a vocação da cidade neste ramo (COSTA, 2016).

Figura 58 – Comércio na Rua “do Sarmento”, década de 1940



Fonte: Acervo Geraldo Mendonça.

Essa relação próxima entre a produção especializada na cidade e o imediato escoamento do produto para ser ofertado ao consumidor local é um forte componente, além da produção industrial em si, para a expansão da força de trabalho local, uma vez que se estabelece uma rede de serviços bastante dinâmica da logística de transporte e de vendas. Esse processo se intensifica no momento da transferência, entre 1970 e 1990, da atividade industrial têxtil para a produção do vestuário. Os espaços de comércio dos produtos têxteis passam à venda de roupas nesse período,

sendo essa atividade comercial significativa a ponto de levar o poder público a contribuir com a organização de um centro comercial destinado especificamente à venda de artigos de moda e vestuário<sup>88</sup> simbolicamente ao lado da antiga fábrica de tecidos. Nesse mesmo período, há também um esforço do poder público para organizar outra atividade de abastecimento e comércio específica, ligada à venda de artigos provindos da produção rural local<sup>89</sup>.

Figura 59 – O Center Moda, voltado ao vestuário



Fonte: Google Street View, 2019.

Além da organização de atividades comerciais realizadas pelo Estado, outras formas de comércio e serviços se constituíram à medida que o tecido urbano se expandia e crescia a demanda por atividades complementares. Concentrou-se na região central a maior parte das novas modalidades de atividade de vendas e serviços, como supermercado, feiras, bancos, lojas, restaurantes e postos de abastecimento. Ao longo das principais vias de conexão entre o centro da cidade e a estrada estadual de integração, estabeleceu-se pontos de comércio automotivo, galpões de logística e correlatos. Uma modalidade específica de serviço típica da cidade, devido à produção de roupas, é a atividade de lavanderias, estabelecidas em instalações de porte médio ou grande em pontos estratégicos próximos às indústrias. O comércio de bairro permaneceu, em geral, limitado a pequenas atividades de necessidade imediata, como padarias, açougues, pequenos bares ou salões, sendo a presença dessa

---

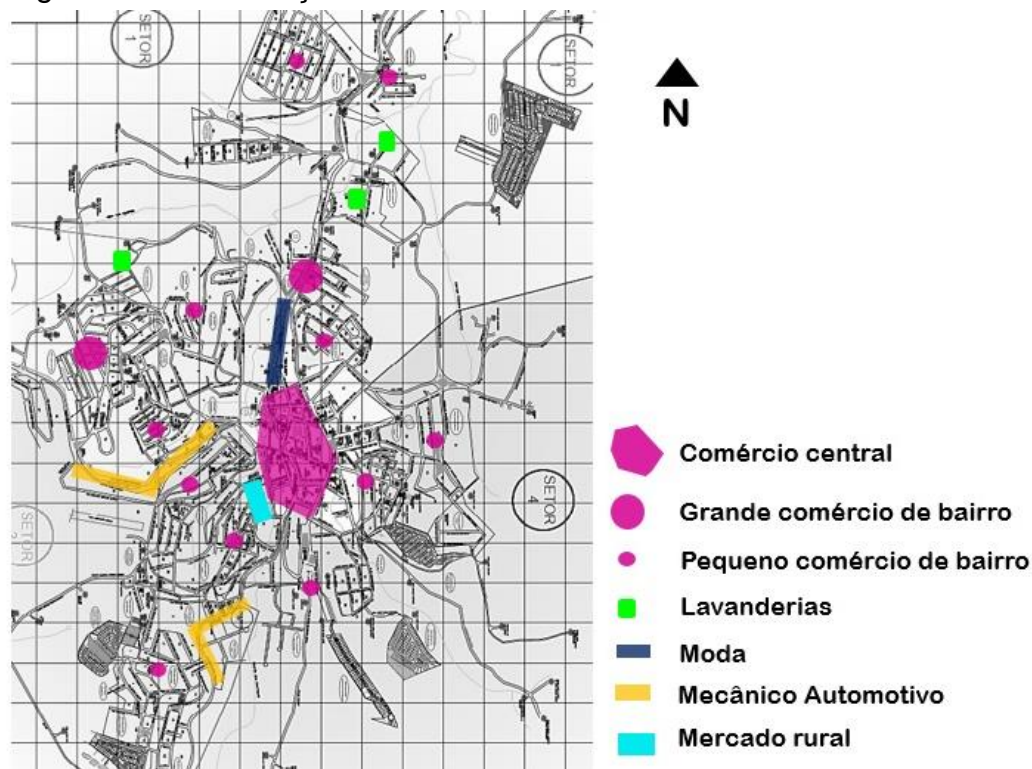
<sup>88</sup> Em 1991 o poder público municipal participou de concorrência pública para aquisição do extinto leito ferroviário que atravessa o município, anteriormente de propriedade da Rede Ferroviária Federal (lei nº1.695 de 1991) e, em seguida, transferiu o direito de uso da área para a Associação das Indústrias de Moda de São João Nepomuceno (ASIMODA) (lei nº 1.723 de 1992) para a construção do centro comercial.

<sup>89</sup> Lei Municipal nº 1.793, autorizando a construção do Mercado do Produtor Rural.



atividade comercial local e sua composição manifestada de forma desigual de um bairro para outro.

Figura 60 – Distribuição da atividade comercial



Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora não haja uma setorização rígida da atividade comercial, há uma tendência à concentração de segmentos e sua distribuição em pontos específicos da malha urbana, com uma atividade verdadeiramente mais diversificada somente na região central. O centro é o principal cenário das atividades de serviço de qualquer espécie, como supermercado, feira, bancos, lojas e restaurantes, com uma heterogeneidade perceptível de atividades comerciais e residenciais mescladas. Os centros comerciais de produtos específicos, moda e produtos rurais encontram-se nos vetores norte e sul adjacentes às demais atividades comerciais do centro. Outros dois corredores de atividades comerciais auxiliares, como vidraçarias, móveis, serralherias, comércio automotivo e postos de gasolina, partem do centro nas direções oeste e sul, sendo fronteiras de serviço entre zonas residenciais periféricas. As lavanderias estão estrategicamente a oeste, no centro e no distrito industrial, próximo das atividades de produção das confecções. As atividades comerciais internas de cada bairro variam entre ausentes, uma atividade pequena ou uma atividade mais significativa e variada. Esse ponto é importante por revelar até que nível os territórios de reprodução constituem microcentralidades autônomas em relação à cidade central ou, por outro

lado, constituem espaços-dormitório. Os bairros mais heterogêneos em relação à atividade e, portanto, com menor segregação urbana (LOJKINE, 1997), são o Três Marias a oeste e, a norte, os vizinhos Cidade Nova e Avenida, todos portadores de comércio variado, como necessidades imediatas (drogaria, açougue ou padaria) até materiais de construção, roupas e livrarias. Os demais bairros possuem atividade muito pequena em relação à região central, com autonomia somente para necessidades imediatas, em geral pequenos bares, padarias e salões de beleza.

Um número pequeno de bairros, como Bosque dos Eucaliptos e Novo Horizonte, constituem dormitórios perfeitos. O primeiro está ligado, provavelmente, ao nível de motorização de sua população residente, uma vez que se trata de um bairro de classe média, que se desloca facilmente ao centro. Com exceção da vida comercial mais dinâmica do bairro Três Marias, a pequena atividade comercial dos bairros de renda baixa revela uma problemática do deslocamento, dependência da região central, acesso a bens e segregação urbana<sup>90</sup>, um desequilíbrio entre centro e periferia, mesmo se tratando de uma cidade de pequeno porte.

#### **4.4.2 Transporte coletivo**

Uma vez mencionados os meios de consumo coletivo a serem usados para o entendimento da dinâmica urbana em São João, é relevante destacar a ordem dos elementos a serem analisados. Seguindo a lógica proposta por Lojkine (1997), os primeiros são os que o autor considera como essenciais à reprodução do capital, a estrutura de transporte e a rede de educação, e posteriormente os classificados como dispensáveis ou menos relevantes para essa reprodução, os equipamentos de saúde e lazer. Esse critério de ordem, no caso em questão, ajuda primordialmente na construção do raciocínio a respeito do papel do consumo coletivo na compreensão da segregação, sendo todos os meios de consumo coletivo igualmente importantes como ferramentas para revelar os processos constitutivos dos territórios.

O transporte e deslocamento da força de trabalho em São João se tornam elementos importantes para a reprodução do capital à medida que se constituem

---

<sup>90</sup> Lojkine (1997) traça a diferença entre segregação social, associada à assimetria entre os territórios pela renda; e segregação urbana, ligada à homogeneidade ou não de atividade residencial e comercial em cada segmento do espaço urbano, um tipo de fragmentação percebido de forma mais evidente no planejamento urbano moderno.

novos espaços de moradia demandados pelo aumento da produção industrial têxtil em meados do século XX. Na etapa inicial da produção local, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, o transporte do contingente operário não constituía um ônus nem para o empresário industrial e nem para o Estado, dado o curto deslocamento realizado pelos trabalhadores, cujos espaços de moradia, nesse período, eram vizinhos diretos dos espaços de produção na modalidade de vila operária. A partir do incremento da produção nos anos 1940, e com a responsabilidade dos espaços de reprodução transferidas ao Estado, surgem os espaços de moradia da classe trabalhadora exteriores à órbita da cidade central e dos galpões da indústria têxtil, o que aumenta consideravelmente a distância entre os espaços de moradia e de produção e também o tempo de deslocamento dos trabalhadores. O aumento da distância de deslocamento entre locais de produção e áreas dormitório é um processo de segregação territorial que acompanha a expansão da malha urbana, juntamente com a segregação social ou urbana (LOJKINE, 1997), pelo fato de revelar o surgimento efetivo de uma periferia deslocada, destinada, em primeiro lugar, à reprodução da força de trabalho. Essa transferência diária de contingentes da moradia ao trabalho é um elemento indispensável para o funcionamento da cidade moderna capitalista, e esse funcionamento está ligado à qualidade dessa transferência e o tempo gasto para sua realização. Em Castells (1983), esse é o elemento T (troca), entre o consumo (C) representado espacialmente pela moradia, e a produção (P), representada pelos espaços da indústria e serviços.

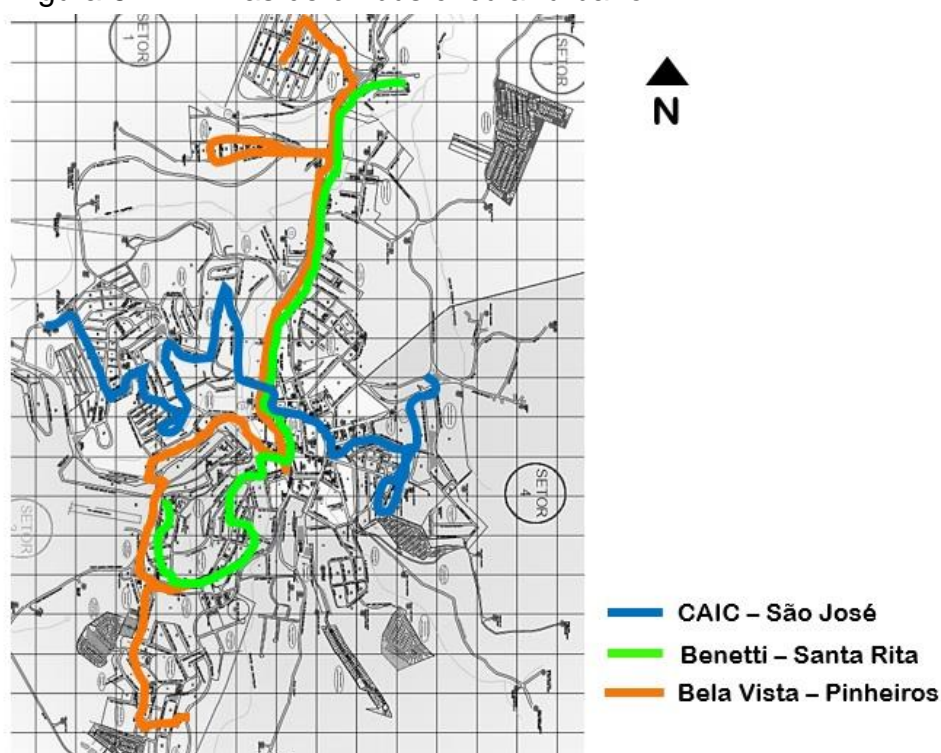
Assim como o Estado, direta ou indiretamente, passa a atuar na criação da moradia para desonerar o capital, permitindo maior aumento da produção, esse processo vai ocorrer, cedo ou tarde, em relação ao transporte, que se torna, com o aumento da distância entre moradia e trabalho, um potencial comprometedor da economia de aglomeração. Em São João, a atuação do poder público na organização do deslocamento é inaugurada com o serviço de transporte coletivo urbano (SERTRAU)<sup>91</sup> no final da década de 1960, período em que se consolida a primeira fase de expansão urbana, com a ocupação dos bairros operários pioneiros. Num primeiro momento esse movimento é simples, realizado basicamente entre os bairros

---

<sup>91</sup> Lei Municipal nº 461 de 1969, que autoriza colocar em concorrência pública o serviço de transporte coletivo urbano, pela modalidade de ônibus ou kombi. O funcionamento do serviço de transporte público criado nesse período foi detalhadamente descrito por meio de decreto do poder executivo.

adjacentes e a região central, onde está concentrada toda a atividade da produção têxtil. Na segunda onda de expansão urbana, a partir dos anos 1980 até os anos 2000, cujo componente principal são os grandes bairros populares Centenário, Três Marias e Bela Vista, começa a haver uma demanda para o incremento do sistema de transporte, dentro de uma lógica de aprofundamento da dicotomia entre centro e bairros periféricos. Como já mencionado, paralelamente ao crescimento dos bairros residenciais, há um processo de diversificação dos espaços de produção, que sai da área dos galpões da antiga CFTS e descentraliza para áreas na região central, bairros periféricos a oeste e o distrito industrial, a norte da antiga fábrica Sarmento. O nível de expansão dos espaços de moradia e da produção industrial é suficiente para a constituição de um sistema de transporte público composto por linhas que vão nas direções norte-sul e leste-oeste, de modo a conectar os pontos extremos da cidade ao centro e ao distrito industrial. São duas linhas norte-sul, Bela Vista – Alto dos Pinheiros e Benetti – Santa Rita, e uma linha leste-oeste, CAIC – São José.

Figura 61 – Linhas de ônibus circular urbano



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas três linhas, as extremidades correspondem aos bairros populares e possuem a região central como meio do caminho entre os pontos finais. As duas linhas norte-sul, além de passarem pelo centro, conectam também os bairros populares a

oeste com o distrito industrial. A linha Bela Vista – Alto dos Pinheiros atende os bairros Bela Vista e Novo Horizonte, passa pelo distrito industrial e centro até outro ponto a oeste, terminando percurso no José Maria Fam, ao sul. A linha Benetti – Santa Rita leva os moradores do Benetti ao distrito industrial e centro e também o Santa Rita aos mesmos destinos onde se encontram grande parte dos locais de trabalho. A linha que faz o leste e oeste, CAIC - São José, é responsável pelo deslocamento dos moradores do Três Marias e Centenário em direção à região central e à região oeste, no São José e no Dona Lalá, sendo importante também para o deslocamento dos alunos das escolas públicas entre suas moradias e os locais onde estudam. Com exceção de alguns bairros de classe média, como o Bosque dos Eucaliptos e o São Sebastião, todos os demais são, de alguma maneira, atendidos pelas linhas de transporte público. A transferência de contingentes dos seus locais de moradia para os locais de trabalho fica satisfatoriamente realizado, uma vez que todas as linhas passam pela região central, duas linhas passam pelo distrito industrial e a conexão entre bairros de baixa renda e aqueles de média renda, como o Dona Lalá e o Alto dos Pinheiros, também é atendida.

Há duas formas de ver a abrangência do transporte público na dinâmica urbana. Conforme já mencionado, trata-se, de fato, de parte da estratégia de reprodução do capital e otimização de seu processo, de modo a atenuar para si as problemáticas da transferência da força de trabalho, pouco motorizada e deliberadamente instalada em dormitórios segregados, para os locais de produção. Esse é um dilema típico das grandes cidades, mas que encontra espaço também em cidades menores, como o caso em questão. Por outro lado, deve-se compreender o sistema de transporte público e sua abrangência como o cumprimento, por parte do poder público, de um direito social assegurado pela Constituição Federal<sup>92</sup>, uma questão importante de cidadania que tem a função de mitigar, pela diminuição do tempo e das distâncias, o processo de segregação inerente aos espaços urbanos modernos.

---

<sup>92</sup> Emenda constitucional 90 de 2015, que inclui o transporte público no art. 6º da Constituição Federal, que enumera os direitos sociais.

#### **4.4.3 Equipamentos de educação**

O consumo coletivo ligado à infraestrutura de educação é classificado como essencial para a reprodução do capital devido à necessidade constante de qualificação da força de trabalho em algum nível e também a formação de quadros profissionais nos diferentes níveis da indústria e serviços. De forma abstrata, esse processo de qualificação se manifesta de forma desigual entre as classes, embora seja perceptível, desde os anos 80, um esforço de massificação da educação pública na sociedade brasileira. No caso de São João, especificamente, a taxa de escolarização na idade entre 6 e 14 anos, em 2010, era de 97%<sup>93</sup>. A parcela de matriculados varia entre as diferentes etapas de ensino. 81% das crianças entre 0 e 4 anos estão matriculadas na educação infantil pelo censo de 2018, 80,5% de matriculados entre a população de 6 a 14 anos no ensino fundamental e 72,5% dos jovens entre 15 e 19 anos matriculados no ensino médio<sup>94</sup>.

A evolução da rede de educação em São João Nepomuceno acompanha a dinâmica urbana local que se manifestou ao longo da história, bem como as demandas e modificações no sistema educacional brasileiro até os dias atuais. Até a década de 1960, a rede de educação no meio urbano era concentrada nos quarteirões centrais da cidade e pouco numerosa. O contingente dos estudantes da cidade se distribuía em quatro escolas: Coronel José Brás, Ginásio, Judite Mendonça e Augusto Glória. Essas instituições abrigavam de forma variada as etapas de ensino: infantil, primário, ginasial<sup>95</sup>, médio técnico e ensino para formação do magistério<sup>96</sup>. Diante de um contexto em que a população urbana ainda estava em expansão e a migração em direção às filias para o trabalho na indústria ainda estava em processo, havia, fora do âmbito da cidade, uma política municipal de instalação de escolas rurais<sup>97</sup>, atendendo a força de trabalho dos distritos e aquelas tradicionalmente ligadas à produção de alimentos.

---

<sup>93</sup> IBGE, números do Censo de 2010.

<sup>94</sup> IBGE, números da educação de 2018.

<sup>95</sup> Entre 1931 e 1971, para a passagem do ensino primário ao chamado ginasial, era exigida uma prova de admissão, uma espécie de vestibular que atestava as aptidões dos alunos para ingressar na próxima etapa do ensino (art. 36 da LDB de 1961). Esse processo de seleção, extinto com a LDB de 1971, certamente aprofundava o processo de estratificação educacional entre os grupos sociais.

<sup>96</sup> A chamada escola normal, para formação de professores, estava, em parte, incluída no ensino médio.

<sup>97</sup> Lei Municipal nº 70 de 1950, sobre a criação de escolas rurais.

Figura 62 – Grupo Escolar Cel. José Brás, em meados do século XX



Fonte: Acervo Geraldo Mendonça.

A partir da década de 1970, com a primeira fase de expansão urbana completada, consolidando uma divergência espacial sensível entre centro e periferia, surge a demanda por novos espaços de educação para atender o maior número de estudantes sem pressionar as pioneiras escolas centrais e para destinar o contingente dos primeiros bairros operários a unidades mais próximas. Nas extremidades sudoeste e leste, foram instaladas escolas pelo poder público estadual de modo a atender os espaços de reprodução da classe trabalhadora. A escola Oswaldo Cruz, próxima ao Santa Rita e Popular, e a Escola Polivalente, no bairro São José<sup>98</sup>. Esse processo evidencia o movimento estratégico de montagem dos espaços de consumo coletivo pelo poder público de modo a acompanhar os movimentos de expansão dos espaços de moradia. Embora com grandes mudanças nas políticas educacionais entre o período militar e a redemocratização, esse modo de atuação seguiu similar na etapa seguinte de expansão urbana, que ficou marcado pelo surgimento dos bairros Centenário nos anos 1980, Três Marias em 1990 e Bela Vista nos anos 2000.

---

<sup>98</sup> Resolução nº3 de 1972, que aprova o convênio entre o poder público municipal e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN) feito pelo governo estadual. Execução da obra da Escola Polivalente pela Lei Municipal nº 556 de 1973.

Figura 63 – Área de recreação da Escola Polivalente, década de 1970



Fonte: Acervo Geraldo Mendonça.

Após a consolidação, nos anos 1990, dos bairros populares Centenário e Três Marias, a oeste, sua urbanização é seguida da implantação de uma unidade do CAIC<sup>99</sup>, uma vez integrado o município aos programas educacionais do governo federal surgidos após a Constituição de 1988. O propósito da unidade é atender a todos os bairros recém surgidos na porção oeste da cidade<sup>100</sup>, num modo de planejamento urbano para educação parecido com os antecedentes do período militar. Nos anos 2000, quando a expansão dos bairros populares passou para o vetor norte, com a incorporação do Bela Vista, outra grande unidade educacional foi instalada, desta vez vinculada ao terceiro setor, pelo processo de convênio e transferência de terreno do poder público municipal para o Sesi/SENAI<sup>101</sup>. Embora esteja na vizinhança dos bairros populares a norte, a escola do Sesi absorveu parte dos alunos de classe média da cidade, funcionando de forma diferente da lógica de implantação das escolas públicas que visa atender os bairros de baixa renda. De qualquer forma, paralelamente às implantações das unidades maiores feitas em convênio, foram instaladas outras unidades municipais de ensino, desde creches a escolas de primeiro grau, localizadas ou no centro ou em pontos que atendem os bairros de baixa renda.

---

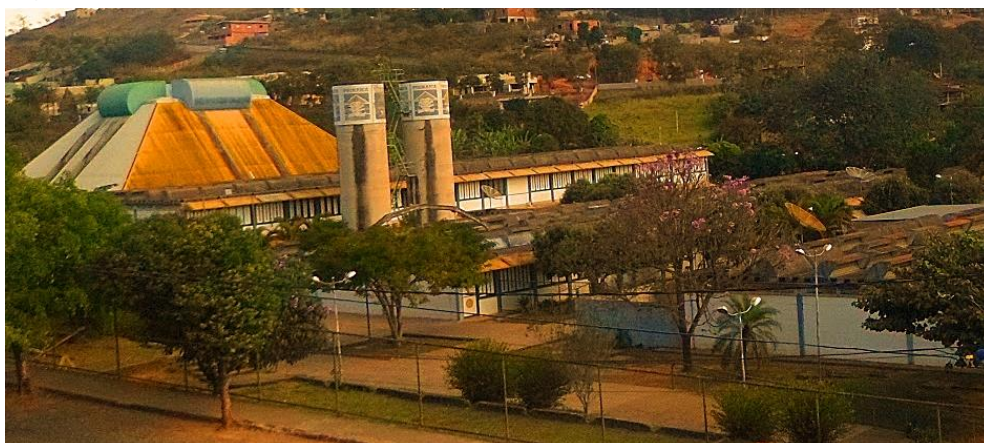
<sup>99</sup> Lei Municipal nº 1883 de 1996, que integra o município ao PRONAICA, Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

<sup>100</sup> Lei Municipal nº 1881 de 1996, descreve a abrangência dos bairros atendidos pela escola no Três Marias.

<sup>101</sup> Lei Municipal nº 2237 de 2003, permite transferência de terreno ao Sesi/SENAI.



Figura 64 – Unidade do CAIC/PRONAICA no bairro Três Marias



Fonte: Nilson Baptista, 2018.

Acompanhando a montagem da rede educacional pública, surgiram, também, instituições privadas de ensino. A mais conhecida escola privada, o Ginásio São João Nepomuceno<sup>102</sup>, funcionou, durante boa parte do século XX, como instituição de ensino ginasial, formação de magistério e escola técnica de comércio. Outra instituição educacional não estatal emblemática da cidade, a escola Augusto Glória, foi, durante muitas décadas, até sua municipalização no ano de 2007<sup>103</sup>, vinculada à rede de “Escolas da Comunidade”, o CNEC<sup>104</sup>, uma instituição nacional de caráter filantrópico, meio termo entre o público e o privado, tendo prestado ensino gratuito aos pobres durante parte de sua história<sup>105</sup>. Outras modalidades de ensino privado também possuem demanda, como creches, escolas de ensino fundamental, pré-vestibulares e filiais de grandes faculdades particulares. A tendência de localização dessas instalações privadas de ensino é a concentração na região central da cidade, de modo a facilitar o acesso de seu público alvo, mais limitado às classes médias. Uma vez que não se trata de equipamentos verdadeiramente coletivos, as instituições privadas se veem livres do compromisso de distribuir de forma equilibrada suas instalações no território, dando preferência aos redutos de consumidores potenciais.

---

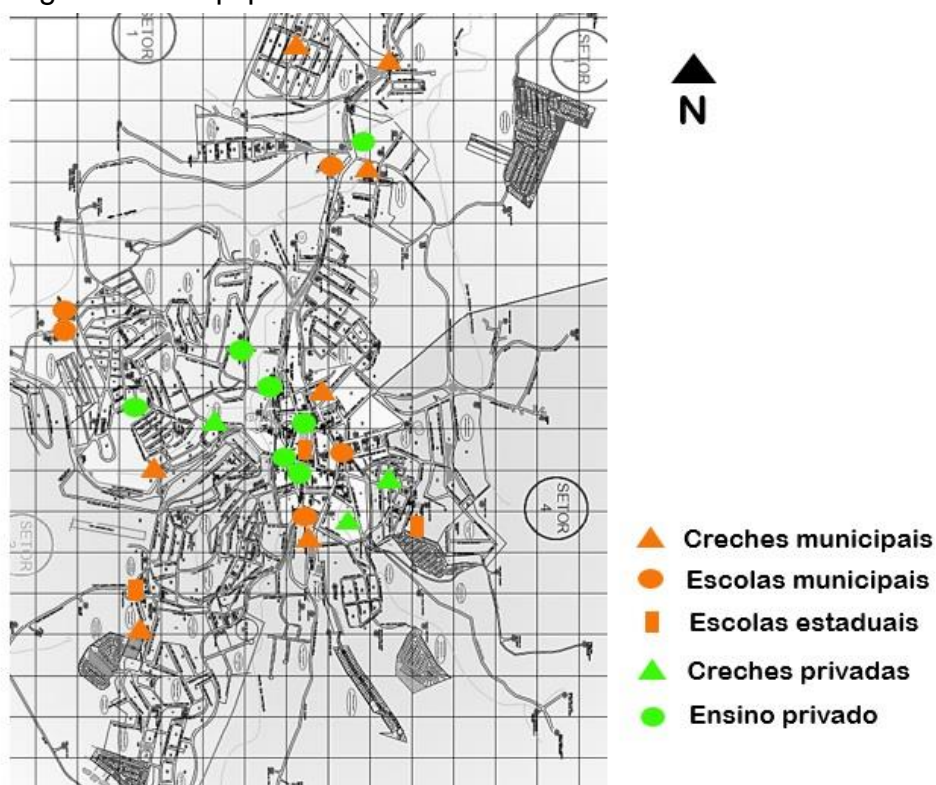
<sup>102</sup> Lei Municipal nº63 de 1950, retifica a concessão de terreno realizada em 1911 para a construção do Ginásio.

<sup>103</sup> Lei Municipal nº 2501 de 2007, cria a Escola Municipal Dr. Augusto Glória.

<sup>104</sup> Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, instituição criada em 1943, em Pernambuco.

<sup>105</sup> Anteriormente chamado CNEG, Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos.

Figura 65 – Equipamentos de ensino



Fonte: Elaborado pelo autor.

A disposição espacial dos equipamentos de educação, portanto, se caracteriza por uma concentração de diversas etapas do ensino na região central e outras unidades educacionais de bairro instaladas nas extremidades dos vetores norte (Bela Vista e Benetti), sul (Santa Rita), leste (São José) e oeste (Três Marias). Os equipamentos públicos é que induzem a essa distribuição mais homogênea no espaço urbano, sem uma desigualdade muito grande entre centro e as periferias. É perceptível a relação entre a localização das duas maiores escolas públicas, CAIC e Polivalente, e a linha de transporte coletivo CAIC – São José, integrando essas unidades, como pontos finais dessa linha, à região central e demais bairros. As unidades particulares de ensino são concentradas na região central e em menor número, embora seu maior exemplar, a escola do SESI, onde também se situa o sindicato das indústrias do vestuário, esteja localizada no vetor norte, dentro do distrito industrial.

#### **4.4.4 Equipamentos coletivos de saúde**

Teoricamente, os meios de consumo coletivo de saúde foram colocados por Lojkin (1997) como negligenciados pelo fato de constituir, pelo ponto de vista da classe capitalista, um canal de destinação de recursos sem devolver uma

contrapartida efetiva para o benefício da acumulação de capital, ao contrário do que ocorre com a qualificação da força de trabalho ou a infraestrutura de transportes. No entanto, para a ajuda na compreensão das desigualdades do espaço urbano, qualquer meio de consumo coletivo possui relevância igual. A distribuição dos equipamentos de saúde em São João segue um percurso similar ao dos equipamentos de educação. Está muito relacionado, em sua evolução, à dinâmica de expansão da cidade e ao histórico das políticas de saúde pública no Brasil. Tem início com uma rede simplificada de instituições filantrópicas e adquire, com o tempo, uma configuração mais complexa e diversificada à medida que a sociedade em questão se torna mais moderna e demanda maior intervenção do poder público.

As primeiras instalações hospitalares da cidade foram concebidas pela Associação de Caridade de São João Nepomuceno, que, desde sua fundação nos anos 1920, exerceu suas atividades em diferentes locais na região do Rosário, próximo ao centro, até a construção de seus pavilhões definitivos ao lado da igreja de mesmo nome. Sempre funcionou como uma instituição filantrópica cuja parte do trabalho era prestada ao poder público, por meio do Hospital São João, até hoje o maior equipamento de saúde da cidade<sup>106</sup>. Uma vez pressionada a rede de saúde devido ao aumento populacional, o Estado passa a uma intervenção mais efetiva com a construção da Policlínica na década de 1950<sup>107</sup>. Já que a expansão urbana nessa época ainda se limitava aos primeiros bairros, como o São José e Popular, as atividades de saúde permaneciam vinculadas, na sua totalidade, ao centro. Nas décadas de 1960 e 1970, embora a expansão urbana prosseguisse, as instalações de saúde ainda eram concentradas e em pequeno número, divididas entre o Estado e instituições locais filantrópicas, como a antiga Companhia São Camilo de Lélis, historicamente ligada à saúde, e que passou a focar no trabalho de combate ao câncer a partir da década de 1960.

---

<sup>106</sup> Lei Municipal nº 222 de 1959, taxa de subvenção do poder público municipal ao Hospital São João.

<sup>107</sup> Lei Municipal nº 90 de 1951, doa terreno do poder municipal para o Estado de Minas Gerais, para construir centro de saúde.

Figura 66 – Hospital São João, década de 1920



Fonte: Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno.

A expansão geográfica dos equipamentos de saúde só ocorre a partir de 1980, por meio de uma política municipal de instalação de postos de saúde por região. O critério de localização segue os pontos distantes que experimentaram o surgimento de bairros populares até então, o leste (São José), oeste (Santa Rita) e norte (Benetti)<sup>108</sup>. Uma das principais fontes de financiamento da saúde até a Constituição de 1988 era o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS)<sup>109</sup>. Com a criação do SUS e a adesão gradual do município aos programas e metas do Ministério da Saúde a partir dos anos 1990, a rede de saúde passa a ter condições de se aperfeiçoar, tanto em relação à expansão da rede quando à diversificação das modalidades de atendimento. Aumentou o número de postos de saúde locais em direção aos demais bairros populares a oeste como o Caxangá e Três Marias, com o atendimento das unidades de bairro vinculado ao programa Saúde da Família a partir da década de 1990. A associação filantrópica local de combate ao câncer, ASFECER, surgida da antiga companhia São Camilo de Lélis, recebeu do poder público terreno para a construção de sua sede, entre os bairros Três Marias, Centenário e Caxangá<sup>110</sup>. A diversificação das modalidades de atendimento levou à criação de serviço odontológico e uma farmácia municipal. O último movimento de

---

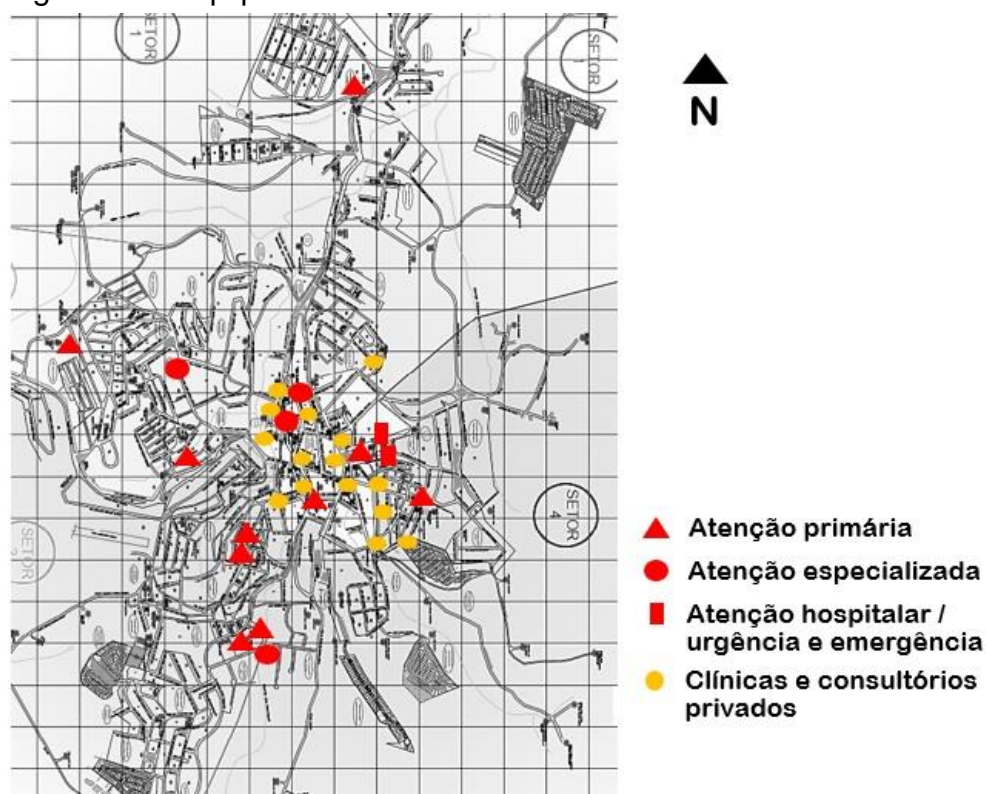
<sup>108</sup> Leis Municipais 1340 e 1341 de 1984 e lei 1497 de 1987, sobre as denominações aos postos de saúde.

<sup>109</sup> Guia de Saúde 2017. Secretaria Municipal de Saúde de São João Nepomuceno.

<sup>110</sup> Lei Municipal nº 1747 de 1993.

expansão da rede de saúde pública ocorreu em 2011, pelo estabelecimento de uma unidade de saúde no vetor sul, no bairro José Maria Fam, que combina três modalidades de atendimento, uma ligada à atenção especializada e duas à atenção primária<sup>111</sup>. Ao mesmo tempo que ocorre uma maior capilaridade da rede pública, ao longo das décadas, esse movimento se manifesta de forma mais ou menos hierarquizado, com o predomínio das unidades de atenção primária nas pontas e uma concentração da atenção especializada e hospitalar na região central e adjacências.

Figura 67 – Equipamentos de saúde



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim como ocorreu com os equipamentos de educação, a expansão da rede pública foi acompanhada, paralelamente, pela expansão de uma rede particular de saúde focada sobretudo no atendimento por meio de consultórios, clínicas médicas, laboratórios e fornecimentos de exames, quase sempre concentrados em edifícios comerciais na região do centro. O raciocínio de tal processo é similar ao das escolas particulares: por não se tratar de equipamentos de consumo coletivo, mas que vendem os mesmos serviços prestados por esses na esfera pública, a tendência é o estabelecimento desses locais de modo a viabilizar a proximidade em relação ao

<sup>111</sup> Guia de Saúde 2017. Secretaria Municipal de Saúde de São João Nepomuceno.

cliente e, no caso dessa cidade de pequeno porte, limitado praticamente à região central e, como já visto, a alguns redutos a leste.

#### **4.4.5 Equipamentos de esporte e lazer**

O esporte e o lazer, assim como a saúde, são considerados, para o processo de acumulação de capital, negligenciáveis, por serem destinos de recursos que visam o bem-estar coletivo e a melhor qualidade da reprodução dos grupos sociais sem uma devolução de “vantagens” para a reprodução capitalista. Justamente pelo fato de ser importante componente para a melhor reprodução da vida social, sob o ponto de vista da análise do espaço urbano, o esporte e lazer são indispensáveis para uma leitura da desigualdade e segregação espaciais. Em São João, os espaços destinados a esporte e recreação estão vinculados inevitavelmente à já mencionada tradição de clubes constituída ao longo do tempo na vida social da cidade. Conforme mostrado anteriormente, esse processo carrega a questão da estratificação social desde seus primeiros movimentos.

A presença de clubes de carnaval e de futebol na cidade constituía fator que criava rivalidades e facções sociais no interior dessa pequena sociedade. O processo se inicia nos anos 1920 e, ao longo do tempo, consolida a tradição dos carnavais das elites e classes médias vinculados ao interior dos clubes e o carnaval popular ligado aos blocos de rua (CANIELLO, 2003). Além do carnaval, no futebol a tradição de clubes passou das atividades difusas no início do século XX para o estabelecimento das sedes sociais, ligadas ao incentivo para formação de equipes de vôlei e natação. A construção das instalações esportivas dos clubes de futebol se deu em pontos importantes do centro da cidade e se seguiram a partir do final da década de 1940, tendo sido o Mangureira o pioneiro, em 1949<sup>112</sup>, seguido pelo Botafogo, em 1956<sup>113</sup>, e o Operário. Assim como no carnaval, as atividades esportivas e de recreação nas sedes sociais nos clubes estavam restringidas a circuitos sociais fechados, limitados a determinadas frações de classe. A primeira fase de expansão urbana, experimentada entre 1950 e 1975, se deu sem o acompanhamento do estabelecimento de áreas de esporte e lazer fora da região central, a concentradora

---

<sup>112</sup> <https://sjnhistoria.wordpress.com/2018/03/08/uma-galeria-de-notaveis-do-mangureira/>.

<sup>113</sup> Eduardo Ayupe Tamiozo, 56 anos, professor. Entrevista realizada em 20/08/2020.

por excelência da vida social, ao contrário da simples reprodução das classes no âmbito da moradia que caracterizou, em grande medida, os bairros operários.

Figura 68 – Piscina do Mangueira F.C., década de 1970



Fonte: PONTES, 2019.

A partir do final dos anos 1960, estabeleceu-se uma nova onda de criação dos espaços esportivos e recreativos, ainda capitaneada pelos clubes tradicionais, desta vez os carnavalescos, que, até então, possuíam suas sedes sociais na cidade central, destinadas a bailes e eventos do gênero. Essas novas instalações foram concebidas na modalidade de sedes campestres, distantes do espaço urbano, com grande diversidade de atividades e acesso possível quase que exclusivamente por meio de transporte motorizado. A primeira foi a sede campestre do Democráticos, inaugurada entre 1967 e 1968<sup>114</sup>, implantada há alguns quilômetros a oeste da malha urbana. A segunda desse grupo de instalações privadas de recreação, a mais distante, se estabeleceu ainda mais a oeste, em 1975<sup>115</sup>, sendo ela vinculada à Associação Atlética do Banco do Brasil. A inauguração do Trombeteiros Country Club, em 1981<sup>116</sup>, em um terreno distante em direção ao sudoeste possui forte relação com o loteamento do bairro Bosque dos Eucaliptos, que, conforme exposto, se constituiu como um subúrbio de classe média longe do tecido urbano central.

---

<sup>114</sup> Eduardo Ayupe Tamiozo, 56 anos, professor. Entrevista realizada em 20/08/2020.

<sup>115</sup> Eduardo Ayupe Tamiozo, 56 anos, professor. Entrevista realizada em 20/08/2020.

<sup>116</sup> Eduardo Ayupe Tamiozo, 56 anos, professor. Entrevista realizada em 20/08/2020.

Figura 69 – Sede campestre do Clube Trombeteiros



Fonte: Portal Minas Gerais, 2019.

Após longa fase de crescimento urbano sem intervenção estatal direta na promoção de equipamentos coletivos de recreação, a partir dos anos 1990, com a constituição dos bairros populares no setor oeste e norte característicos deste período, como o Três Marias e o Bela Vista, inicia-se uma política municipal de praças públicas de esporte, de modo a atender as áreas distantes da região central até então desassistidas de equipamentos coletivos dessa categoria. De forma parecida com o que ocorreu com as escolas e os postos de saúde, foram eleitas áreas estratégicas que atendiam, pela sua localização, mais de um bairro por unidade, sendo priorizadas as áreas de fronteira entre os bairros populares: uma unidade foi localizada a sudoeste, entre os bairros Popular e Santa Rita, outra, a oeste, no encontro do Centenário com o Três Marias, e uma terceira a norte, entre o Bela Vista e o Benetti. O programa dessas instalações varia, desde uma estrutura mais simples, de campo e quadra, como na praça do Três Marias, até algo mais similar a clubes públicos, com piscinas e vestiários, como nas outras duas, Santa Rita e Bela Vista.

Figura 70 – Praça de esportes do Santa Rita

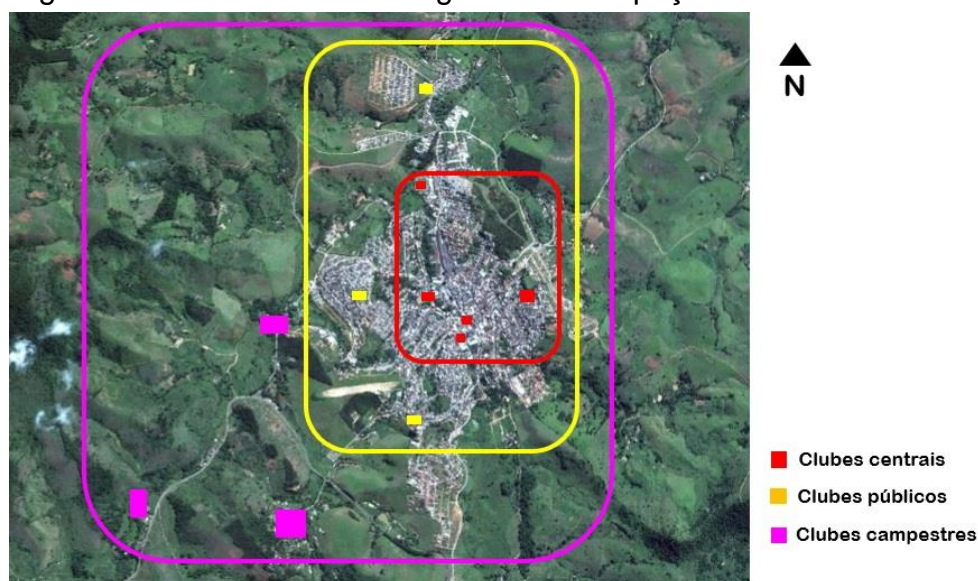


Fonte: Acervo Célio Ferraz, 2019.



Espacialmente, a distribuição dos equipamentos de lazer, divididos, como visto, entre públicos e privados, pode ser lida a partir da disposição de três círculos ou áreas concêntricas, que partem da região central. A primeira é a área central, onde estão os clubes tradicionais e mais antigos, misturados às demais atividades da vida social característica do centro. A segunda é uma espécie de área intermediária, que abrange as extremidades do espaço urbano, compostas principalmente pelos territórios da classe trabalhadora, onde parte da integração entre os indivíduos e da vida social se estabelece nas praças de esporte públicas, alternativas à configuração urbana repetitiva e pouco integradora dos conjuntos habitacionais. O terceiro círculo abrange o subúrbio de casas e chácaras da classe média, onde se estabelecem os clubes “country”, destinados, em maior parte, ao lazer dos extratos motorizados de “colarinho branco” residentes no centro e bairros a leste.

Figura 71 – Círculos de abrangência dos espaços de lazer



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Google Earth, 2010.

#### 4.4.6 Consumo coletivo e Estado

A exposição da distribuição dos equipamentos de consumo coletivo no território traz o debate da segregação espacial e da assimetria entre os grupos sociais a partir de duas fontes importantes: assim como já visto a respeito dos espaços de moradia, a questão da participação do Estado, em diversos níveis, na construção do espaço urbano e a compreensão da dinâmica social pela dicotomia entre o público e o privado.

Há um dilema importante sobre a participação do poder público nesse processo. O que se permitiu perceber até aqui foi uma considerável abrangência, ainda que desigual, das mãos do Estado na construção da malha urbana como um

todo, com ênfase importante para a habitação popular e os diversos equipamentos. Uma vez que é justamente o dever do poder público, sendo atribuído a ele constitucionalmente o dever do fornecimento de saúde, educação, lazer, transporte e moradia aos cidadãos<sup>117</sup>, por que, embora tenha se percebido esta intervenção, muitas vezes sistemática, do Estado, sobretudo das áreas pobres, permanece uma assimetria profunda entre os territórios e suas respectivas classes sociais residentes? A suposição mais forte a respeito desse processo está ligada perfeitamente à já falada teoria do consumo coletivo, uma das ferramentas que permitem entender a participação do Estado na economia capitalista.

A participação do Estado que se viu, ainda que potencialmente positiva, se deu de forma mecânica, incompleta e demasiadamente “de cima para baixo”, com forte componente tecnocrático<sup>118</sup>. Não há dúvidas a respeito da participação das instituições públicas na montagem do espaço, desde à moradia até o lazer, educação e saúde. Embora tenhamos essa certeza, o que se vê após a preparação do terreno para a reprodução da força de trabalho, com moradia popular, e mecanismos para seu suporte, é uma intervenção do Estado que passa a ser em caráter de manutenção pontual e, sobretudo, na forma de operações policiais. Embora a abrangência estatal na montagem do espaço seja realmente um fato notório em São João, a qualidade, estrutura e o suporte coletivo instalados não são suficientes para uma formação cidadã completa. O resultado é que a espécie de “vácuo” deixado pelo Estado e pelas instituições políticas nas áreas de exclusão é preenchida por outros elementos que completam ou passam a realizar, desde o começo, o serviço social ausente ou deficitário, entre eles o tráfico de drogas e as igrejas (MARIANO, 2014).

A leitura do fenômeno acima descrito na linguagem do consumo coletivo é que o estabelecimento da estrutura espacial para moradia, educação, saúde e transporte é indispensável, uma vez que esses elementos são essenciais para a reprodução do capital. O que talvez seja dispensável para tal reprodução é justamente o aporte constante, por parte do poder público, necessário à construção do bem estar social e à correção efetiva das assimetrias. No lugar dessa política, o que prevalece é o tratamento dos territórios das classes mais baixas como áreas de controle social e

---

<sup>117</sup> Art.23 da Constituição Federal de 1988.

<sup>118</sup> John Friedman (1987) estabelece como “análise de políticas” a tradição clássica de planejamento, baseado na aplicação de métodos científicos e técnicos para a concepção de políticas de planejamento urbano.

vigilância. O papel do Estado é, portanto, no caso de São João, pelo menos contraditório, onde se percebe o tratamento da saúde, educação e moradia como políticas efetivas de Estado, acompanhada, entretanto, por uma política de repressão e controle policial baseada no combate ao tráfico de drogas nos bairros a oeste.

A ação tecnocrática do Estado na moradia e no consumo coletivo é encarado de várias formas, dependendo do ponto de vista de cada agente em questão. Para o capital e a classe industrial essa ação, como já falado, permite à iniciativa privada maior acumulação e reinvestimento na própria expansão, sem o ônus do financiamento direto às necessidades da força de trabalho. Para o Estado, a construção do espaço urbano se traduz na arena de disputa entre as classes e frações de classe<sup>119</sup> pela hegemonia no interior das instituições públicas. Para a classe trabalhadora, cabe a tentativa de ou pressionar o Estado para canalizar os esforços públicos em prol de seu bem-estar ou se incorporar no processo decisório para diluir o caráter “de cima para baixo” do processo político formal<sup>120</sup>. Além dessa frente, a força de trabalho ressignifica, ao seu modo e necessidade, os espaços mecanicamente produzidos pelo Estado.

Toda essa discussão sobre o poder público é acompanhada pelo processo de segregação via espaços privados. O que se notou foi uma presença considerável de áreas privadas concentradas na região central, desde a prestação de serviços até os lugares de lazer dos clubes esportivos, cujo acesso é permitido somente ao sócio ou ao cliente que paga. A presença grande de equipamentos comunitários “cercados” no centro leva à leitura da segregação social pelo ponto de vista do acesso a bens e, mais ainda, acesso à cidade como um todo (LEFEBVRE, 2016). Em cada clube ou escola particular, o que se tem é uma espécie de “cancela” que filtra, pela renda ou classe social, os que podem neles acessar. Esse componente, embora pouco percebido como um gerador de segregação, acaba criando uma casta de excluídos pela restrição de acesso aos espaços em questão, sem contar a perspectiva do consumo. A abrangência de serviços do setor privado concentrada nas áreas de classe média equivale a três aspectos importantes: primeiro, uma alternativa à classe média para o consumo de bens e serviços de maior qualidade; segundo, um fator

---

<sup>119</sup> Poulantzas concebe o Estado como uma condensação de forças, uma arena de debates entre as classes, e não um instrumento de dominação da classe burguesa (GOTTDIENER, 1985).

<sup>120</sup> John Friedman (1987) chama de “mobilização social” a aplicação do modelo participativo das decisões e do saber para diluir o planejamento oriundo da tradição clássica.

muito relevante de distinção social entre as classes, onde o que é usufruído pelas classes mais baixas na escala do coletivo é acessado pelas classes medias e altas em forma de consumo mediante pagamento, na escala do privado; terceiro, como já visto em relação à construção civil, a privatização de serviços dos mais variados gêneros, como saúde, educação e transporte, constitui uma saída viável para acumulação de capital para além da atividade industrial, ou seja, uma parcela daquele consumo antes coletivo que era necessário à acumulação do capital, porém dispendioso, passa a fazer parte da própria acumulação em si. Essa dinâmica, conforme revelado nos mapas, leva ao desenvolvimento de uma forte territorialização nessa escala do público/privado, na qual se constituem quase que classes populares, que vivem em territórios coletivos, e classes que tendem a uma vida cujos elementos estejam vinculados a uma dinâmica mais restrita, numa espécie de circuito social fechado.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a busca pela exposição dos diversos fenômenos de segregação e das atuações do Estado, do capital industrial e de outros atores na constituição do espaço urbano de São João Nepomuceno, é necessário fazer as observações sobre tudo o que foi investigado e exposto e a relação desse material com os objetivos que foram escolhidos como norte para esta pesquisa, e que foram explorados ao longo deste estudo do fenômeno urbano em São João: o que foi percebido, a partir dos estudos realizados, sobre o fenômeno da segregação nesta cidade; a importância da participação do Estado na construção do espaço urbano em questão; a observação sobre o que esta pesquisa traz de complemento ao já realizado trabalho antropológico feito por Caniello (2003); a perspectiva do contexto periférico mundial em que esta economia está inserida.

Na introdução, destacou-se os objetivos deste trabalho, os métodos de abordagem e técnicas de pesquisa e, em seguida, uma introdução geral sobre a cidade de São João Nepomuceno, na qual foram apresentadas as linhas gerais da história do município e sua crescente relação com a atividade industrial, desde a preponderância da Companhia Sarmiento até a economia mais diversificada das indústrias de roupas e da moda. Posteriormente foram indicadas as bases norteadoras para a realização da pesquisa: os conceitos de segregação e Estado, tendo como pano de fundo a história e o cenário social e econômico brasileiro.

No capítulo 2 foi exposto todo o aporte teórico em relação aos três elementos indicados na introdução: segregação, Estado e o contexto brasileiro. Sobre a segregação, foi feito o resgate das teorias que ligavam classes e espaço desde o século XIX, com destaque para os membros da Escola de Chicago, cujas ideias foram consubstanciadas em desenho por Burgess. A transição dos pensamentos de Chicago para a crítica marxista foi mostrada nos trabalhos de Homer Hoyt, Harris & Ullman e Shevky & Bell. A inserção das teorias marxistas nos estudos espaciais após 1968 se apresentou através das abordagens de Harvey, Castells, Lojkin e Henri Lefebvre. Para a segregação nos moldes da América Latina, foi analisado o trabalho da Universidade General Sarmiento, organizado por Daniela Soldano. Iniciou-se a discussão a respeito do Estado com uma introdução e linhas gerais sobre a constituição do Estado moderno e sua participação na construção do espaço urbano

desde o século XVII para, em seguida, apresentar as teorias que se preocuparam em relacionar o Estado com o espaço urbano moderno, destacando-se as de Gottdiener, Castells, Lojkine, Lefebvre e as contribuições de Daniela Soldano para a análise no contexto latino-americano. Em seguida, o contexto histórico brasileiro foi descrito a partir das perspectivas social, econômica e urbana, desde os impactos fundiários da Lei de Terras, passando pelo fim da escravidão, até o processo de industrialização e consequente intervenção do Estado nas atividades da indústria e habitação. O coroamento desse pano de fundo são as consequências da crise econômica e urbana dos anos 1980, que desembocam no novo arcabouço legal para o tratamento das cidades e programas habitacionais mais recentes.

O capítulo 3 foi o início do estudo específico de São João Nepomuceno, com a exposição do processo de expansão urbana e as razões de seu desenvolvimento em cada etapa da economia local. Sendo a cidade uma célula cujas atividades preponderantes são as de trabalho e assentamento, ficou evidenciada a distribuição assimétrica dos grupos sociais no espaço, desde o período cafeeiro até os dias atuais, tendo acumulado, ao longo desse período, diversas formas de territorialização, sobretudo em seu período moderno industrial. Deixando para trás uma separação racial entre os territórios da elite e aqueles da população escrava na cidade colonial, a nova cidade industrial viveu um processo de divisão espacial das classes baseado na expansão urbana pela via de bairros operários situados a oeste da cidade, num primeiro momento associados ao empreendimento da própria indústria e posteriormente ligados às decisões de implantação do Estado. Essa dinâmica de novos bairros para as classes trabalhadoras se desenvolveu como resposta aos movimentos da economia industrial em duas fases: aquela ligada à indústria têxtil em meados do século XX e outra ligada ao vestuário a partir dos anos 1980. Apesar das diferenças circunstanciais na época de cada expansão, é certo que o perfil econômico ditou a configuração espacial que a cidade adquiriu, tendo como padrão a diferenciação espacial da classe trabalhadora da indústria, desde a formal até a mais precarizada. Essa diferenciação se viu potencializada a partir da expansão das classes médias e a constituição de seus novos territórios nas direções contrárias dos redutos ligados aos trabalhadores, o que consolidou uma forte setorização dos grupos sociais na cidade. Além da divisão em setores sociais, a separação das classes se revelou pela problemática do deslocamento, pela preponderância do centro como espaço das diversidades e da vida econômica, relegando a maior parte dos demais

territórios à condição de dormitório, no caso dos bairros populares. Os setores oeste e norte, destinados às classes trabalhadoras se constituíram sob o paradigma modernista do objeto residencial estandardizado e replicado em série (CHOAY, 2003). A produção industrial teve como resposta uma reprodução igualmente industrial e mecanizada da força de trabalho, desde as vilas operárias até os conjuntos habitacionais feitos pelo Estado, o que marcou permanentemente o caráter da divisão espacial segundo a renda e segundo o trabalho.

A partir da análise sincrônica no capítulo 4, viu-se que, com o advento da economia do vestuário, as circunstâncias econômicas de competição levaram ao agravamento da precarização e segmentação das atividades ligadas à indústria, o que caracterizou uma nova rodada no processo de segregação, vista no condicionamento dos espaços de moradia como híbridos, lugares de existência compartilhados com o trabalho informal. Essa pulverização da atividade industrial foi acompanhada pela dinâmica imobiliária, que funcionou como um novo motor de expansão urbana e, ao mesmo tempo, de adensamento das atividades na região central. A malha urbana se configurou como um elemento setorizado, com a distribuição das camadas de baixa renda preponderantemente a oeste e norte e a classe média no sul e leste. Além do perfil econômico outras ferramentas de leitura da segregação foram expostas, tais como a raça e a religião. Constatou-se a presença de autodeclarados brancos em todos os territórios, mas uma localização de pretos e pardos praticamente restrita aos bairros de baixa renda a oeste e norte. Com a religião viu-se fenômeno similar, com uma abrangência da instituição católica equilibrada em todos os lugares, mas uma quase restrição das igrejas evangélicas aos espaços de baixa renda. O fenômeno da desigualdade chega à última perspectiva analisada, desta vez em relação à dicotomia público/privada. Ficou evidente, em todos os aspectos analisados, uma abrangência da instituição pública para suprir as defasagens de saúde, educação e transporte nos bairros populares, tanto como um cumprimento dos ditames constitucionais quanto como uma forma de viabilizar economicamente a acumulação de capital e as atividades industriais sem as travas que uma carência nos meios de consumo coletivo poderiam acarretar. Por outro lado, há uma privatização desses serviços concentrada nos espaços onde se encontram os potenciais consumidores, no centro e nos bairros a leste.

O que se viu, pela pesquisa, foi a existência de duas São João Nepomuceno, uma ao lado da outra, mas com características muito diferentes. De um lado um

circuito popular, de baixa renda e precarizado, que se adapta aos conjuntos habitacionais, se vale dos equipamentos públicos de saúde e educação, sofre as agruras do controle policial cotidiano, possui composição bastante diversificada em termos raciais e religiosos e é marcado pela existência de áreas de grande vulnerabilidade social, para onde se sugere uma política mais contundente em relação à abrangência das zonas especiais de interesse social (ZEIS). Esse tratamento previsto no plano diretor deve ser considerado como uma possibilidade para ser aplicada, ao menos, em três áreas cuja demanda é evidente: os bairros Três Marias, Santa Rita e Bela Vista. Do outro lado o circuito da classe média, motorizado, que se beneficia da proximidade da região central, que possui uma vida social privada nos clubes ou nas escolas particulares, quase em sua totalidade branco e católico. O maior mal da existência desses dois polos está no fato de que a vida no interior de tais territórios segregados inibe a experiência da convivência com a diferença, impedindo a constatação das outras realidades e dos problemas sociais inerentes a esse cotidiano e, ao mesmo tempo, invisíveis para uma parcela dessa sociedade.

Em relação à participação do poder público na construção do espaço, percebeu-se, em São João, a questão habitacional como política de Estado consolidada, testemunhada na produção de bairros pelo menos desde os anos 1950. Desta forma, torna-se difícil entender São João sem olhar o quão o Estado é participante e modelador de sua configuração espacial. Sua participação está ligada, em parte, à vocação industrial da economia do município. Uma vez que se inaugurou a tradição de vilas operárias na primeira parte do século XX, como se viu na constituição de bairros como o São José e Santa Rita, o Estado, a partir do processo de industrialização mais consistente a partir da década de 1950, incrementa a legislação trabalhista e adapta a seu modo a vila operária, desta vez na forma de conjunto habitacional, mais abrangente em número, porém mais distante e segregado em termos espaciais. Ao trazer para si a responsabilidade da construção dos espaços de moradia da classe trabalhadora, o Estado deixa livre para o capital industrial investir o montante de sua acumulação com a expansão da atividade (OLIVEIRA, 2003). Se o perfil econômico desta cidade, portanto, fosse outro, provavelmente a atuação do Estado não seria a mesma.

Embora haja, conforme mostrado, a simbiose entre o Estado e os desejos da atividade industrial, e o fato de, nessa cidade, o aspecto habitacional ter se consolidado como uma política de Estado, a preocupação constante do poder público



com a área da habitação não pode ser completamente explicada somente pela existência dos interesses do capital. Para as indústrias e a classe empresarial, uma política habitacional realizada pelo Estado ou um processo de rebaixamento total do custo de reprodução da força de trabalho por meio da não intervenção, sendo esta última a forma como se deu parte da industrialização no Brasil (OLIVEIRA, 2003), talvez não tenham muita diferença prática. Embora a relevância do capital industrial seja preponderante para entender a composição das antigas vilas operárias e conjuntos habitacionais em São João, outros fatores ligados aos próprios interesses do Estado explicam a decisão do poder público, neste município, em gastar com habitação. Um dos fatores é, conforme falado, a questão fiscal, uma vez que se expande as áreas urbanas, garante-se para o município novos montantes oriundos do imposto predial urbano. Além desse, outro fator, talvez mais decisivo, está ligado ao interesse eleitoral e à sobrevivência de certas classes políticas. A política habitacional é, muitas vezes, uma forma de acumulação de capital eleitoral frente a certos setores da sociedade. A construção de bairros de casas populares e dos equipamentos de consumo coletivo necessários à sua viabilidade está ligada à execução de obras de grande vulto, facilmente notadas pela população local, o que possibilita serem encaradas como espécies de “marcas registradas” de determinadas gestões, criando um vínculo entre o poder público e as populações-alvo, apesar de seu caráter muitas vezes tecnocrático e clientelista. Em São João, portanto, tanto a sobrevivência eleitoral de grupos políticos quanto a reprodução do capital se valem desta tradição sedimentada de conjuntos habitacionais.

A investigação aprofundada do contexto urbano dessa cidade permite também analisá-la sob o ponto de vista de sua identidade como uma cidade brasileira, que, portanto, compartilha atributos com contextos urbanos, maiores ou de igual porte, que estão inseridos em uma lógica econômica similar, característica da periferia do capitalismo, onde o regime de acumulação de tal modo de produção se implantou pela metade ou não se implantou (LIPIETZ, 1988). O conceito de periferia está ligado ao momento tardio em que a modernidade, tanto sob o ponto de vista do modo de produção como das relações de trabalho, se instala em uma determinada sociedade antes pré-moderna, como uma colônia (OLIVEIRA, 2003). No caso de São João, essa implantação se deu no final do século XIX, inaugurando relações salariais modernas que viabilizaram a produção têxtil local. Embora tenha sido de grande relevância para a sociedade em questão, essa modernidade se implantou de forma parcial, uma vez

que o desenvolvimento das forças produtivas não acompanha o volume da força de trabalho desenraizada dos contextos pré-modernos imediatos, o que contribui para a constituição de um excesso de mão-de-obra e a manutenção de baixos salários (SINGER, 1987). Embora haja esse componente do desnível entre volume da força de trabalho descolada e as forças produtivas locais, sempre houve o esforço, por parte da própria companhia Sarmiento e do Estado, de alocar a força de trabalho em bairros destinados a ela, como o Santa Rita e o São José. O que havia em São João era uma espécie de pleno emprego a baixos salários, que experimentou uma estabilidade saudável durante a época de ouro da fábrica de tecidos, entre 1940 e 1960. Essa diferença entre oferta e demanda de capital humano para a indústria se desenvolveu, em grande medida, a partir da crise da CFTS, em 1960, e se agravou com o início da concorrência asiática, tanto nos têxteis quanto no vestuário. Ainda que a economia local tenha se adaptado para uma nova base econômica, calcada na produção de roupas, o destino foi a inevitável flexibilização nas relações de produção, procurando manter distante a ameaça de derrocada da indústria local que caracterizou a década de 1980, devido à competição dos produtos asiáticos (DAVIS, 2006). Como resultado, o advento do trabalho informal aproveitou o grande volume de força de trabalho que se constituiu novamente a partir dos anos 1980, instalada nos bairros Centenário, Três Marias e Bela Vista. O padrão desses bairros é um padrão de desemprego geral escamoteado pela atividade informal. A produção desse tipo de território urbano, em contraste com os novos loteamentos e condomínios das classes médias, é típica de uma economia periférica, cuja reprodução do capital se dá em virtude do rebaixamento dos salários (OLIVEIRA, 2003), informalidade dos grandes contingentes de força de trabalho desempregada e socialização das desvantagens da aglomeração (SINGER, 1987).

Analisando o fenômeno de fragmentação territorial que ficou evidenciado nessa cidade ao longo da pesquisa, complementou-se a noção exposta por Caniello (2003) a respeito das divisões sociais existentes na cidade, baseadas nas “rivalidades de base faccional”. Expondo as problemáticas sociais e desigualdades territoriais refletidas na dinâmica espacial, tentou-se contribuir para diluir mais profundamente a visão da cidade de pequeno porte como um elemento urbano pouco diverso ou um lugar onde todos se conhecem. Para além da criação de agremiações sociais com o objetivo de estabelecer relações de pertencimento a grupos específicos no futebol ou no carnaval, numa espécie de fragmentação voluntária no interior dessa pequena

sociedade, tentou-se mostrar aqui que outra fragmentação se estabeleceu também a partir de uma dinâmica econômica estrutural, que desenvolveu, ao longo das décadas, uma “colcha de retalhos” composta por territórios diversificados e suas respectivas classes sociais. Como complemento à divisão de grupos por meios das afiliações aos clubes, que, sem dúvida são um importante traço desta sociedade, o que se expôs neste trabalho foi uma divisão mais abrangente e complexa, que se traduz na exclusão ou na dificuldade de acesso de diversos segmentos sociais a essas mesmas afiliações faccionais, de caráter mais exclusivo e simbólico. Apesar dos intercâmbios sociais inerentes às sociedades urbanas e que não podem ser desconsiderados, existe, em meio a esse mosaico de bairros, diferenças profundas de modos de vida e realidades sociais que revelam o pertencimento, por parte dos moradores de cada território, a um grupo social determinado, com valores e identidades próprias. Assim como há aquele que vive nos círculos sociais do centro da cidade ligados às classes médias, há também, como se viu, a periferia da cidade pequena, muitas vezes descontextualizada deste círculo central, com atividades e relações sociais específicas. Embora de grande importância, essa divisão social estrutural, manifestada, conforme exposto, por meio de inúmeros aspectos, permanece invisível ou obliterada pelo senso comum na cidade, e torná-la visível foi o maior objetivo desta pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- BAHR, Otto Guilherme. **Os dilemas da subcontratação**. Os limites da “redução de custos” das grandes empresas do complexo têxtil-vestuário. SENAI-SC. Blumenau, 2012.
- BENEVOLO, Leonardo. **A História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- BERRY, Brian J. L. **The Human Consequences of Urbanization: divergent paths in the urban experience of the twentieth century**. London: Macmillan Press, 1973.
- BONDUKI, Nabil. **Pioneiros da Habitação Social: cem anos de políticas públicas no Brasil**. São Paulo: UNESP; SESC, 2014.
- CANIELLO, Márcio. **O ethos sanjoanense: tradição e modernidade em uma “cidade pequena”**. Mana, vol.9, nº1, Rio de Janeiro. Abr.2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- CASTELLS, Manuel. **City, Class and Power**. London: Macmillan Press, 1978.
- CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: utopias e realidades**. Uma antologia. Perspectiva: São Paulo, 2003.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1986.
- CORRÊA, R. L. **Áreas sociais: uma avaliação e perspectivas**. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v.20, n.1, p.10-33, mês.2016. ISSN 2179-0892
- COSTA, Maria de Lujan Seabra de Carvalho; COSTA, Maria Lúcia Prado (org.). **Álbum Chorográfico Municipal do Estado de Minas Gerais 1927: estudos críticos**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://www.albumchorografico1927.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- COSTA, Stéfano Muniz Figueiredo. **A crise da "Companhia Fiação e Tecidos Sarmento": memórias e narrativas operárias** (São João Nepomuceno/MG, 1960-1971) / Stéfano Muniz Figueiredo Costa. – 2016.
- COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Boitempo: São Paulo, 2006.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.
- FRIEDMANN, John. **Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action**. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. **Estações Ferroviárias do Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1985.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2016.
- LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

- LOBATO, Elvira. **Mulheres de “facção”**, in *Piauí*, dezembro de 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mulheres-de-faccao/>. Acesso em 20 jan. 2020.
- LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. 5º edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARTINELLI, Samanta Elisa. **As costureiras do MEI: uma análise do trabalho subcontratado das facções do polo regional de confecções de Maringá-PR**. 2017.
- NUNES, Jordão Horta. **Precarização, trabalho doméstico e trabalho domiciliar no setor de confecções em Goiânia**. 30º Encontro Anual da ANPOCS – 24 a 28 de outubro de 2006 GT26 - Trabalho e sindicato na sociedade contemporânea.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE**. Texto para discussão nº996. Brasília: IPEA, 2003.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PONTES, Luís. **São João Nepomuceno: dois séculos de história**. 2017. Disponível em: <https://sjnhistoria.wordpress.com/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- PONTES, Luís. **São João Nepomuceno: dois séculos de história**. Vol. I: o santo padroeiro e a fundação de São João Nepomuceno. Quinto Império Editora: Juiz de Fora, 2019.
- QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.
- SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SOLDANO, Daniela; NOVICK, Alicia; CRAVINO, Maria Cristina; BARSKY, Andrés. **Pobreza urbana, vivienda y segregación residencial em América Latina**. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2018.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Together with the State, Despite the State, Against the State: On the Contemporary Role of Social Movements in Brazilian Cities**. 2005.
- THEODORSON, G. A. **Estudios de ecología Humana**, vol.1. Barcelona: Labor, 1974.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1998.
- WACQUANT, Loic. **As Duas Faces do Gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.